

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
APLICADA

LUANA FONTEL SOUZA

MÃES NA UNIVERSIDADE:
Performances discursivas interseccionais na graduação

Rio de Janeiro
2019

MÃES NA UNIVERSIDADE:

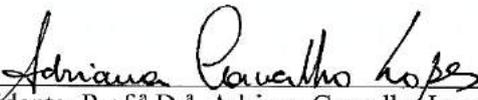
Performances discursivas interseccionais na graduação

Luana Fontel Souza

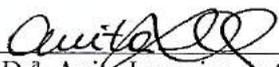
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Carvalho Lopes

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

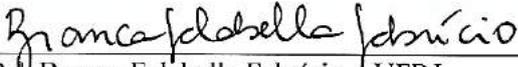
Examinada por:



Presidente, Prof.^a Dr.^a Adriana Carvalho Lopes



Prof.^a Dr.^a Anita Loureiro de Oliveira – UFRRJ



Prof.^a Dr.^a Branca Falabella Fabrício – UFRJ

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Lima Santos – UFRJ, Suplente

Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Salles – UFRRJ, Suplente

Rio de Janeiro

Novembro de 2019

LUANA FONTEL SOUZA

MÃES NA UNIVERSIDADE:
Performances discursivas interseccionais na graduação

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro como quesito para a obtenção do Título de Mestra em Linguística Aplicada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Carvalho Lopes

Rio de Janeiro

2019

A todas as mães pobres, negras e indígenas.

À minha vó, Dona Rita.

À Tuíra Kaiapó.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é inteira uma narrativa de gratidão. Gratidão a todas as possibilidades políticas, científicas e afetivas que sua produção imprimiu no mundo em que me inscrevo como mulher, mãe, filha, companheira, amiga, estudante e militante.

Antes de me desmanchar em lágrimas escrevendo sobre todos os seres maravilhosos que cruzaram e ficaram neste percurso do mestrado, gostaria de me dirigir as ausências e aos silêncios. Ausências de pessoas muito queridas que escaparam à primeira notícia de minha gravidez e silêncios daqueles que, percebendo meu estado de dor e agonia, preferiram me deixar a própria sorte. Sinto necessidade de fazer referência a estes sujeitos e sujeitas no sentido de compreender que nem só de luz este mundo é feito e de que devemos aprender a ressignificar as suas sombras e transformar as encruzilhadas em potência. Mas vejam, onde me trouxe minha própria sorte. Superado isto em definitivo, vamos as positivities, afinal, *abaixo e à esquerda é onde bate o coração*.

Para abrir os caminhos agradeço essa força ancestral que me alumia, que não é algo que paira sobre mim, mas algo que me envolve, desde as veias do coração até aquela parte de mim cosmológica onde meu corpo individual se desintegra na magia de um eu coletivo. Que não está inscrita apenas num passado mítico, mas nas ações da luta de todo dia, nas cicatrizes do corpo e nas táticas de libertação. Que segue sem nome e sem possibilidade de captura me guiando pelo desconhecido.

Minha permanência na cidade do Rio de Janeiro foi sem dúvida um conjunto de empreitadas nas quais apostei todas as fichas, que nunca foram muitas, numa possibilidade de cumprir a missão a qual empreendi quando peguei em 2016 aquele voo só de vinda, parcelado em mil vezes no cartão de crédito de uma mana vegana, anarquista, Suicid Girl e agora professora universitária que sequer me conhecia. Agradeço a Dr^a. Mabilia Camargo sem a qual eu definitivamente, naquele momento financeiro, não teria chegado até a seleção de mestrado da UFRJ.

Uma vez na cidade que à época, ainda era maravilhosa, fui recebida por um contexto muito fértil de descoberta aberto por meu amigo José Sena – ou Josefa, para suas filhas travestis e para os íntimos – e Luquinhas, aos quais agradeço esse abraço inicial. Aliás a José agradeço por tanta coisa, que se fosse enumerar daria outra dissertação.

Esse processo de chegada, que continua mesmo após três anos, foi atravessado por muitas pessoas maravilhosas que acabei aglomerando abaixo, unicamente por

organizar meus pensamentos e não esquecer de ninguém. São elas as quais dedico especialíssimo agradecimento:

À “família de dende casa” como diz mãe Rita, que são aqueles que não são só parentes, mas partes de mim, que conhecem minha trajetória, torcem por mim e sonham comigo meus sonhos e que seguraram as pontas para que eu sobrevivesse a meu primeiro semestre de Rio. Esse rio que arrasta, mas sendo assim também faz perceber nossa força. Todo meu amor a Dona Joelda, Seu Niltinho, Luan, Marquinhos Bobozy, Mãe Rita, Didi, Kaká, Nei, Renata, Fabiane, Violão e Jack, dos quais sinto esse afeto emanar.

Ao meu amor, amigo e companheiro Eduardo Andrade, pelo compartilhar comprometido da maternidade/paternidade e pelo compromisso com uma boa experiência da tão inusitada instituição casamento cisheteronormativo, que apesar de parecer um espaço de naturalização e opressão pode ser escrito de outras formas, transformado em um lugar de afeto onde se divide as tarefas e se multiplica as forças. Pelo amor que sinto quando me abraça e por percebê-lo também aqui, no front.

À minha querida orientadora Dr^a Adriana Carvalho Lopes, a Drica, cientista e mãe de duas crianças, que me fez perceber que ser docente e não ser militante é uma contradição pedagógica. Que compreendendo minha necessidade de mudar de rumo a pesquisa a partir de minha gravidez, não hesitou em reconsiderar temporalidades e assim me auxiliou a alçar esse voo aqui transcrito em uma dissertação. A palavra gratidão sequer dá conta da expressão desse sentimento.

As mulheres que construíram comigo essa pesquisa, mães que experimentaram em suas trajetórias como as políticas e discursos hegemônicos conseguem violentar existências, mas que diante disso resistiram e se empenharam em dar continuidade a seus desejos de vida e que, com uma criança no colo e um sonho na cabeça, tem conseguido articular uma resistência frente a uma sociedade que não nos suporta “fora do lugar” que é em casa cuidando dos filhos. Sou muito grata aos diálogos trocados e as amizades que surgiram deles, o que me dá esperança de seguir acreditando que não estou sozinha, mas que em meu corpo e resistência carrego um pedacinho de cada uma de nós.

As minhas irmãs de Babilônia, que apesar de distantes geograficamente, trago no peito e cujo exercício de suas memórias vitaliza os meus dias, trazendo a estes meus 27 anos o coração nostálgico que pulsa de saudade, Frederica, Andreia, Bia Brasil, Cristiane de Von Xine, Suzete, Amandelci, Filipina, Camilelce Alves e Nazica, lembro sempre de nós e agradeço pelo sorriso que aparece ao fazê-lo.

As companhias que tive no mestrado da UFRJ e nos cursos do CEFET, FND e UFF, por me ajudarem a compreender essa barra que é gostar de você, academia. Heraldo Andrade, Valéria Lima, Márcia Gonçalves, Celme de Alcântara, Rodrigo Viana, Eduardo Espindola, Clarissa Gonzalez. Colegas cujas pesquisas sensíveis e politicamente engajadas desarticulam uma Ciência sem corpo e apontam para novos modos de enfrentamento epistêmico.

As mana paraoara, quilombolas e indígenas Deise Pimenta, Aurea Cardoso, Anderson Felix, Andrey Chagas, Daniele Miranda, Luz, Peidin, Heitor e Luakan Anambé pela possibilidade de tomar açaí salgado, comer maniçoba, mergulhar frango no tucupí, resistir a xenofobia e lembrar de casa, exercitando afetos tão necessários a essa odisséia que é estar longe da Amazônia.

As amadas amigas e amigos que me fazem perceber que diante de um contexto político tão incisivo e necropolítico é possível exercitar afetos e sorrir. Agradeço a Paulo Vinicius em especial por nossas discussões acerca da questão racial, Maya pelos diálogos sobre os desafios da maternidade e Aisha com quem um dia também trocarei altas ideias. Agradeço ainda ao ser sensível, questionador e carinhoso que é Rafael Augusto Regnato, pelas viagens filosóficas e de ônibus que empreendemos e seu companheiro e ator Guilherme Gomes pela possibilidade de enxergarmos a vida através da arte. Também sou infinitamente grata a Inaê Diana, pelos diálogos que nesse fim de ciclo foram primordiais para a geração de dúvidas e surgimento de indagações tão relevantes para pensar esse ser mulher e ser indígena que me compõem.

A todas as professoras e professores do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada que no exercício de seus saberes auxiliaram no meu apaixonar pelo campo da linguagem, ampliando o que compreendia por escrita, letramento, língua, gênero e Ciência, e fazendo perceber que aprender a questionar tudo que parece sólido e natural é uma atividade primordial e emancipatória.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, espaços que me mostraram que estudar e lutar pela liberdade de pensamento e existência é realmente um dos maiores atos de rebeldia contra o sistema e por isso são tão combatidos por governos fascistas como este que estamos em 2019. Dentro dessas instituições donde trilhei grande parte dessa trajetória, fui amparada pelas políticas estudantis que nasceram no governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva ao qual também sou grata.

E finalmente ao sorriso de Emiliano, por tudo que potencializa dentro de mim.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2018

Maternidade Fernando Magalhães

Tudo começou com um incômodo no templo onde o deus Rudá descansava adormecido. Ruídos de início sutis foram aumentando gradativamente para o regimento de uma orquestra. Então o templo, preparado durante 39 semanas para o espetáculo, iniciava seu processo de desmonte. Templo de carne, de sangue, de vísceras comprimidas e de muita filosofia. Lugar de extremidades e dilatações, de presságios e ideologias que agora se via enrijecido a cada dez minutos para num saudar dolorido expelir seu habitante.

Foram trinta e três horas de trabalho de parto, das leves cólicas até o nascimento, rodopiei sobre meus medos e devaneios, adotei a coreografia das mulheres livres que parem há séculos embriagadas de ocitocina. Da água quente para a bola, da bola para água quente meu corpo, cansado de ser de dois, iniciava sua mitose. Palco preparado, cordas vocais preparadas, iniciou-se o ápice da apresentação.

Da abertura mais voraz da pelve rumo a fase expulsiva, a dor foi a única força criativa possível. Então um animal gigante e belo em toda sua voracidade tomou conta da minha performance. Pedi silêncio a meu companheiro, eu precisava ouvir as vozes das minhas ancestrais que me aconselhavam de outros planos, outros universos entrelaçados ao meu, espíritos que enchem de energia uma fêmea parindo junto com o sol que nascia.

As duas últimas horas foram as mais doloridas de todo o meu existir. Gritei 3 vezes. Na primeira, colo dilatado aos 10 centímetros, na segunda um oceano me atravessando e molhando o mundo e, na terceira, a abertura completa de um portal do qual escorregava cinquenta e cinco centímetros e três quilos e quatro gramas, de carne viva e garganta aberta. Alívio imediato. Sorrisos molhados de lágrimas: “eu sou a sua mãe”, verbalizei. A poesia volta. Rudá, vestido de humano, inaugurava sua estada neste mundo.

Resumo: Reconhecendo a entrada e permanência de mulheres nas Ciências, em especial as de grupos historicamente silenciados, como uma possibilidade de reencenar modos de produzir conhecimento hegemonicamente patriarcais, brancos e eurocentrados, este trabalho busca refletir sobre as relações entre maternidade e universidade, considerando aqui essa sujeita denominada “mãe” como uma identidade produzida interseccional e politicamente através dos discursos de gênero. A partir da análise da relação entre mulheres mães graduandas e as políticas organizacionais do espaço universitário, dentre outras cenas, como a doméstica ou a virtual em que estas sujeitas se inscrevem, esta dissertação objetiva demonstrar os discursos que circulam nesses espaços acerca da maternidade bem como perceber as ideologias sobre gênero e linguagem a que se alinham e projetam. Para isso utilizo além da análise linguística as ferramentas interpretativas etnográficas para uma pesquisa via Whatsapp, possibilidades metodológicas que resultam de um campo de estudos da linguagem, a Linguística Aplicada, que demonstra a riqueza de pensar o campo social através de um locus interdisciplinar.

Palavras-chave: maternidade, universidade, interseccionalidade, discurso.

Abstract: Acknowledging women incoming and remaining in science, particularly those from historically silenced groups, as a possibility of reshaping the hegemonically white eurocentered and patriarchal ways of knowledge production, this work aims to reflect on the relationship between motherhood and academy, considering this subject called "mother" as an intersectionally and politically produced identity through gender discourses. From relation analysis between undergraduating women mothers and organizational policies of the university space, among other scenes, such as the domestic or virtual spaces in which these beings enrolled themselves. This dissertation intends to demonstrate which speeches about motherhood circulate in such spaces as well as to understand the ideologies about gender and the language to which they align and project. For that, I employ linguistic analysis, ethnographic interpretive tools for a WhatsApp research, resulting methodological possibilities from a language studies field and the Applied Linguistics which demonstrates the great value of thinking the social field through a interdisciplinary locus.

Key-words: motherhood, academy, intersectionality, speech.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1: Processos criativos	16
1.1 Tornando-se pesquisadora: academia e militância.....	17
1.2 Nasce uma mestranda mãe.....	18
1.3 Aprendendo a Escrever.....	19
1.4 Pesquisa via Whatsapp.....	21
1.5 Entrevista compreensiva.....	23
Capítulo 2: Discurso e Maternidade	27
2.1 Linguística Aplicada: uma trajetória.....	27
2.2 Linguagem como Performance.....	29
2.3 Indexicalidade e Entextualização.....	31
Capítulo 3: Por uma ciência feminista	36
3.1 Ciência e Representatividade: Lugar de mulher é onde ela quiser.....	37
3.2 Maternidade e Universidade: uma breve revisão bibliográfica.....	40
3.3 Movimentos pró-maternidade nas Ciências.....	43
Capítulo 4: Performances discursivas de mães na graduação	46
4.1 Olhares que ferem: a maternidade e o fim do mundo.....	49
4.2 O corpo-grávido no espaço universitário.....	57
4.3 “Alguém pode ficar com o bebê pra eu ir pra aula?”.....	62
4.4 Tem uma criança na sala de aula.....	72
4.5 Maternidade Legal x Maternidade Real.....	77
4.6 Estratégias de Resistência.....	85
Considerações finais	89
Referências Bibliográficas	95

INTRODUÇÃO

A pesquisa que segue nasceu junto com meu filho em março de 2018 e com todo processo de metamorfose que ele engendrou na minha maneira de existir como mulher e como pós-graduanda. No segundo semestre de 2017, todas as ocorrências físicas derivadas da gravidez me afastavam cada vez mais da vontade de levantar pela manhã e me preparar para aula, os enjoos das primeiras semanas, o sono, a falta de atenção e os milhares de hormônios que dançavam em meu corpo, que se expandia, impunham seus efeitos em minha disposição. Só esses fatores já seriam suficientes para uma queda em relação ao desejo de seguir no mestrado, contudo, ainda existiam os outros fatores, como afetivos, familiares, feministas e estéticos. A nova casa, uma heterossexualidade institucionalizada pelo casamento, uma nova forma de existir desconhecida. Todos esses fatores deram as mãos e me disseram “não vai dar, desista”. E foi o que fiz. Eu desisti. Contudo não imaginava o quanto nesse espaço de ausência e dor poderia estar inscrita uma possibilidade de resistência.

Nesse tempo em que não me considerava mais nada além de uma mulher grávida, com todas as questões que esse estado implica, percebi o quanto várias estruturas sociais se inscrevem através de processos de interdição. Sempre iludia a mim mesma dizendo que se estivesse, no mínimo, perto de minha família ou na minha terra as coisas teriam sido mais fáceis, bobagem. Por lá, eles também compreendiam a maternidade como um fracasso. Uma das questões que aprendi com as teorias da Linguística Aplicada, que entende a linguagem como um agir no mundo, foi a construção de uma escuta atenta às palavras, pois as formas como as pessoas passaram a me compreender e a me nomear também me conferiam uma nova existência.

Fui percebendo, então, que em vários segmentos sociais o meu novo estado de corpo era encarado como um tipo de desajuste. Isso passou não só a me incomodar, mas a instigar em mim um tipo de raiva até então incompreendida. Foi esse incômodo que me transportou de um lugar de melancolia para um lugar de contestação e, nesse processo, a raiva foi um instrumento pedagógico e necessário. Foi dessa raiva, que me percebendo em um não lugar (SÁ, 2014) social e numa passividade diante de um sistema que parecia muito poderoso e imutável, que me voltei para fora de mim mesma para poder gritar. Gritar pela fuga que amigos e amigas empreenderam após a notícia da minha gravidez, o silêncio da família e os olhares de estranheza nos corredores da UFRJ.

Dentre tudo isso, no entanto, a materialização do sonho que se afastava, a pós-graduação, era o mais latente. Parecia que estar lá não era mais o meu lugar. Mas isso não era explícito, pelo contrário, coordenadoras/es muito solícitas/os e professoras/es compreensivas/os foram um fator muito importante e positivo. Era algo mais abaixo, mais profundo. E foi só ao perceber essa profundidade, que algo em mim se reacendeu. Entre a saída de um estado de passividade extrema diante do mundo e do acender dessa chama, gestei e pari meu filho. O evento do parto foi para mim uma ruptura, entre um eu esvaziado de alegria e um eu que percebeu a sua potência.

Foi a partir disso que então que engravidei novamente, dessa vez, desta pesquisa.

A partir disso, este escrito começou a tomar forma. Comecei a pensar o quanto as experiências que circularam a minha gravidez e o processo de tornar-se mãe foram compreendidos dentro dos discursos das instituições em que transitava, estando a universidade, a partir de minha história, como a principal delas. Foi a primeira vez que pensei coisas do tipo: “por que interpretei esse espaço como uma impossibilidade?” ou “por que acreditei que não conseguiria permanecer nele a partir da maternidade?”. Essas duas perguntas foram o fio condutor das minhas as inquietações, em que a mulher mãe e universitária tornou-se uma questão de pesquisa e um espaço de reflexão.

Decidi investigar como o espaço universidade recebe e lida com as corporalidades maternas, suas demandas, duplas, triplas jornadas de trabalho e, claro, como lidam com suas crianças. Quais as questões institucionais e culturais que incidem para que essas mulheres em sua grande maioria tenham uma experiência negativa no ensino superior ao tornarem-se mães? Que estratégias essas mulheres têm construído e que suportes têm mobilizado para seguir em frente? Considerando os estudos no campo da linguagem que consideram a visada performativa (AUSTIN, 1962[1990]; BUTLER, 1990 [2003]; MOITA LOPES, 2006; BORBA, 2014; PINTO; 2015, dentre outros), que discursos sustentam opressões desta sujeita, de onde surgiram e que condições encontram para se manterem vivos, sob o respaldo de que ideologias e de que suportes institucionais (FOUCAULT, 1975 [1987])? Qual a indexicalidade da categoria mãe (BLOMMEART, 2007/2010; MELO & MOITA LOPES, 2014; FREITAS & MOITA LOPES, 2019) na academia e no discurso da universidade?

A partir de tantas perguntas também me percebi em um eu coletivo, em uma comunidade temporária, pois não sendo a única mulher a passar por isso, tinha muito com quem dialogar sobre o assunto. Então compreendi a necessidade das várias outras vozes

de mulheres que estiveram/estão passando por esse processo. Que histórias essas mulheres têm para trocar, que etapas lhes foram importantes, que desafios lhes foram impostos, que narrativas já não podem ser negligenciadas e silenciadas? Qual impacto dessas experiências na produção científica e nos protocolos hegemônicos do saber/poder? Foi diante dessas perguntas que os desejos dessa investigação foram gerados e apontaram um caminho possível.

Objetivando compreender como a mobilização de discursos dentro da instituição universidade compreende e localiza mulheres mães, busco investigar, através das nuances observadas nas narrativas sobre o cotidiano dessas sujeitas, que tipo de ideologias tem sido empregadas através dos eventos de fala e interação e a que modos de pensar a vida social essas ideologias se alinham.

É sobre essa trajetória e objetivo que versam os ensaios que seguem:

Em *Processos criativos* traço os caminhos percorridos desde o início de minha militância na Universidade Federal do Pará, passando pelo ingresso na UFRJ com uma pesquisa sobre festas de aparelhagem e posteriormente o momento em que engravidado e mudo a temática da pesquisa para mães na universidade. Demonstro como durante esses processos fui articulando um modo de fazer e pensar a Ciência alinhado a uma perspectiva militante e feminista, o que me possibilitou acessar teorizações que desarticulam modos de fazer e pensar hegemônicos.

Em *Discurso e Maternidade* reflito sobre a trajetória do campo da Linguística Aplicada como área autônoma e comprometida com os problemas do mundo social, o que possibilita a construção de pesquisas que questionem perspectivas dominantes sobre grupos subalternizados, utilizando para isso o diálogo com várias áreas do conhecimento. Através de um olhar interdisciplinar sobre os discursos acerca da maternidade, pude percebê-la então como uma construção discursiva que, atrelada a grandes narrativas naturalizou o que hoje entendemos por essa sujeita denominada mãe.

Em *Por uma ciência feminista* falo de uma produção feminista interseccionalizada e situada do conhecimento, onde a escrita de mulheres de grupos historicamente silenciados e subalternizados reflete a possibilidade de pensarmos modos de fazer científicos comprometidos com a diferença e com políticas anti-hegemônicas. Reviso ainda brevemente a bibliografia acerca da temática “mães na universidade” apontando sua relevância e possibilidades de ampliação e também sobre meu contato com grupos pró-maternidade na universidade e nas Ciências.

Em *Performances discursivas de mulheres mães na academia em conversas via whatsapp*, analiso como as sujeitas de pesquisa mobilizam seus discursos por meio da entrevista via rede social e apontam, através da narrativa de episódios cotidianos em que sua condição materna se relacionou diretamente com a instituição universidade, para significados construídos pela língua em uso.

Nas considerações finais esboço os resultados e problemas obtidos com a pesquisa bem como demonstro através dos estudos da linguagem como a relação maternidade e universidade é lida no cotidiano acadêmico.

CAPÍTULO 1

PROCESSOS CRIATIVOS

No último ano da faculdade de Letras na Universidade Federal do Pará em 2016, comecei a especular sobre meu tema para monografia de conclusão de curso. Na época, eu militava energicamente no Centro Acadêmico de Letras Jorge Ramos no qual era coordenadora geral. Era comum, contudo, a circulação de certos discursos que contrapunham militância e estudo: entre meus colegas de curso ouvia, que quando as pessoas se dedicavam à militância, deixavam de lado a “qualidade” acadêmica. Era comum escutar “essa daí não vai se formar, fica envolvida nesse negócio de militância”, o que, de fato, começava a ser expresso nos meus boletins, na matemática do saber aplicado às humanidades.

Mas algo no cosmos distorceu-se. Conheci um professor que pleiteava uma vaga no Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da UFRJ e ele me disse que nessa área era possível aliar militância e academia de forma complementar – e não excludente como diziam. Duvidei muito. Como era possível?

Mais eis que fui compreendendo do que se tratava essa tal de Linguística Aplicada dando início a um processo de desmistificação do que seria o campo de estudos da linguagem. Desse exercício de muito asé surgiu o TCC “Contra-discursos militantes: performances narrativas na Marcha Mundial das Mulheres” (FONTEL & SENA, 2017), onde a pergunta inicial era algo em torno de “como é fazer feminismo no Pará” e terminou com questionamentos sobre a categoria mulher e sobre transfobia. Essa temática fez com que eu ouvisse de alguns colegas frases do tipo: “Isso não é trabalho de Letras, parece de Ciências Sociais, Psicologia, sei lá...mas não parece de Letras” ou ainda “Se quisesse estudar feminismo, poderia estudar mulheres que escrevem literatura, que aí não fugia da área do curso”.

E foi dessa forma minha primeira experiência no fazer pesquisa, que se contrapunha a certos “modos de fazer” pesquisa de uma linguística calcada em pressupostos iluministas. Foi também a primeira vez que precisei lidar com uma tentativa interdisciplinar de estudo e de escrita. Essa tentativa significou, dentre outras possibilidades, problematizar uma perspectiva dos estudos da linguagem desligada de um caráter social ou de uma linguística afastada das demais reflexões de outros campos do saber (MOITA LOPES, 2006); me possibilitou refletir sobre os modos de circulação de discursos, aparentemente naturais e estáticos, mas que são o resultado de processos históricos e sociais complexos (FABRICIO, 2006; SILVA, 2015); bem como foi um primeiro passo para compreender que conceitos que julgava “prontos”, como a

questão das identidades sociais, poderiam ser desconstruídos e compreendidos não como essências fixas, mas como efeitos performativos (LOPES, 2010).

1.1 Tornando-se pesquisadora: academia e militância

Após a conclusão da graduação e já olhando a LA como uma área que me era muito interessante em sua abordagem política, fiz então o processo seletivo para o mestrado no PIPGLA/UFRJ onde comecei a trabalhar um projeto de pesquisa temporariamente intitulado: “O feminino do território proibido: performances discursivas de mulheres em festas de aparelhagem em Belém, Pará”, onde problematizava a construção da identidade das mulheres no espaço das festas da periferia de Belém e as questões que brotavam dessa relação.

Após adentrar os trabalhos produzidos acerca do tecnobrega, percebi que não haviam trabalhos sobre esse tema com recorte de gênero/sexualidade, fator que tem sido cada vez mais discutido para se pensar a mulher em suas várias formas de expressão social. Decidi, então, que sob a perspectiva dos estudos da linguagem, mais especificamente considerando as formulações teóricas da Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006; SILVA, 2015; FABRICIO, 2006; LOPES, 2010) investigaria as mulheres no tecnobrega¹, podendo assim conciliar dois temas que muito me interessam epistemologicamente: feminismo e Amazônia.

A partir daí entrei em contato com mulheres belenenses, me informei sobre o desenvolvimento e operação das festas na cidade de Belém e criei um grupo no *whatsapp* com aquelas que seriam os sujeitos de pesquisa. Pretendia seguir com entrevistas e registros mais extensos sobre o campo, trabalhados de forma a conhecer mais a fundo essa realidade da periferia de Belém que, apesar de ser comum da cultura do meu Estado, não me era um espaço familiar, dada uma criação baseada nos preconceitos direcionados a esses espaços.

No primeiro ano de pesquisa realizei trabalho de campo de cunho etnográfico (GARCEZ & SCHULZ, 2015) nas festas em Belém do Pará, aproveitando as férias já que o Pará é tão distante do Rio e a grana era curta, nesse período conheci aparelhagens, frequentadores, me inteirei da produção musical da moda – afinal como um movimento que segue o fluxo das novas tecnologias, o conteúdo sempre mudava muito rápido e as vezes uma música de um mês atrás já era considerada “passada” – e desbravei espaços que nunca havia frequentado. Foi um olhar para o interior da cultura da periferia belenense, que despertou afeto e muita reflexividade em meu coração paraense.

¹ Tecnobrega é um gênero musical bem como um movimento cultural popular surgido em Belém do Pará nos anos 2000. O gênero tem a influência que vai desde o brega tradicional, o calypso, o forró, o bolero, o merengue e o carimbó, até a música eletrônica e o samba.

Senti que nesse período, meu olhar que cruzava vida social e a ciência da linguagem se expandia em direções novas e interessantes. Eu reformulava as maneiras com que até então compreendia a linguagem: um conjunto de regras gramaticais, que era o que me tinha sido passado a vida inteira, em casa, na escola e, principalmente, na faculdade de Letras. Foi muito difícil, contudo, aprender a administrar esses novos atravessamentos que pareciam entranhados na minha maneira de experienciar os conceitos de escrita e letramento (LOPES, 2010).

Antes dessa experiência ler e escrever para mim restringiam-se a uma materialidade de caneta e papel, livros e materiais eletrônicos. O contato com a cultura das festas de tecnobrega e com todo o conjunto semiótico produzido pelo movimento das aparelhagens me permitiu abrir o olhar para a maneira com que os sujeitos e sujeitas mobilizam seus mundos e escrevem sua cultura. Conceitos que há tempos eu havia estagnado como “periferia”, “centro”, “língua portuguesa” foram sendo incomodados e interpelados pela produção cultural descrita nessa primeira etnografia. Por isso senti que naquele contato emergiu uma pesquisadora, uma sujeita interessada em aprender com o desconhecido e disposta a revolver o “conhecido”, daí a necessidade de trazer esse primeiro ano do mestrado como um importante período de transição para o que eu viria a refletir.

1.2 Nasce uma mestranda-mãe

Em agosto de 2017, descobri uma gravidez de oito semanas e um processo de metamorfose intenso passou a se desenvolver nas percepções de mundo que sustentavam minha experiência como mulher e estudante de pós-graduação. Diante da nova dinâmica que se instalava, o projeto sobre as mulheres no tecnobrega foi aos poucos tornando-se inviável. O campo das festas paraenses foi distanciando-se não apenas fisicamente, mas também subjetivamente, dados os meus emergentes atravessamentos enquanto corpo grávido. Até que precisei admitir que o envolvimento e o desejo de explorar o objeto haviam se perdido e que permanecer nele não seria uma ação responsável com seus sujeitos.

Além de tudo não podia ir ao Pará por outras questões que agora são mais claras, como por exemplo, não poder “aparecer grávida” na minha comunidade, pois as pessoas interpretariam que falhei na missão do mestrado na cidade maravilhosa. Essa falha, que irá aparecer em outras roupagens nos dados desta pesquisa, também atingiu e oprimiu outras mulheres. É uma ordem de indexicalidade que diz que engravidar é um erro, mais ainda para uma pós-graduanda. “O que você vai fazer agora?”.

A partir de um momento de incertezas em que minha atuação acadêmica se mostrava decrescente e caminhando para um lugar inoperável, tive a ideia de propor um novo objeto, que

pudesse ser investigado dados os meus novos territórios subjetivos como mãe – e todas as implicações logístico/cotidianas que a categoria carrega. Foi então que após uma conversa com minha orientadora o projeto que segue foi gerado e admitido como uma nova aposta.

1.3 Aprendendo a Escrever

“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”. Evaristo (2007, p. 21)

“Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever?”
Anzaldúa (1981, p.230)

Vindo de uma pesquisa que era feita em meu Estado, com os meus e minhas conterrâneas e nossas expressões regionais, fiquei muito triste ao imaginar que, devido a impossibilidade de ir ao Pará durante a gravidez, eu precisasse investigar sujeitas não-amazônidas na nova pesquisa. Isso porque meus atravessamentos políticos relacionados a minha região são um forte componente de minha subjetividade. Daí o desejo de que minhas sujeitas, na nova proposta que se desenhava, fossem de lá.

Eu sempre vi antropólogos, sociólogos e demais cientistas rodando o lugar de onde vim para tentar dizer sobre o modo de vida da minha comunidade. Não deslegitimo esse lugar, contudo acredito, que quando somos nós a contar nossas histórias, produzimos outras leituras possíveis e a partir delas, outros mundos possíveis (KRENAK, 2019) onde, enquanto sujeitas, possamos reescrever o rumo de nossa existência, que dentro de um mundo burguês, patriarcal, branco, colonialista e neoliberal, foi empurrada às margens, por quem não percebia as particularidades densas com que nos constituímos.

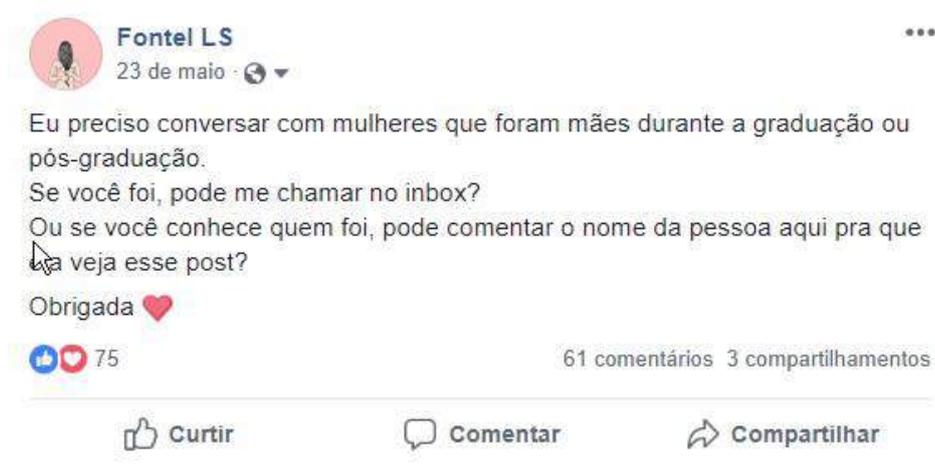
Pensar que falamos de um determinado lugar, subalternizado e periferizado, não quer dizer contudo, que ao falar sobre nós mesmos, estamos imunes da reprodução de narrativas hegemônicas. Na verdade, se encontra aí umas das perversidades dos grandes projetos de poder, quando os sujeitos atingidos por suas interdições reproduzem seus discursos. Isso acontece quando conterrâneos me dizem que nosso Estado é “atrasado”, vendo no Sudeste um lugar de luz, progresso e de gente “sabida”. Ou quando uma mulher reproduz discursos misóginos sobre maternidade, por exemplo.

Apesar disso, um contraponto tem comparecido na produção intelectual de escritoras como Glória Anzaldúa e Conceição Evaristo, cujas frases que abrem esse tópico apontam. Em Anzaldúa, temas como exílio, cidade natal e feminismo, que inauguraram a entrada de mulheres chicanas na literatura, tem instruído “teóricos e estudiosos de movimentos sociais a se tornarem mais sensíveis aos esforços e a retórica implícita nas teorias de mulheres de cor” (BOWEN,

2010, p. 4). Em Conceição, especialmente através do conceito de Escrivência, onde “um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si” (s/d, em SOARES & MACHADO, 2017), também se percebe que, libertando-se da ideia de uma neutralidade no ato de escrever, podemos mobilizar produções que expressem a história de categorias historicamente silenciadas.

A partir desse desejo, que também é uma aspiração política de escrita de mim, fiquei imaginando de que forma poderia trazer minhas conterrâneas a uma pesquisa que, ainda que distante fisicamente, nos representasse, não se pretendendo neutra, mas sensível e interessada. Foi quando tive a ideia de utilizar as redes sociais como ferramentas para sanar essa distância física.

Quando decidi tentar uma nova proposta de pesquisa fiz então a seguinte postagem no facebook:



Quando escrevi isso eu não fazia a menor ideia no que daria, não sabia se minha orientadora aceitaria, não sabia se muitas pessoas responderiam ou se eu tinha realmente uma proposta de pesquisa válida. Me perturbava a ideia de mudar todos os planos de pesquisa com as festas de aparelhagem e me lançar numa nova pesquisa que não daria certo. Fracassar duas vezes seria muito doloroso e insustentável para mim. Estava com um bebê de dois meses em casa, totalmente dependente, fraca emocionalmente e depressiva (nem sei se posso escrever esse tipo de coisa aqui). Lembro que fui dormir pensativa e triste naquele dia, ou noite, (mãe de recém-nascido não sabe a diferença) com a possibilidade de ninguém responder a postagem.

Contudo, tive uma grande surpresa, minha proposta foi muito bem recebida e comentada. Tinha, portanto, uma possibilidade de me reerguer academicamente e emocionalmente. Sempre vi meus amigos e amigas pesquisadoras dizerem que a vida acadêmica os adocece, é fato a quantidade de pessoas que se encontram com problemas relativos

a experientiação negativa da pós-graduação. Porém, para mim, nesse momento em específico, a escrita desta dissertação foi uma grande tábua onde pude me reerguer emocionalmente. Porque me deu a possibilidade de voltar a caminhar, a me movimentar e a escrever.

1.4 Pesquisa via Whatsapp

Após a postagem acima fui procurada por várias mulheres que passaram a contribuir com os diálogos iniciais para a nova pesquisa, esses diálogos foram de início apenas para sondar a possibilidade dessa nova aposta, mas diante da solidarização das sujeitas e da familiaridade e prazer com que compartilhávamos as peripécias da experiência materna na academia, se tornou uma proposta fortemente viável para seguir no mestrado.

Marquei então com cada uma de entrevistar as que fossem do Pará, via Whatsapp e as que fossem do Rio de Janeiro, presencialmente. Com as que moravam no Rio, tive muita dificuldade de marcar entrevistas presenciais, pois as disparidades de horários envolviam, além de nós duas – entrevistadora e entrevistada – os horários de nossas crianças e certa dinâmica de deslocamento urbano. Das cinco entrevistas que iria realizar no Rio, consegui apenas duas, que não foram utilizadas nesta pesquisa pela necessidade de eu fazer um recorte regional, visto que já com as mulheres paraenses via Whatsapp, realizei trinta e quatro entrevistas.

Essas trinta e quatro entrevistas via Whatsapp, notas de meu diário pessoal da época do parto e do puerpério e o relato etnográfico de um ato na UERJ compuseram inicialmente os dados desta dissertação.

Nenhuma das mães, que aceitaram participar deste estudo, tinha disponibilidade para conversar comigo a qualquer momento, então decidi marcar um horário para conversarmos via áudio. Esta modalidade de conversa me possibilitaria entrevistar e automaticamente armazenar as entrevistas simultaneamente, o que me auxiliaria na dinâmica de organização dos dados, já que com o bebê em casa eu não tinha tanta disponibilidade de tempo. Contudo a marcação de horário não funcionou, pois as sujeitas me respondiam quando podiam, e com o tempo e decorrer das entrevistas pude perceber que seria essa a dinâmica e que eu precisaria ser paciente.

Precisar esperar o filho dormir, o marido sair do quarto ou a hora que não tivesse ninguém ouvindo era o momento em que as entrevistadas relataram aguardar para me responder. “Estou balançando minha filha com uma mão e te respondendo com a outra”, “meu marido não pode ouvir essa parte” e “minha mãe não vai gostar de escutar isso” foram as frases que começaram a sinalizar que o método que eu julgava simples, traria suas dificuldades.

Eu havia feito a proposta que as entrevistadas me relatassem via áudio um resumo de suas histórias de vida e, posteriormente, diante desse resumo inicial e do que surgisse, eu traria

questões mais específicas sobre o foco da pesquisa, ou seja, sobre a relação de suas maternidades com o ensino superior.

Para a condução metodológica das entrevistas, considerei uma forma livre de diálogo, sem roteiro pré-estabelecido e cuja condução foi guiada pela interação. Algumas mandaram áudios enormes de duas horas e outras, vários pequenos áudios espaçados de menos de um minuto. Uma minoria tentou terminar logo com a entrevista, respondendo imediatamente as questões que surgiam e sinalizando a necessidade de um término da entrevista através de frases como “você acha que ainda falta muito? Tô com pouquíssimo tempo”.

Outras conversaram comigo por meses, inclusive sobre temas que transbordavam certo foco da pesquisa como que tipo de fraldas ou pomada anti-assaduras eu estava usando com meu bebê. Estas últimas acabaram sendo as selecionadas para análise, pois eu necessitava recortar já que o número de mulheres era muito grande e porque, com elas, tive a oportunidade de estabelecer uma relação mais profunda da qual emergiram narrativas que só uma relação mais aproximada poderia produzir.

As narrativas, resultantes desse processo, trouxeram uma gama enorme de temas como relatos de parto, da sexualidade pós-parto, das relações familiares e do casamento, da estética, da saúde mental, do assédio, do abuso, do estupro, do aborto, por exemplo. Essas narrativas trouxeram também discursos que circundam a experiência materna no interior do Estado do Pará de onde as sujeitas pesquisadas residem, com exceção de uma, que mora na capital Belém do Pará. Confesso, que no início, não havia percebido a densidade de onde estava me metendo e só da primeira vez que chorei ouvindo um áudio, percebi que essa não seria uma tarefa fácil. Primeiro, porque as dificuldades narradas eu também havia passado e, segundo que, escutar relatos maternos significa escutar narrativas predominantemente doloridas de mulheres que ainda não haviam tido a oportunidade de compartilhá-las.

Apesar de uma infinidade de temas fortes e importantes de serem discutidos, precisei focar na relação que essas mulheres tiveram com a instituição universidade, por isso, extraí de suas narrativas os trechos que trazem essas questões subdividindo-os em tópicos por semelhança temática e ordens de indexicalidade aproximadas

Esse processo de investigação intermediado por uma mídia social (SOUZA, ARAÚJO & PAULA, 2015) tem encontrado espaço especialmente diante da intensificação de processos e relações que se dão numa sociedade cujos fluxos são intensificados. Pensar o contraste de uma interação face-a-face com a entrevista via Whatsapp, fez perceber especialmente como “as interações mediadas implicam o uso de um meio técnico (papel, fios elétricos, ondas eletromagnéticas, etc.) que possibilitam a transmissão de informação e conteúdo simbólicos

para indivíduos situados remotamente no espaço, no tempo ou em ambos” (THOMPSON, 1999, p.120). Diante disso, é possível refletir sobre como os modos de investigação também se inscrevem num tempo e espaço específicos, de onde certos instrumentais de pesquisa precisam ser reestruturados e repensados para dar conta de realidades dinâmicas e múltiplas.

Dessa forma, a tecnologia que estrutura a rede social Whatsapp como gravação de voz e armazenamento simultâneo de dados permitiram a criação de um espaço de interação possível entre sujeitas que tem a disponibilidade de tempo tão restrita como as mães.

1.5 Entrevista compreensiva

Tendo compreendido minha proximidade com o tema da pesquisa e estando subjetivamente envolvida com o objeto trabalhado recuperei as lições apreendidas na monografia da graduação que contestavam a ideia de que uma boa pesquisadora não se envolve com seu objeto e sujeitas pesquisadas. Ou ainda que os dados não são produzidos, mas coletados no decorrer da investigação. Isso se deve, muito provavelmente, pelo fato de termos entendido, durante muito tempo, a Ciência como um campo livre de valores (OLIVEIRA, 2008 *apud* LACEY, 2008; RAJAGOPALAN, 2006) onde a subjetividade do pesquisador lesaria a autenticidade e neutralidade científica.

Contudo, outro enfrentamento tem sido possível, especialmente quando pensamos em práticas discursivas através de uma visada performativa dos estudos linguísticos (AUSTIN, 1962 [1990]; BUTLER 1990[2003]; MOITA LOPES, 2006) onde o que dizemos sobre o mundo social também implica em agir nele através das escritas, nesse caso, científicas, projetando a compressão de sujeitos e contextos. Assim, “ao criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem papel central” (MOITA LOPES, op. cit., p. 14), as pesquisas em LA abrem a possibilidade tanto de um diálogo com outros campos disciplinares – como as ciências sociais e as humanidades –, quanto de pensar um sujeito pesquisador engajado com os problemas do mundo em movimento.

Pesquisar, a partir dessa compreensão, não seria um movimento imune de subjetividade, da qual todos somos constituídos, mas consistiria em compreender que todo pesquisador e pesquisadora parte de determinado lugar para enfrentar as particularidades do campo em que se engajam. A esse respeito Pinto (2015) considera um avanço no campo aplicado “o reconhecimento de que o conhecimento que deve ser produzido precisa ser compreendido como conhecimento situado” (p.214).

O conhecimento situado ou *saber localizado* (HARAWAY, 1988 [1995]) diz respeito a projetos científicos que se engajam em “conhecimentos parciais, localizáveis, críticos,

sustentando a possibilidade de redes de conexões, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia” (PINTO 2015 apud HARAWAY, 1995). Pensar que toda pretensão de pesquisa – e, conseqüentemente, sua escrita – parte de algum lugar, especialmente de uma tradição ideológica específica, significa não apenas questionar que as escritas científicas não são neutras, pois sempre estarão inscritas sob uma tradição, mas também em questionar que tradições são essas que durante muito tempo tiveram a autoridade de dizer o que era ou não ciência.

As conversas deste trabalho, que foram feitas através da função “gravação de voz” do aplicativo Whatsapp no que tenho entendido como entrevistas compreensivas (KAUFMANN, 1996 [2013]) virtuais, exigiram um tipo de relação aproximada e sensível, onde, ao me deparar com trechos de relatos que em grande parte recuperavam memórias de episódios de dor e violência emocional, fui convocada a uma responsabilidade que me colocou no mundo como pesquisadora, ou seja, que exigiu de mim um aprendizado sobre como lidar com situações inesperadas e que exigiam a resposta de uma sujeita corporificada: mãe, mulher, pobre e racializada respondendo a outras sujeitas também compreendidas sob essas categorizações, o que em momentos específicos me exigiu um alinhamento de solidariedade. Esse exercício me permitiu compreender que a minha prática feminista no que diz respeito a empatia com outras mulheres com as quais me identifico não se ausenta mediante uma interação que se pretende científica, mas comparece, quando necessária, com as palavras de conforto e fortalecimento que lhe são características.

A entrevista compreensiva, que sucede as “semidirectivas ou semiestruturadas próprias aos paradigmas estrutural-funcionalistas” (FERREIRA, 2014, p. 979), em que se pretendia a produção de dados objetivos, atenta para a possibilidade de uma relação de diálogo mais livre e sem roteiro previamente estabelecido entre entrevistadora e entrevistada, resumindo-se, portanto, em

(...) uma técnica qualitativa de recolha de dados que articula formas tradicionais de entrevista semidiretiva com técnicas de entrevista de natureza mais etnográfica, na tentativa de evitar quer o dirigismo do modelo de questionário aberto, quer o *laisser-faire* da entrevista não diretiva. Foi proposta contra a tradição de um certo *empiricismo abstrato* associado à produção extensiva e supostamente impessoal de dados, sobretudo quantitativos, mas também no sentido de superar um certo formalismo metodológico característico da herança estrutural-funcionalista na pesquisa qualitativa. (FERREIRA, 2014, p. 981)

Nessa perspectiva, a entrevista compreensiva pode ser vista então como um lugar de produção de significados e não um exercício de “descobrir” ou reforçar verdades, o que se alinha à proposta de uma LA Indisciplinar onde se consideram “os aspectos inescapavelmente ideológicos e políticos envolvidos (...) em teorizar o discurso” (FABRICIO, 2006).

À luz dessas considerações, tentei estipular uma maneira de conversa que pudesse ser conduzida no sentido de compreender melhor o objeto investigado, contudo também um espaço para ouvir as entrevistadas. Esse espaço de escuta, que também configura uma posição política feminista, significa dar voz a certos silenciamentos (KILOMBA, 1968 [2019]), não com o objetivo de salvar suas sujeitas de um espaço de subalternidade (desejo muito presente no feminismo branco e burguês), mas de compreender que o exercício de poder compartilhar nossas histórias e assim exercitar nossa dororidade² nos ajuda a construir uma política de solidariedade feminista (HOOKS, 1952 [2017]) para enfrentarmos mais fortalecidas as opressões que nos atingem. É também uma forma de nos reconhecermos em pautas de luta comuns para pensarmos juntas estratégias de sobrevivência e bem viver.

Acerca da construção deste lugar de escuta, as entrevistas que realizei por diversas vezes transbordaram o tema focal investigado, o que no início me deixou um pouco desorientada se eu deixaria ou não a entrevistada “desviar” tanto do objetivo, contudo no decorrer das conversas percebi o quanto pautas que pareciam fora do ponto central “maternidade e universidade” na verdade estavam amalgamadas. Fatores como relações familiares, casamento e mobilidade urbana por exemplo, apesar de no início parecerem fora do foco, eram as que informavam sobre como lidar com o território acadêmico e as experiências maternas.

Apesar de ter adquirido, ao longo da pesquisa, proximidade e, de certo modo, intimidade com as sujeitas, considero que o ato de entrevistar ainda consista numa “situação de comunicação verbal excepcional” (FERREIRA, 2014, p. 982), pois ainda que tivesse a aparência de um diálogo entre amigas, estava circulada por certas forças, objetivos e circunstâncias que, ao configurar o fazer acadêmico, compunham um tipo de encontro social que não era uma situação informal, pois

De facto, a entrevista supõe um caso particular de interação entre os vários interlocutores, configurando uma troca social desigual, em que a iniciativa e o controlo da situação é, em grande medida, da responsabilidade do pesquisador. (op. cit., 2014, p. 986)

Assim, apesar da proximidade, a entrevista compreensiva nesta pesquisa ainda configura um método de interação verbal privado, localizado e formalizado, circunscrito por uma relação desigual em que a entrevistadora conduz em grande parte o diálogo. Considerando essas particularidades, e compartilhando-as com as sujeitas que participaram das conversas,

² Termo cunhado pela escritora Vilma Piedade em seu livro homônimo publicado em 2017. “Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta. (...) O lugar de fala é um lugar de pertencimento. Falo desse lugar como Mulher Preta. Ativista. Feminista. Mas, também falo do lugar das minhas Ancestrais. Lugar marcado pela ausência histórica. Lugar-ausência designado pelo Racismo. É desse lugar que digo Não. Sororidade une, irmana, mas não basta para Nós - Mulheres Pretas, Jovens Pretas. Eu falo de um lugar marcado pela ausência. Pelo silêncio histórico. Pelo não lugar. Pela invisibilidade do Não ser, sendo.” (p. ?)

ênfaze que, apesar de uma aparência de liberdade metodológica dentro do conceito de entrevista qualitativa, a entrevista compreensiva obedece a protocolos de manuseio que a tornam tanto produtiva, quando consegue ir além da perseguição de apenas um ponto ou pergunta de pesquisa, quanto criativa, quando exige do entrevistador aprender a lidar com as contingências e curvas sinuosas do ato de entrevistar.

Após selecionar as entrevistas a serem analisadas, e considerando que “não existe uma transcrição desinteressada” (BUCHOLTZ 2000, p.1446), transcrevi apenas os trechos que especificam a relação entre ser mãe e universitária. Segundo Duranti (1997) “a transcrição é um processo seletivo, que busca salientar certos aspectos da interação, de acordo com metas investigativas específicas”, assim, como um dos principais objetivos desta pesquisa é compreender como discursos de opressão ao sujeito mãe conseguem “viajar” através da história, atualizando-se e ressignificando em performances discursivas – e, neste caso, no contexto universitário –, não houve necessidade de uma transcrição apurada, resultando em excertos feitos em transcrição simples e sem correção ortográfica, estando alinhados ao objetivo da pesquisa.

CAPÍTULO 2

DISCURSO E MATERNIDADE

Tentando propor uma leitura explicativa acerca da área de estudos da linguagem dentro da qual esta pesquisa se situa, a Linguística Aplicada Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), neste capítulo traço o caminho teórico percorrido para interpretar a maneira pela qual a maternidade circula em discursos institucionais. Para isso conto brevemente como essa área surgiu dentro da Linguística e, posteriormente, se estabeleceu autonomamente em seu exterior. Depois esboço a perspectiva de compreensão da linguagem como performance (BORBA, 2014), construto que tem guiado análises que consideram a dimensão linguística da vida social (BAKHTIN, 2003). E por último, através dos construtos de indexicalidade e entextualização (SILVA, 2014; SILVA & LOPES, 2018), que guiaram as análises linguísticas desta pesquisa, reflito sobre como processos históricos fundam determinadas narrativas, que encontrando campos políticos favoráveis conseguem se estabelecer e estender através da história, sobrevivendo a interpelações e conseguindo se ressignificar na contemporaneidade. Ou seja, como as narrativas acerca da maternidade fundadas especialmente no século XV como referenciarei ao decorrer do texto, conseguiram sobreviver a tantas mudanças políticas e históricas e ainda incidir hoje sobre as sujeitas mães.

2.1 Linguística Aplicada: uma trajetória

Para que possamos compreender como a Linguística Aplicada, especialmente a de caráter Indisciplinar, que tem pensado a linguagem em ação no mundo social é indispensável que se delimite em que pontos ela se distancia das análises de uma Linguística de viés clássico. Para isso, autores do campo (CAVALCANTI, 1986; CELANI, 1992; MENEZES, SILVA & GOMES, 2009; MOITA LOPES, 2011; SILVA, 2015) tem, através de uma historiografia da área, refletido sobre essa trajetória de deslocamento e construção de autonomia.

Apesar das preocupações acerca do ensino de línguas terem uma história muito antiga, a Linguística Aplicada surge na década de 40 para pensar as possibilidades teóricas e metodológicas acerca dos processos de ensino/aprendizagem (MOITA LOPES, 2011, p.12). No auge do Estruturalismo do século XX, quando a Linguística se firmava enquanto área das Ciências Humanas, esse movimento pareceu interessante a um ponto de vista epistemológico que pensava a língua através de um sistema estruturado (SAUSSURE, 1916 [2006]) e possibilitaria ver como essa estrutura opera a realidade. Devido a esse primeiro momento, a Linguística Aplicada ficou por muito tempo entendida como “aplicação de Linguística”, pela

descrição e ensino de línguas, perspectiva que ainda hoje consegue adeptos (SILVA, 2015, p.358), especialmente em áreas endurecidas dos estudos da linguagem.

No entanto, na década de 70 uma outra possibilidade de ver a LA começou a ser esboçada, especialmente fundamentado na ideia de que os modelos trabalhados na Linguística ofereciam um suporte limitado as pretensões investigativas da LA (WIDDOWSON, 2000; CAVALCANTI, 1986, p.6) e que esta, para expandir suas possibilidades de estudo deveria considerar outros modos de trabalho. Nessa perspectiva, a LA toma um aspecto de mediadora “entre descrições teóricas e atividades práticas diversas” (CELANI, 1992, p.18). O exercício dessa mediação vai desaguar, contudo, na compreensão de que

“nenhuma área do conhecimento pode dar conta da teorização necessária para compreender os processos envolvidos nas ações de ensinar/aprender línguas em sala de aula devido a sua complexidade” (MOITA LOPES, 2011)

A percepção de que só os pressupostos teórico-metodológicos da Linguística ainda que em expansão e aliados a uma possibilidade de olhar para as práticas não davam conta de refletir sobre a multiplicidade dos processos de ensino/aprendizagem é o que vai apontar mais tarde, para “a necessidade de pensar uma Linguística Aplicada que dialogasse com teorias que estão atravessando o campo das ciências sociais e humanas” (MOITA LOPES, 2006, p.14), ou seja, considerar uma prática interdisciplinar.

Assim a aquisição e ensino de línguas precisaria passar por outras perspectivas para que pudesse ser visualizada de maneira amplificada. Esse movimento possibilitou perceber que ao manipular as teorias linguísticas vinculadas a um contexto social de sua produção, a/o linguista aplicada/o atravessava outras áreas do conhecimento teórica e metodologicamente. Assim, enfatiza Signorini (1998a)

Essa lógica da interdisciplinaridade possibilita então a LA escapar de visões preestabelecidas e trazer a tona o que não é facilmente compreendido ou que escapa aos percursos de pesquisa já traçados, colocando o foco da pesquisa no que é marginal.

Para além da compreensão de que a partir dessa maneira de fazer LA, se estaria abrindo um distanciamento cada vez maior da maneira com que a Linguística se organizava, tomando a interdisciplinaridade como uma chave importante para se acessar outras possibilidades de pesquisa, um outro ganho também começou a ser engendrado, a possibilidade de ir para além da sala de aula e perceber a linguagem em suas múltiplas formas de manifestação e engajamento.

Quando a LA estende as suas fronteiras para além do ensino de língua estrangeira, abre então um escopo para investigação de múltiplos outros contextos onde a linguagem tem papel central (MOITA LOPES, 2006), prefigurando assim uma forma de investigar situada que se

alinha a problemas sociais trazidos pela contemporaneidade bem como “sobre a relevância de entender a linguagem como instrumento de construção do conhecimento e da vida social recuperados em muitas áreas de investigação” (MOITA LOPES, 2011, p.18). Essas aproximações intensas das problematizações trazidas pelas Ciências Sociais também irão aproximar a Linguística Aplicada dos eixos paradigmáticos que essas áreas do saber engendram, isso possibilita com que atravessamentos como questões de gênero, feminismo, antirracismo, interseccionalidade e etc., também passem a habitar o escopo da LA, mobilizando suas teorizações e metodologias no que diz respeito a interpretação social das práticas discursivas.

Diferente das áreas do saber que instituem cânones a partir dos quais guiam suas práticas científicas, herança de uma cientificidade positivista onde se buscava solucionar problemas em vez de cria-los, a LA, a partir de que se compreende como uma Ciência Social, não busca, contudo, uma fixidez operacional, ou ainda se estabelecer enquanto disciplina, mas “como uma área mestiça e nômade” (MOITA LOPES, op.cit) cuja prática sempre movente, nos livraria de conhecimentos aprisionadores e essencializados. É justamente sobre questionar metodologias e teorizações estáveis que sua crítica se alinha, daí o seu caráter Indisciplinar.

Para que eu pudesse pesquisar e interpretar os discursos que envolvem a questão da maternidade na academia, a partir do campo da LA, foi indispensável perguntar a outras áreas do conhecimento como a Sociologia, a Psicologia, e especialmente a História, para perceber o quanto a trajetória desse sujeito denominado “mãe” foi constituído por práticas discursivas por meio da cultura. Esse diálogo entre saberes me possibilitou perceber que investigar um objeto do ponto de vista interdisciplinar e móvel, torna possível tanto refletir sobre os objetos de maneira localizada como sobre os discursos científicos que dizem sobre um tempo e espaço específico de produção de saberes em que esses objetos estão inscritos.

2.2 Linguagem como Performance

Encontrando possibilidades de ação no mundo social, as pesquisas em LA têm compartilhado das inquietações que estão em pauta nas reivindicações de grupos historicamente marginalizados dentro de uma organização hegemônica do poder. Pesquisas que se envolvem com temas como o racismo, o sexismo e as questões de classe e de colonialidade, por exemplo, tem comparecido como inquietações potentes dentro dos estudos contemporâneos em LA (PINTO, 2015; BORBA, 2014). A partir desse movimento, que envolve pensar uma pesquisa não apartada de um posicionamento político, os discursos sobre a noção de identidade tornaram-se uma importante fonte de questionamento.

Um dos objetivos desta pesquisa se debruça sobre a tentativa de compreender como a categoria “mãe” é construída e interpretada dentro de um espaço institucional que também é uma produção discursiva, a “universidade”. Vale destacar que os sentidos atribuídos à maternidade e a universidade foram construídos historicamente através de processos complexos, que envolvem questões políticas, econômicas e culturais.

Essa ideia de “construção” na proposta da Linguística Aplicada Indisciplinar está ligada principalmente a ideia de performativo, conceito desenvolvido por John L. Austin em 1962 em seu conjunto de conferências mais tarde reunidas em um livro chamado *How to do Things with words*, traduzido por pelo filósofo Danilo Marcondes como “Quando dizer é fazer” (1990). Nessas conferências, o autor desenvolve a ideia de que, ao proferir certos enunciados não apenas constatamos estados de coisas, mas dizemos sobre elas, agindo assim na realidade.

Podemos pensar aqui um exemplo: uma das entrevistadas relatou ter ouvido de uma professora “não oriento estudantes mães, elas nunca concluem os trabalhos direito”. Nesse caso, a docente não apenas constata “que mães não são boas alunas”, de seu ponto de vista, como a partir dessa enunciação institui um não lugar esses sujeitos dentro de um repertório de organização institucional. Esse movimento de construir realidades sociais a partir de práticas discursivas é o que caracteriza, de início, o que Austin compreende por ato performativo, ou seja, “todo dizer é um fazer”, sempre que dizemos algo, agimos no mundo através da linguagem.

Nesta perspectiva, sempre que um discurso acerca das mães universitárias traz consigo os essencialismos acerca de sua (falta) produtividade acadêmica, ele atualiza o projeto, que pautado em uma questão de gênero, dita como deve se dar a existência desses sujeitos, política, social e institucionalmente no meio acadêmico. Contudo, para que esse ato se dê é necessário anteriormente identificar que sujeito é esse compreendido como “mãe” pelas estruturas de poder científico. Se pensarmos uma identidade materna essencializada somos levados a uma compreensão, há muito difundida, de que “mães são todas iguais”, esse tipo de sentença, como enfatiza Borba 2014

é o modelo expressivo da identidade tributário do Iluminismo e da Filosofia cartesiana e constantemente reatualizado pela medicina, pelo direito, pela religião, pela filosofia, pela sociolinguística quantitativa, pela sociologia das “minorias” etc. Nesse modelo, acredita-se que tudo que um sujeito faz (sua moral, sua ética, sua estética corporal, seus gostos, seus desejos, suas ambições, seus modos de falar, de olhar, de andar, de sonhar, de amar...) é expressão de um “eu” autônomo, de uma essência que a priori molda o sujeito e suas ações e serve de centro organizador de sua subjetividade. (p. 447)

Contrários a essa ideia de essência baseada em prerrogativas biologicistas e naturalizantes, a premissa trazida pela visada performativa dos estudos linguísticos (AUSTIN,

1962 [1990]; BUTLER, 1990[2003]; MOITA LOPES, 2006; BORBA, 2014) que compreende a linguagem como “determinante na produção de nossos mundos sociais” (SENA FILHO, 2018), é importante para se refletir como esses estereótipos sobre o sujeito “mãe” são o efeito de discursos que vão sendo repetidos através do tempo e do espaço dentro de estruturas de poder (BUTLER, 2003 [1990]) que homogeneizam, categorizam e hierarquizam sujeitas, fazendo com que o que chamamos de “mãe” acabe por ser percebido como algo estático, natural, homogêneo e com certas características específicas, como amabilidade, dedicação, doçura, amor condicional, etc.

Ademais, para a compreender como a categoria “mãe” foi estabelecida e, ainda hoje, é essencializada no mundo contemporâneo é indispensável recuperar sua historicidade. Para isso na próxima seção relaciono duas grandes narrativas em que a reprodução feminina foi alvo de políticas hegemônicas, gerando assim uma das bases discursivas para o que hoje entendemos como maternidade.

2.3 Indexicalidade e Entextualização

Cada grupo humano desenvolve, a partir de seus modos de produção de conhecimento, maneiras de interpretar e de administrar as coisas do mundo. Experiências universais como as etapas da vida biológica do sujeito, como por exemplo, a concepção, o nascimento, a infância e a morte, são vividos a partir de um repertório conceitual desenvolvido no interior de cada sociedade (MEAD, 1979). Esse repertório guia, então, a maneira com que as comunidades serão organizadas cosmológica e politicamente em suas práticas culturais e sociais. Na antropologia, dois trabalhos escritos por Margaret Mead foram fundamentais para lançar luz sobre essa questão: *Sexo e Temperamento (1935)* e *Macho e Fêmea (1949)*. Neles, através da análise das relações de gênero em três comunidades da Papua-Nova Guiné, os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli, a pesquisadora identificou que as diferenças sexuais se deviam muito mais a uma construção social do que a uma determinação biológica, o que faz com que reflitamos que os papéis de gênero não são atribuições naturais, mas produzidas a partir de relações no interior de cada sociedade.

Pensar o sujeito mãe, na perspectiva dos estudos feitos por Mead, significa então considerar que ele não é um arquétipo biológico inerente, pronto, portador de uma essência ou instinto, mas o resultado de relações históricas e culturais, que fizeram com que dentro de cada grupo ele fosse interpretado e significado de maneiras diferentes. Isso não quer dizer, contudo, que não exista uma narrativa predominante, onde esse sujeito é categorizado e fixado como portador de características específicas e universais. É justamente contra essa narrativa

dominante, hegemônica e ocidental, que materializa violências de gênero específicas ao sujeito materno que a militância feminista vai combater, questionando os estigmas criados pela denominada “maternidade compulsória” (BADINTER, 1995; LINS, 2017).

Perceber dentro de quais barrigas a romantização da maternidade foi gestada é imprescindível para rastrear como ela se estabeleceu no lugar comum dos discursos cotidianos como “Ser mãe é padecer no paraíso. Coração de mãe sempre cabe mais um. Coração de mãe não se engana. Mãe é tudo igual, só muda de endereço. Mãe é mãe”³ etc.

Para isso, dois construtos teóricos, trabalhados nesta pesquisa, indexicalidade e entextualização (BLOMMAERT, 2007/2010; FREITAS & MOITA LOPES, 2019; SILVA, 2014) , oferecem uma possibilidade de perceber como a naturalização acerca do que seja o sujeito mãe, enquanto categoria, foi construída através de práticas discursivas, que apesar de criadas em situações históricas específicas, por agendas políticas específicas, conseguiram viajar através do tempo, atravessando realidades históricas e se resignificando na contemporaneidade de maneiras múltiplas, continuando a dizer e, assim, produzir realidades sociais para corpos marcados pela condição materna. Considerando então que através da linguagem realizamos performances, fazendo coisas no mundo, podemos então recuperar e atualizar através do discurso, estigmas e determinações acerca da maternidade que foram instituídas em outros momentos da história por projetos políticos que conseguiram se firmar enquanto práticas hegemônicas.

Por exemplo, no século XV, como sinalizo ao decorrer da análise, no surgimento da sociedade capitalista, o exercício da maternidade, até então compreendido como um processo coletivo passa a ser isolado, por uma determinação política específica daquele contexto histórico, onde se institui a propriedade privada e a função reprodutiva é designada especialmente as mulheres pobres camponesas e proletárias como uma função primordial dentro do novo sistema que se estabelecia (LÔBO, 1981).

Conseguindo o capitalismo se estabelecer econômica, cultural e socialmente, os discursos sobre a maternidade isolada e a função de cuidado com os filhos ser exclusivamente feminina também foi “carregado” através das práticas discursivas hegemônicas disseminadas localmente em episódios cotidianos. Ou seja, sempre que a ideia de que “lugar de mulher era em casa cuidando dos filhos e isso era ser mãe” era dita, se atualizava, produzindo uma realidade em que essa concepção era um imperativo.

³ <http://transasdocorpo.org.br/index.php/artigos/maternidade-reproducao-deve-ser-opcao-e-criacao/>

Pensar como o discurso sobre a maternidade circula nesse fluxo espaço-temporal, implica perceber que ele não apenas sinaliza um referente específico – o surgimento do capitalismo –, mas “sempre aponta para o movimento dinâmico do significado na socio-história” (SILVA & LOPES, 2019), ou seja, como esse discurso sinaliza um modo de pensar o gênero, o trabalho, a política e a biologia e uma série de outras possibilidades ligadas a compreensão do que seja o sujeito mãe em trânsito por diferentes sociedades e espaço-temporalidades. Nesse sentido o signo “mãe” não apenas referencia uma identidade, pronta e fixada, nascida de um momento histórico específico, mas aponta para uma constelação de significados atribuídos em sua mobilidade, que não apenas dizem sobre as sujeitas, mas compõem suas realidades e constroem seus contextos.

Perceber os processos de construção de significado nessa mobilidade em vez de buscar a origem ou a fonte de determinados discursos é o que diferencia os “estudos linguísticos representacionistas e estruturalistas e aqueles indexicais” (FREITAS & MOITA LOPES, 2019). A indexicalidade figura, nesse sentido

o princípio de contextualização dos signos linguísticos em uso, ou seja, a indexicalidade é evidenciada pela maneira como os signos apontam, para os interlocutores, os discursos mobilizados na interação (FREITAS & MOITA LOPES, 2019 apud SILVERSTEIN, 2009)

Em um dos eventos que participei, durante a requisição de um auditório para a realização de palestras sobre maternidade, por exemplo, a organizadora ao entrar com o pedido na secretaria, ouviu de uma das funcionárias “Vai ter espaço infantil é? Olha aquela porta de vidro”, se direcionando a outra funcionária que recebia o ofício com a requisição. Ao empregar o termo “espaço infantil” dentro do evento de requisição do auditório, a funcionária não apenas manifestou uma preocupação com a possibilidade de quebrar a porta de vidro como indicou que espaços infantis são espaços onde se quebram coisas conduzindo a interação que resultou na necessidade de que o seminário a ser realizado fosse feito em outro auditório, com porta de madeira.

Ao fazer esse movimento que conecta nossas práticas discursivas locais a grandes discursos mobilizados através de realidades históricas, “estamos também tecendo um laço entre o contexto translocal e local, indexicalizando ou apontando para valores, ideologias e crenças do primeiro no segundo” (MELO & FERREIRA, 2017). A crença de que crianças podem prejudicar certa integridade física do espaço universitário, indexicalizada pela funcionária através do índice “espaço infantil”, vai designar, inclusive através de uma autoridade

institucional, um não lugar para certos corpos, no caso os infantis e conseqüentemente os maternos contextualizados nessa situação de fala.

Língua e contexto social, nesse caso, estão interligados pois ao proferirmos determinados enunciados nos situamos e posicionamos no mundo, em contextos sociais e culturais de fala (HANKS, 1999 apud LOPES & SILVA, 2019) e diante de outras/os sujeitas/os que construímos e pelos quais somos localizados. Daí a riqueza de pensar um conceito como indexicalidade que não aponta para uma referência limitada e estável, mas para uma multiplicidade e um movimento através dos quais os sentidos para a vida social são produzidos. Como escrevem Lopes & Silva (2019)

As pessoas são *socializadas* na contínua sequência dos encontros interacionais de que participam e como, por meio da conversa e de outros recursos desses encontros, se tornam sujeitos aptos – em graus variados – a interpretar e fazerem uso de determinados significados sociais. (p.160)

Nesse sentido signos apontam para textos, contextos e um referencial socio-histórico. Ou seja, apontam para um repertório sociocultural amplo e complexo, para cadeias de textos que formam o que entendemos por exemplo, por identidades sociais como “mãe”, “cientista”, “mulher”, “estudante”. Segundo Blommaert (2010), a ordem de indexicalidade são “são os valores, as crenças ou normas que são hierarquizados, estratificados e apontados no processo de indexicalização de Discursos”. A partir disso podemos perguntar: que história de uso se precipita quando utilizamos os termos listados acima em determinados lugares sociais como a universidade?

Para que a produção de significados acerca da maternidade fosse conduzida estrategicamente pelo projeto capitalista, outros suportes foram utilizados, como por exemplo, o discurso da Igreja Católica sobre o papel social da mulher orientado pelos pressupostos contidos nos textos bíblicos. Esses pressupostos apontavam indexicalmente para uma maternidade sacralizada instituída pelo casamento heterossexual monogâmico, onde a mulher ao se tornar mãe, se distanciava de uma condição mundana, compreendendo também uma significação sagrada.

A sacralização da maternidade, indexicalizada especialmente pelo mito da Virgem Maria, acabou por ser utilizada para hierarquizar e subjugar todas as mulheres que não desejando ter filhos, tomassem agência de seus corpos, controlassem sua reprodução e exercitassem métodos de controle de natalidade em regimes comunitários e ideológicos (FEDERICI, 2017).

Ainda hoje os discursos que advindos desse mito conseguem se estabelecer através da ordem de indexicalidade de sacralização da maternidade. Essa “viagem” é configurada pelo

exercício contínuo com que textos são retirados de seus contextos de produção e recontextualizados em outros tempos e espaços. Ao que torna possível esse movimento de transporte Bauman e Briggs (1990) chamarão entextualização que compreende

o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção linguística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional. Um texto, então, nesta perspectiva, é discurso tornado passível de descontextualização. Entextualização pode muito bem incorporar aspectos do contexto, de tal forma que o texto resultante carregue elementos da história de seu uso consigo.

Assim, entextualizado nas práticas discursivas universitárias, o discurso mítico acerca da maternidade aliado a uma organização capitalista dos papéis de gênero produz um tipo de não lugar para essas mães, historicamente alocadas fora das estruturas de poder científico e fixadas na função doméstica e de cuidados dos filhos. A partir disso é possível refletir que os textos religiosos que circulam e dizem sobre a maternidade, não foram meramente copiados e colados na contemporaneidade, mas trilharam um caminho onde precisaram lidar com diferentes possibilidades de interpretação, com o manuseio estratégico de suas postulações, com sujeitas e sujeitos dispostos a reafirmá-los ou não. Nesse trânsito, “uma boa análise de um texto, que capture aspectos importantes do movimento de sua entextualização, demanda uma boa análise da prática comunicativa” (SILVA, 2014, p. 69), por isso a importância de não analisar as falas apartadas de seus contextos de produção, um dos ganhos trazidos pelas pesquisas de viés etnográfico.

CAPÍTULO 3

POR UMA CIÊNCIA FEMINISTA

Quando observamos a criação de cânones da produção feminista do fim do século XIX e início do XX, na primeira e segunda onda do movimento feminista, percebemos que essa história foi escrita durante muito tempo por mulheres heterossexuais, brancas, ocidentais e de classe média, que eram as que detinham condições de escrever sobre o que vivenciavam. Só a partir do fim do século XX, a intensificação dos movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos (DAVIS, 2016) e os eminentes processos anticolonialistas, que se disseminaram pelo continentes africano e asiático, bem como nos países da América do Sul, fez com que outros atravessamentos, advindos de processos de diferenciação geopolítica e colonial, das desigualdades raciais e de classe, coloniais (RODRIGUES & PRADO, 2010; LUGONES, 2008, MATOS, 2019; MAC, 1969)⁴ passassem a ser problematizados mais intensamente diante de um discurso cujo marcador gênero era o viés predominante.

A fricção dos discursos que estendiam a perspectiva feminista para além dos debates que complexificavam a categoria gênero, passou então a recapitular e questionar o que até então se entendia como representação feminista. No Brasil, protagonistas dessa fissura, as feministas negras, ao iniciar um processo de ‘enegrecimento’ do feminismo, revelaram “a insuficiência prático-teórica e política do feminismo para integrar as diferentes expressões de sociedades multirraciais e pluriculturais” (CARNEIRO, 2003). Esse questionamento não só levantou um olhar sobre a questão da mulher racializada frente a um feminismo que homogeneizava a experiência feminina, mas sinalizou, epistemologicamente, a necessidade de debater outros fatores como raça, classe, território etc., que amplificariam as possibilidades de debate feminista. Em 1851, em um discurso visionário para os estudos de gênero, Sojourner Truth, escravizada nova iorquina, frente a clérigos que discutiam o quanto mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens porque eram frágeis e intelectualmente inferiores questionou:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e

⁴ LUGONES, Maria. “Colonialidad y género”. En Tabula Rasa. Bogotá, n°9. 2008.

quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?⁵

Pensando a questão das políticas identitárias, a partir desse olhar, um sujeito estável inscrito sob o signo “mulher” (BUTLER, 1990 [2003]) se torna questionável diante de outros demarcadores identitários mais específicos como “mulher negra” ou ainda a “mulher, negra e pobre”. Esse exercício, no entanto, não implica em uma mera substituição ou ampliação dos demarcadores de identidade, mas em uma localização epistêmica (HARAWAY, 1995) de onde se torna possível questioná-los. A esse respeito enfatiza Haraway (1995):

Muitas correntes do feminismo tentam estabelecer bases teóricas para uma confiança especial na perspectiva dos subjugados; há uma boa razão para se acreditar que a visão é melhor abaixo das grandes plataformas espaciais dos poderosos (Hartsock, 1983^a; Sandoval, sd. Harding, 1986; Anzaldúa, 1987). Vinculado a essa suspeita, esse texto é um argumento a favor do conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis. Irresponsável significa incapaz de ser chamado a prestar contas. Há grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos. (p.22)

O movimento de mulheres negras questionando um feminismo que não as representava, o que fez com que as metodologias de análise interseccionais fossem constituídas, se tornaram um suporte importante para pensar as vivências de mulheres sob um olhar epistêmico plural, bem como problematizar os limites que o demarcador gênero conota e sobre que narrativas ele foi constituído.

3.1 Ciência e Representatividade: Lugar de mulher é onde ela quiser

Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro. (HARAWAY, 1988 [1995], p.16)

Lembro de quando organizei na cidade onde fiz graduação o I Encontro de Estudos Feministas de Bragança-PA, cuja palestra de abertura debatia exatamente a questão das mulheres na ciência, no caso específico da palestrante, na área de ciências biológicas. Ela iniciou sua apresentação com um slide onde havia fotos de quatro grandes cientistas homens famosos, e perguntou “Quem são essas pessoas? Quais seus nomes” e as pessoas da plateia “Einstein! Stephen Hawking! Darwin! Newton!” identificaram imediatamente. “Ótimo”, disse a palestrante, “agora vamos ao próximo quadro”. No outro slide quatro rostos femininos desconhecidos. E ela pergunta novamente “Quem são essas pessoas? Quais seus nomes?”. Nem eu, nem ninguém da plateia sequer chutou um nome, ficando o auditório num completo silêncio. E assim a palestrante anunciou “pois bem, é justamente sobre esse silêncio a minha fala de hoje”.

⁵ JOSEPH, Gloria I. Sojourner Truth: Archetypal Black Feminist. In: BRAXTON, Joanne; MCLAUGHLIN, Andrée Nicola (ed.). *Wild Women in the Whirlwind*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1990, p.35-47.

Durante a pesquisa, participei de três eventos cuja maternidade e ciência eram o foco central: *Desafio das mulheres nas ciências: maternidade* (PUC-RIO), *I Colóquio Maternidade e Universidade* (UFF) e o *I Seminário sobre Maternidade na Graduação da UFRJ*. Nas mesas, compostas por estudantes de pós-graduação, graduação e docentes universitárias, o relato de experiência era o gênero textual predominante seguido das estatísticas que recuperam, em números, a participação das mulheres em atividades científicas diante da maternidade. Todas as falas eram introduzidas com a narrativa sobre a universidade como um espaço duplamente desafiador para as mães: primeiro por sua condição de gênero e, posteriormente, por sua condição materna.

O relato de experiência aliado a uma exibição estatística que quantifica as disparidades entre masculino e feminino na trajetória científica é a dinâmica principal desses eventos, que trazem à tona as práticas cotidianas em que os estereótipos de gênero são reafirmados no contexto universitário. Durante seus relatos, as mulheres que compuseram as mesas relataram, por exemplo, como foram recebidas na gravidez por seus chefes de departamentos, orientadoras/es, colegas de curso, bem como precisaram lidar com as condições logísticas de uma licença-maternidade ou da manutenção de suas publicações acadêmicas e bolsas, por exemplo.

Esses relatos possibilitam perceber as micropolíticas (GUATTARI, 2011) empregadas que sustentam as relações de gênero em uma percepção do cotidiano, em seus detalhes e modos de tratamento, o que diante de dados estatísticos exibidos em consonância, fazem perceber que são nessas práticas situadas localmente que grandes modos de fazer conseguem se manter socialmente hegemônicos, sustentando as matrizes que tomam o sujeito centro do poder científico geral como masculino, resignando o feminino a um lugar de recorte, generificado, localizado e corporificado (HARAWAY, 1995; BUTLER, 1990 [2003]). Segundo esclarece Pinto (2015):

Essa corporificação do conhecimento, visto como produzido por corpos históricos em contextos localizáveis e parciais, se articula com o reconhecimento crítico das matrizes de poder que sustentam as produções de conhecimento no mundo contemporâneo. (p.214)

Desmistificar a ideia de que o poder é uma força que paira sobre nós, concentrado nas mãos do Estado ou de grandes práticas hegemônicas naturais e imutáveis é uma das possibilidades trazidas por um conhecimento corporificado e situado. Pois, além de fazer perceber como as práticas do poder estão diluídas em eventos cotidianos, também suscita a

ideia de que a resistência e transgressão dessas práticas também podem ser trabalhadas em seu aspecto localizado.

Por isso, para que se possa falar de mães nas ciências, é necessário problematizar que Ciência é essa que parece não representar o sujeito feminino, que apesar de ocupar 60% dos títulos de grau universitário no Brasil (INEP, 2016) ainda se inscreve, sob o domínio dos estereótipos de gênero, como “majoritariamente invisíveis, em quantidade, reconhecimento e influência” (WOMEN IN SCIENCE, 2018), não detendo expressividade em cargos de poder como chefias de departamento, diretorias e reitorias e quando estão, são nos cursos comumente entendidos como “femininos” (BARRETO, 2014).

Para esboçar essa problemática, e relacionar as questões de gênero a maneira com que as trajetórias de mulheres na academia são delineadas, em todas as palestras assistidas o chamado “viés implícito” é recuperado enquanto suporte de análise. Esse mecanismo, trabalhado entre a neurociência e a psicologia foi cunhado pela primeira vez nos anos 90 por Mahzarin Banaji e Tony Greenwald, e resumidamente, diz sobre um tipo de preconceito que se direciona a determinado grupo social, mantido através de associações inconscientes (WHITE & GWENDOLEN, 2006), ou seja, quando através da atribuição de estereótipos, delimitamos qualidades – e defeitos – particulares a determinados grupos.

Os defensores dessa tese compreendem que desde pequenas/os, somos condicionadas/os socialmente a ver o mundo de formas específicas e ainda que questionemos essas formas, quando adultos, ainda preservamos um rastro delas em nossas manifestações sociais (WHITE & GWENDOLEN, 2006, p.156), esse rastro é justamente feito pelo movimento que está implicado na prática dessas formas na interação. Isso se dá, por exemplo, quando ao indexalizarmos o termo “cientista”, a primeira imagem projetada não ser a de uma mulher, pois foi construído ao longo da história que quem faz ciência em geral são os sujeitos masculinos, brancos e heteronormativos.

Esse condicionamento, ou construção social do gênero (BUTLER, 1990 [2003]), que localiza a mulher dentro de espaço subalternidade responde as questões do porquê, apesar de adentrar as universidades em uma maioria numérica, as mulheres não conseguem se estabelecer em cargos de poder (HELMER *et al.*, 2017). Nesse sentido, pensar uma ciência feminista significa não apenas intensificar o acesso de mulheres aos campos do saber-poder (FOUCAULT, 1997), mas refletir sobre como esse acesso pode gerar uma nova possibilidade de produzir conhecimentos e sujeitos, bem como de pensar a Ciência. Questionando, dessa forma, a influência patriarcal ainda tão presente nas práticas acadêmicas cotidianas que fazem

com que, ao olharmos para as fotos de Marie Curie, Katherine Johnson, Bertha Lutz e Nise da Silveira possamos, no mínimo, reconhecê-las.

3.2 Maternidade e Universidade: uma breve revisão bibliográfica

Entre maio e julho de 2019, fiz um levantamento bibliográfico onde busquei nas principais plataformas de busca de produções acadêmicas – a saber SciELO, Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – por trabalhos que tivessem a temática “mãe universitária” publicados no Brasil. A partir desta pesquisa, pude identificar algumas recorrências no que tange aos tratamentos teórico-metodológicos acerca do tema. Apesar da temática da maternidade na graduação e pós-graduação, apresentar dados escassos, consegui reunir, nesse levantamento, um total de catorze trabalhos produzidos nos últimos dez anos, entre teses, dissertações e artigos que se relacionam especificamente com essa temática publicados no Brasil. Entre eles identifiquei os pontos convergentes que seguem.

Primeiro, são trabalhos majoritariamente escrito por mulheres, em apenas um o primeiro autor é masculino (MENEZES et al., 2012). Se olharmos superficialmente podemos inferir que esse dado é positivo, afinal mulheres que escrevem sobre mulheres seria um exercício de representação positiva e feminista. Contudo, a questão também pode ser interpretada de outra forma, porque um tema tão importante como a maternidade tem em sua maioria, autoras mulheres? Que tipos de problemas realmente importam na grande disputa hegemônica pelo saber? Que corpos e problemas sociais importam a uma disputa de inteligibilidade? Isso se dá, muito possivelmente pela maneira com que a compreensão da maternidade foi naturalizada discursivamente no interior da cultura, não oferecendo exatamente um risco epistemológico ou um problema científico significativo aos discursos hegemônicos. Dessa forma esse é um problema de mulheres e elas que se disponham a debate-lo.

Tem sido cada vez mais recorrente nos debates militantes na academia a ideia de que pesquisar grupos historicamente silenciados, procurando amplificar suas vozes para o interior dos debates científicos não tenha tanta legitimidade se feito por pessoas distanciadas das realidades trabalhadas. Ou seja, é uma crítica à mediação que se institui através de um tipo de autoridade baseada única e exclusivamente na experiência como perspectiva válida. A essa proposta foi dado no lugar comum o nome de “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017). O lugar de fala seria então um conceito que auxiliaria a compreensão de que ao proferir discursos marcamos as relações de poder instituídas acerca e sobre aqueles que falam.

Contudo, a partir da reflexão sobre o ensaio “Pode o subalterno falar?” (1993), de Gayatri Spivak, Lopes (2010) nos oferece uma outra possibilidade de tratamento desse

movimento de falar de si como única autoridade legítima para uma escrita militante. Segundo a autora

Primeiro, a identidade “original” e “verdadeira” do subalterno não se perde no diálogo, uma vez que o sujeito subalterno e o sujeito dominante são construções relativas e relacionais. A construção da dominação depende da subalternidade e vice-versa. Além disso, há momentos e lugares nos quais os sujeitos aparecem como atores subalternos, mas em outros esses mesmos sujeitos possuem um papel de dominação. Um sujeito pode ser subalterno em relação a certo sujeito e dominante em relação a outro.

Em outras palavras, os lugares sociais e identidades em que os sujeitos se inscrevem não são fixos, mas se movem a partir das relações sociais e de poder que constroem os contextos em que falam. Por isso todo falar de si significa implicitamente falar do outro com o qual me relaciono numa relação de interdependência e localização. Fixar que uma fala legítima só possa partir de uma experiência “vivida na pele” desconsidera a fluidez com que as relações de dialogar, falar e ouvir se dão, bem como desconsidera que a dicotomia dominador/subalterno não dá conta da mobilidade com que os discursos operam em determinados lugares, por determinados motivos e para certos fins.

Lembro da fala de uma professora trans no evento Desfazendo Gênero em Recife, este ano, ao comentar o trabalho de uma mulher cisgênera sobre pessoas trans:

Sabe o que acho de pessoas cisgêneras escrevendo sobre pessoas trans? Péssimo. Contudo considero que, em vez de perguntar as pessoas trans como elas são recebidas pela academia, essas pessoas cisgêneras deveriam perguntar à academia como ela recebe, ou acha que recebe, as pessoas trans.

Esse comentário me fez revisitar minha primeira pesquisa, realizada em um contexto social que eu não conhecia por pessoas com quem eu também não me identificava, que era no caso, as mulheres frequentadoras de festas de aparelhagem. Contudo outras partes componentes de minha subjetividade se alinhavam aquelas sujeitas como a questão de ser mulher, ser paraense e pertencente a classe popular, por exemplo, e eu sentia que, trabalhar aquele contexto seria uma relação de escrita produtiva entre eu e elas e entre a possibilidade de desmistificar os estereótipos acerca suas identidades, majoritariamente negativizados, através de uma escrita científica engajada, localizada e sensível.

Esse lugar contrastou radicalmente com a pesquisa atual, onde eu era a sujeita específica da qual falava, mãe universitária, contudo essa identidade não me homogeneizava junto as minhas sujeitas de pesquisa, afinal, outras ordens sociais compareciam para tornar nossa experiência da maternidade e da academia também diversa. Primeiro, que eu era a pesquisadora, a que escreveria sobre os resultados de nossa interação, depois que dentro desse grande grupo “mães universitárias” muitas outras disparidades internas subjazem, tornando nossas experiências diferentes e muitas vezes hierarquizadas, como classe, cor da pele, região

geográfica, faculdade e etc. Diante disso arrisco de dizer que podemos falar com as sujeitas e sujeitos das realidades em que não nos inscrevemos de modo específico, contudo sempre procurando, como bem enfatizou a professora em Recife, tentar fazer as perguntas certas e interpelar quem deve ser efetivamente interpelado.

A segunda questão observada durante o levantamento bibliográfico, foi que as pesquisas se situam em sua maioria na área de pedagogia/educação (AMORIM, 2012; AQUINO, 2018; MENEZES et al.; ANSAI & PINHEIRO, 2017; AVILA & PORTES, 2012; HEIMBURG, 2016), debatendo os desafios de propostas pedagógicas inclusivas que percebam no alunado as diferenças que tornam as experiências de ensino-aprendizagem diversas. Considerando que a pedagogia é, estatisticamente, um curso preferido por mulheres (BRASIL, 2017), a ideia de que este é um problema nosso é recuperada. Dos demais, três se situam na área do Serviço Social (HENRIQUES, 2016; PLETISKAITZ & ROSA, 2017; RIBEIRO, 2016) três na área da psicologia (BUENO, 2005; URPIA, 2009; URPIA & SAMPAIO, 2011) e dois na área de saúde (SILVA & UTIYAMA, 2003; HARDY, REBELLO & FAÚNDES, 1993).

Em terceiro lugar, a metodologia empregada nessas investigações são quase que exclusivamente baseadas em um modelo de investigação quantitativo, de natureza básica e de cunho exploratório que procura fazer um levantamento das condições em que as mães universitárias se encontram. Através principalmente da aplicação e interpretação de questionários onde as entrevistadas registram aspectos como formação familiar, características socioeconômicas, idade dos filhos, situação conjugal e algumas especificidades como deslocamento até a faculdade, por exemplo. Exceção a essa metodologia, são os trabalhos da área de psicologia citados acima, que envolvem uma observação participante aproximada e uma escrita autobiográfica.

E em quarto lugar, não apresentam um debate significativo sobre as redes de apoio a que as mães universitárias dispõem, apesar de identificarem uma falta de comprometimento institucional para a permanência dessas mulheres, em apenas um trabalho, intitulado “Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil” (HENRIQUES, 2016) a intersecção entre gênero, raça e classe foi trabalhada de forma mais específica. Contudo, nos demais a questão de classe foi utilizada como principal demarcador para a interpretação final dos resultados.

Diante desse cenário e das perspectivas apontadas durante a presente investigação, algumas propostas teóricas podem ser percebidas para que o tema possa ser amplificado nos debates científicos, considerando as particularidades com que cada contexto opera. Dentre essas propostas enumero:

- a) a percepção de que a maternidade não é uma questão exclusivamente feminina, mas da sociedade, o que pode inferir em pesquisas cujos autores não precisem, necessariamente, sofrer as opressões específicas para precisar problematiza-las (LORDE, 2009; hooks, 1952 [2017]). Isso não se contrapõe a ideia de que falar de si é um exercício político de sujeitos historicamente silenciados (ANZALDUA, 2000b), mas pode implicar na amplificação de temáticas historicamente invisibilizadas;
- b) os ganhos das pesquisas de âmbito qualitativo e aplicado (MOITA LOPES, 2006), bem como as de caráter etnográfico (GARCEZ & SCHULZ, 2015), no que tange a uma exploração mais aproximada e profunda com os múltiplos contextos em que a maternidade universitária se orienta;
- c) e por fim a percepção de que as tentativas de descentralização e orientações a partir de um conceito de diferença (CRESHAW, 1994; DAVIS, 1981 [2016]), entre experiências maternas seja mais produtivo e engajado do que uma tentativa de classificação e categorização através de dados estatísticos. Estes últimos são importantes, mas não podem encerrar-se em si mesmos.

3.3 Movimentos pró-maternidade nas ciências

Percebendo a maternidade como uma das pautas indispensáveis para se pensar o movimento de mulheres nas ciências, algumas organizações têm se organizado no sentido de debater e articular formas de trazer essa pauta aos círculos acadêmicos questionando as formas com que mães são recebidas no interior de suas estruturas.

O *Parent in Science*, movimento que tem ganhado notoriedade no Brasil, organizou em 2018 o I Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). No encontro foi compartilhado um mapeamento feito com mil entrevistadas, onde foi pautado o impacto da maternidade na carreira científica de mulheres brasileiras. Assim como os trabalhos citados acima, ele também utilizou dados quantitativos para demonstrar o quanto a relação entre maternidade e academia são invisibilizados, impactando significativamente na atuação de mulheres no campo científico. Infelizmente o projeto não se elenca diretamente com as sujeitas desta dissertação, pois suas pesquisas não abarcam mães na graduação, mas apenas “docentes, discentes de pós-graduação, pós-doutorado e pais” (PARENT IN SCIENCE, 2018⁶). Isso se tornou evidente, por exemplo, quando em um evento da PUC-RIO, no qual participei, uma mulher graduanda ter questionado uma ação que tem sido encabeçada por esse movimento, a chamada #maternidadenolattes.

Essa chamada diz respeito a uma tentativa de trazer a maternidade para a Plataforma do Currículo Lattes de mulheres pesquisadoras para dar visibilidade à maternidade e torná-la acessível aos avaliadores, destacando os desafios que ela comporta, o que pode por exemplo,

⁶ Disponível em: https://www.ufrgs.br/humanista/wp-content/uploads/2018/07/Parent-in-Science_principais_dados.pdf

justificar uma significativa queda de produtividade após o nascimento do filho, o chamado “gap” nas publicações. Contudo, como demarcou uma mulher da plateia do evento:

(...) mas eu que sou graduanda, por exemplo, tenho medo que os professores e orientadores saibam que eu sou mãe e assim se neguem a me orientar na iniciação científica ou no TCC.

Esse exemplo implica em uma percepção de que cada nível de ensino trará as suas demandas por permanência de mães em instituições superiores de ensino, considerando suas posições e experiências institucionais, contudo o *Parent in Science* ao trabalhar com a temática específica da maternidade na ciência, abre um escopo para possibilidades de questionamento que efetivamente problematizam a organização do ensino superior no que diz respeito a experiência materna.

Na graduação, essa questão tem sido levantada por coletivos que têm trabalhando localmente em cada instituição, percebendo suas particularidades e se engajando em uma luta que propõe desde redes de apoio entre mães até medidas institucionais em conselhos superiores. Durante a pesquisa tive a oportunidade de conhecer o trabalho de três coletivos no Estado do Rio de Janeiro que exemplificam esse movimento localizado: o Coletivo Mães da UFF, Coletivo de Pais e Mães da UFRRJ (COPAMA) e o Coletivo Mães da UFRJ⁷, tive contato também com as propostas do Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade (NIEM), organização da Universidade Federal Fluminense.

Os objetivos propostos por esses coletivos têm considerado principalmente,

detectar, mapear e dar visibilidade para as demandas de estudantes gestantes e mães. Criar rede de apoio, bem como políticas para manutenção da mãe na universidade e necessária criação de ações para representatividade e políticas de permanência na Universidade⁸.

Para isso, utilizando, principalmente, as redes sociais como forma de disseminação, os coletivos estimulam a aproximação de mulheres mães, bem como mediam as relações junto a universidade as suas necessidades.

Além dessas organizações existem outros tipos de trabalhos mais pontuais como o do Observatório Cajuína, por exemplo, que tem como foco a participação de mães em congressos e eventos científicos e que lançou em agosto deste ano a “Carta aberta à comunidade científica: como incluir mães nos congressos⁹” onde não apenas identifica esse espaço como não receptivo as acadêmicas mães como orienta como essa inclusão pode ser efetivada.

O trabalho feito nas universidades que tematizam a maternidade por meio de publicações ou da organização de coletivos ainda é pouco expressiva, mas significa muito para

⁷ no qual acabei auxiliando na organização de seu primeiro seminário, onde apresentei os dados desta pesquisa.

⁸ Proposta contida no texto de apresentação do *Coletivo de Mães da UFF*, disponível em: <https://www.facebook.com/coletivomaesdauff/>, acesso em 09/11/19.

⁹ Disponível em: <https://observatoriocajuin.wixsite.com/cajuina/blog/carta-aberta-%C3%A0-comunidade-cient%C3%ADfica-como-incluir-m%C3%A3es-nos-congressos>

as sujeitas que se dispõe representar e incluir. Dentro de uma consciência feminista que olha para as particularidades com que as experiências de gênero são dispostas e interseccionalizadas a outros demarcadores, o trabalho acerca da maternidade na universidade tem possibilitado refletir sobre estratégias que proponham subverter um *modus operandi* hegemônico, mediando outras leituras possíveis do mundo institucional.

CAPÍTULO 4

PERFORMANCES DISCURSIVAS DE MULHERES MÃES NA ACADEMIA EM CONVERSAS VIA WHATSAPP

Os dados abaixo analisados foram gerados no período de maio a agosto de 2018, via WhatsApp, após minha postagem no Facebook onde escrevi que precisava conversar com mulheres que foram mães durante a graduação ou pós-graduação (Capítulo 1). Mulheres dos Estados do Rio de Janeiro e do Pará me procuraram e se disponibilizaram a ouvir minha proposta, passei a elas meu contato de celular e elas então mandaram mensagem perguntando do que se tratava. Como resposta a essas mensagens gravei um áudio em que me apresentei e agradei o contato. Depois falei um pouco da minha trajetória na graduação na UFPA e da entrada no mestrado da UFRJ com o projeto sobre festas de aparelhagem e meu desejo de investigar as questões interseccionais que compareciam nesses espaços. Após narrar essa primeira parte, contei sobre a descoberta e o período da gravidez, sobre a necessidade de mudar de objeto de estudo, especialmente o porquê de não conseguir continuar com a pesquisa anterior devido a nova rotina como mãe.

Durante o áudio, precisei fazer algumas pausas, pois naquele momento, fazia uma nova aposta, contava minha vida para mulheres desconhecidas e pedia que elas também dividissem suas vidas comigo. Vez ou outra, a voz embargava ou meu bebê interrompia com aqueles gemidinhos de bebê de dois meses. Nesse áudio, pela primeira vez eu dividia minha história com outras audições além do meu companheiro.

Narrei minha falta de esperança e perspectiva também, falei sobre a dor de não conseguir continuar e a admissão que diante da situação me encontrava meio perdida e que o que estava tentando fazer era realinhar essa parte da vida e tentar seguir em frente com os estudos. Falei do apoio que tive de meu companheiro e orientadora, reconheci os privilégios que tinha e as ausências que me tocavam negativamente.

Evidenciei então as hipóteses que me levaram a esse tema. Seguem trechos do meu áudio:

(..)E aí foi que tive a ideia de poder falar sobre essa minha história, só que essa minha história é também a história de muita gente, de muitas mulheres que estavam na graduação e na pós-graduação e engravidaram e de repente tiveram que se haver com esse novo momento né.

E aí eu tô desenhando uma pesquisa no sentido de entender como que se deram esses processos na vida de várias mulheres. Como é que foi pra cada uma e que tipo de lugares essas mulheres passaram a frequentar, que tipo de lugares se tornaram desautorizados a essas mulheres, que tipo de discursos elas escutaram. Como que a academia enquanto instituição recebeu essa mulher e a sua criança, ou não recebeu. Como é que foi a

relação dessa mulher com seu companheiro, sua família, se ela teve ajuda. Como que ela conseguia progredir academicamente ou se ela desistiu. Porque não é desistência da academia, mas é aceitar que a gente não é de ferro né, que a gente não consegue ser a mulher maravilha.

E tentar entender como que a minha história conversa com a sua história e conversa com a história de outras mulheres e aí tentar articular um debate sobre isso e caracterizar uma nova pesquisa. Pra nascer uma nova pesquisa, junto com o bebê, junto com a vida com o bebê.

E eu tô precisando de mulheres que tenham essas histórias pra trocar comigo. Então o contato com vocês basicamente é pra tentar entender o quanto as nossas histórias são similares em alguns pontos e diferentes em outros. Porque cada mulher tem uma experiência de vida. Cada mulher a partir das condições de grana que ela tem, a partir de que apoio que ela tem, ela vai desenvolver a maternidade de uma forma diferente e aí como que isso se relaciona a continuar estudando.

Após essa parte da narrativa, comecei a refletir sobre a importância dos estudos para mulheres vindas da classe trabalhadora, e do quanto o ensino superior significava ampliar uma perspectiva de futuro para algumas famílias.

Principalmente quem veio de classe trabalhadora estudar é uma coisa que, é tipo meio que obrigatória, ou você estuda, ou você vai trabalhar numa...num trabalho que talvez não te remunere tanto né, não compactue com seus sonhos, com suas pretensões. De você crescer intelectualmente, socialmente, das diversas formas que se pode crescer né, estudando.

Depois dessa reflexão, fiz o seguinte pedido às ouvintes:

E aí o que eu queria te pedir era essa troca mesmo. A possibilidade da gente começar a conversar sobre o assunto. Porque eu não tenho um objeto definido, eu não tenho perguntas definidas e acredito que fazer pesquisa fechadona assim não é muito produtivo. É mais legal quando a gente conversa, entende o que aconteceu com a outra e vai dialogando. E aí talvez surja daí um ponto interessante pra gente poder tratar nessa nova pesquisa que tá nascendo.

E é isso, queria saber se posso contar com teu apoio, pra ouvir como é que foi, pra você dividir comigo esses relatos, do que viveu ou ainda vive, não sei se estás na graduação ou na pós-graduação. Como é que foi a relação com orientador, com TCC, monografia, essas coisas mais burocráticas, se tinha creche pra te apoiar etc. e tentar dialogar com você nesse sentido.

Inicialmente seria a gente trocar nossas histórias, é basicamente por aí.

A partir dessa conversa, trinta e quatro mulheres enviaram um ou vários áudios resumindo suas trajetórias de vida, duas delas apesar de enviarem longos áudios, pararam de responder, ficando em trinta e duas as entrevistas completadas. Para efeito de recorte, visto que a quantidade de dados era muito alta para a proposta de pesquisa qualitativa a qual pretendia, optei por analisar aquelas com as quais pude desenvolver um diálogo mais longo e uma proximidade maior chegando a 8 sujeitas de cujos áudios extraí os trechos em que a relação da maternidade com os estudos acadêmicos era explicitada, são elas: Laura, Daniele, Andreia, Cristiane, Helena, Amana, Carla e Iara.

Dessas oito mulheres, cujos nomes foram substituídos por nomes fictícios a fim de preservar suas identidades, duas se autodeclararam brancas, uma indígena, quatro pardas e uma negra, seus relatos foram cedidos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todas de classe popular com idade entre vinte e dois e vinte e sete anos. cinco estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), duas da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e uma da Estácio. Acima de cada excerto, identifico essas características para efeito de reflexão acerca do debate sobre interseccionalidade.

Cada narrativa foi um universo de temas que se entrecortam e inter-relacionam para formar a experiência dessas mulheres, contudo alguns são mais recorrentes e fazem com que se torne perceptível a operação de certas ideologias, especialmente relacionadas a gênero. Essa regularidade me levou aos tópicos abaixo, que se “orientam de acordo com ordens de indexicalidade” (MELO & MOITA LOPES, 2014), que para efeito de organização seguem divididos em seis partes:

- 4.1 Em **Olhares que ferem: a maternidade e o fim do mundo** analiso a indexicalidade em excertos sobre a liberdade sexual feminina como exercício de indisciplina e a gravidez como um tipo de “contingência” diante das práticas de contracepção.
- 4.2 Em **O corpo-grávido no espaço universitário** entextualizo as narrativas em que o trânsito desse corpo é recebido como estranho, deslocado ou repellido por estruturas físicas e personagens do espaço da universidade.
- 4.3 Em **Alguém pode ficar com o bebê pra eu ir pra aula?** Reflito sobre as questões familiares e de classe que comparecem na dinâmica cotidiana da mãe universitária.
- 4.4 Em **Tem uma criança na sala de aula** discorro sobre a necessidade de algumas mães levarem seus filhos para a aula e as implicações e a problemática que esse ato envolve, bem como a noção de resistência que engloba.
- 4.5 Em **Maternidade Legal x Maternidade Real** questiono por meio das narrativas das entrevistadas as leis e os textos regimentais que tratam da maternidade na graduação. E a última seção? Sobre resistência? Encaixa aqui?
- 4.6 Em **Estratégias de Resistência** analiso os excertos em que as estratégias logístico-cotidianas são organizadas para que as mulheres mães, apesar das interdições consigam se manter estudando.

Além dos excertos das narrativas trago ainda duas crônicas de meu diário pessoal, uma que expõe a logística da amamentação e a outra da relação com meu companheiro e pai do meu filho; um post no Facebook sobre contracepção do qual reflito sobre os comentários; e dois relatos etnográficos sendo um de um evento que tinham como foco o desafio das mulheres nas ciências, realizado na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO) em setembro de 2018 e outro um ato realizado por mães estudantes na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em junho de 2018. Cada um dialoga com o tópico que está inserido e compõe a reflexão sobre ele.

4.1 Olhares que ferem: a maternidade e o fim do mundo

Quando dei a notícia de gravidez a minha vó, ela me lembrou a velha maneira de organização da vida em sua perspectiva, para ela a vida não é começo, meio e fim, mas começo, meio e começo. Pai e mãe é começo, filho é meio e neto é começo de novo. Minha geração-avó sempre recebe os netos com muita alegria, é legado que se estende e amplia no tempo a vida que se renova. Já com meus pais, menos sensitivos às espiritualizações ancestrais e um pouco mais explorados pelas artimanhas do capital, o buraco foi mais embaixo: “eu não acredito, TU acabou com tudo então?” Esse “tudo” ou esse “mundo” que chega ao fim com a chegada do filho a meu entender significava a agência de poder seguir com planos, com sonhos e com a trajetória acadêmica, que era a fonte de orgulho familiar sobre mim. Liberdade de poder trabalhar e estudar, de se divertir e todas as coisas positivas de não ter filhos – nesta sociedade capitalista neoliberal.

Para ilustrar essa ideia de vida que acaba, alguns discursos são produzidos no sentido de apresentar a nova mãe sua eminente condição e seu novo território. Discursos comuns no cotidiano, que vez ou outra se transvestem de piada ou que se defendem parecendo apenas uma constatação, mas que conseguem ser incisivos e absurdamente violentos aos seus alvos. Como ilustrado nos excertos que seguem, foi muito comum, durante as narrativas escutadas, que a sujeita, ao descobrir a gravidez, tenha sido alvo de uma série de falas negativas em relação ao seu novo estado. E o verbo “acabou” é aplicado a todas as esferas possíveis: acabou festa, acabou diversão, acabou estudo, acabou a vida.

E quando essas mulheres, ao se sentirem constrangidas e julgadas por essas vozes, abandonam o espaço universitário, a casa dos pais, o grupo de amigos, percebemos o poder do discurso de direcionar a vida, (des)territorializar sujeitos, invadir o corpo e fazê-lo chorar. Percebemos o poder do discurso de ferir (BUTLER, 1997; MELO & ROCHA, 2015). Essa manipulação violenta do corpo é o produto de processos discursivos complexos que se

estabeleceram e direcionaram através da história das mulheres, dando certa aparência de naturalidade para suas violências, incidindo política, econômica e culturalmente sobre a forma com que se lida com essa fronteira chamada maternidade.

A partir dessa reflexão, este tópico traz a recepção das pessoas do círculo familiar e acadêmico diante da nova gestante através dos excertos extraídos das falas de Carla, Daniele e Helena, e a relação de mulheres acadêmicas com os métodos contraceptivos através da análise dos comentários de um post meu feito no facebook em março de 2019.

Carla, branca, Estácio
Áudio whatsapp 06/07/18 – 1m13s

1. Cara, em relação a faculdade, institucionalmente falando
2. É quando eu entrei eu já era mãe
3. E aí eu ouvia muita coisa desagradável, muita coisa mesmo
4. Coisa do tipo “ah, se tu quisesse ser uma aluna produtiva de verdade não deveria ter aberto as pernas”
5. “Deveria ter ficado quietinha de perna fechada”
6. E aí tu ia conseguir é lidar com a faculdade de uma outra forma porque
7. Né, não era o lugar de uma mãe nova, a faculdade
8. E aí isso desde o começo né
9. Ouvei de professor, de professora, uma cagada
10. E aí depois da segunda gestação deu uma intensificada assim

Neste primeiro excerto, Carla narra um exemplo de como o signo gravidez indexa um mal, uma interrupção da liberdade. O “muita coisa desagradável” que Carla ouvia é um conjunto de falas que indexam ideia de sexualidade feminina não controlada. No trecho exposto na linha 4 “ah, se tu quisesse ser uma aluna produtiva de verdade não deveria ter aberto as pernas”, é perceptível que o problema parece não ser exatamente a gravidez ou falta de contracepção, mas a própria relação sexual, “o abrir as pernas”.

Nesse conjunto de falas que circulam na sociedade patriarcal, eufemisticamente tratadas por Carla como “falas desagradáveis”, as mulheres, que tem relações sexuais sem proteção, precisam ser punidas. Assim, como o caso analisado acima, elas são castigadas com a gravidez, uma vez que essa é indexalizada como um mal, uma interrupção que lhes tiraria a liberdade.

Dessa forma, sentenças como a da linha 5 “Deveria ter ficado quietinha de perna fechada” são expoentes de uma forma de domesticação do corpo feminino, que remontam a ideia de pureza e sacralização ligadas a base cristã com que os discursos misóginos sobre o feminino se alinham (FREITAS & CASAGRANDE, 2013). Especialmente a ideia de virgindade materna como forma de remover o ato sexual do processo de tornar-se mãe e sendo ele um ato impuro, ruim e punido com a remoção da liberdade se ocorrido fora do exercício de uma “sexualidade não-conjugal, não-heterossexual e não-monogâmica” (DEWEWS & LIMA,

2013, p.23), pois se exercida nessas condições morais e religiosas, a ordem de indexicalidade muda, e a gravidez deixa de ser algo negativo e a passa a condição de uma dádiva divina. Por isso o que o mito da Virgem Maria incute na verdade, não é não engravidar, pois “crescer e multiplicar-se” é um dos conselhos bíblicos, mas estabelecer em que condições essa gravidez deve ocorrer (FREITAS & CASAGRANDE, 2013, p. 65).

As falas que Carla invoca configuram ainda os sujeitos que formavam o espaço acadêmico que frequentava, como na linha 7, “não era o lugar de uma mãe nova, a faculdade”. Ela tendo ouvido isso dos próprios docentes, uma das vozes determinantes para o discurso institucional. Carla engravidou duas vezes durante a graduação, o que ela avalia como um intensificador da avaliação negativa sobre sua estada na faculdade.

É possível notar ainda, na fala de Carla, a estreita relação entre liberdade e punição mediada pelo paradigma patriarcal. Outro fator é a separação entre produtividade e maternidade, pois configura uma dupla jornada, em que a mulher não pode ter dedicação exclusiva nem a um, tampouco a outro. Isso se torna ainda mais evidente no próximo excerto, em que Daniele relata a transição de ser uma aluna dedicada e não-mãe e, posteriormente, a recepção da sua maternidade na universidade como um episódio em que ela “deixa de ser inteligente”.

Daniele, parda, UEPA
Áudio whatsapp 09/06/18 – 03m29s

1. E assim, eu sempre fui uma aluna muito dedicada mesmo na escola é tipo dessas alunas que ganhavam mérito acadêmico e gostava disso de
2. Não era de imposição dos meus pais mas de mim mesmo né
3. Só gostava de tirar notas altas e tal
4. Porque enfim nossa família sempre teve condições, não teve lá muitas condições
5. Mas a minha mãe sempre tentou colocar a gente em escola particular, ela sempre enfatizava isso que a gente tava lá
6. Que a gente tinha que agradecer a deus, que ela fazia muito esforço
7. Sempre procurei valorizar muito isso esse esforço que ela fazia né
8. Que era dar uma boa educação pra gente
9. Na faculdade é do mesmo jeito e
10. Os professores, os alunos me viam assim com esses olhos
11. E aí quando é eu apareci grávida digamos assim que como era intervalar né
12. Eu já apareci com barriga grande E
13. depois já apareci com bebê no colo foi bem difícil porque eu tive que encarar uns olhar assim de
14. “égua tu ferrou com a tua vida”, “cara que merda tu fez”, “tu era tão inteligente” “porque tu foi fazer isso”
15. E mais dos professores assim de alguns a... de alguns colegas a principio, mas logo depois foi bem legal assim, me ajudavam bastante, conversavam comigo e não me deixavam ficar só
16. Até porque minha gravidez foi muito difícil porque eu não tava né com o pai do meu filho
17. Foi uma gravidez bem com muitos problemas

Neste excerto, Daniele fala sobre expectativas. Primeiro, a expectativa dela mesma em relação a progressão por meio dos estudos como uma forma de retribuir a mãe o esforço que fez para que ela tivesse boas oportunidades. Neste fragmento, Daniele constrói a si própria como aluna próspera diante dos olhos dos colegas e dos professores. Contudo, ao “aparecer grávida”, Daniele destaca que quebra essas expectativas, produzindo olhares de decepção nas personagens que compunham seu cotidiano acadêmico.

Daniele traduz esses olhares como um conjunto de falas de condenação moral, “égua, tu ferrou com tua vida”, “cara que merda que tu fez”, “tu era tão inteligente”, “porque tu foi fazer isso” através das frases expostas na linha 14, que ela interpretara de seus olhares. Daniele destaca que a gravidez gera uma nova forma de vê-la naquele espaço, que será perspectivizada de uma outra maneira: se antes da prosperidade, com a gravidez, a do atraso.

Ainda no enunciado da linha 14, “tu era tão inteligente”, Daniele, ao empregar o verbo “ser” no passado, narra os olhares que a significam no tempo da gravidez, ‘ela já não é inteligente’, ou seja, a gravidez é implicitamente indexicalizada como uma burrice, nesse cenário. Ademais, essas falas implicam uma ideia de agência e responsabilidade da mulher pela contracepção. Por consequência, a mulher teria a “culpa” por ter engravidado, por ter sido “burra”. Tal argumento que comparece nas falas/olhares acusatórios da narrativa de Daniele parecem apontar para um tipo de ideologia que considera que as mulheres têm uma autonomia plena sobre seu corpo. Elas apontam para a ordem de indexicalidade que localiza a contracepção feminina como sendo uma ação plenamente administrável.

Contudo, é justamente a busca por essa autonomia o centro dos debates e lutas sobre os direitos reprodutivos. A percepção de que poder decidir sobre seu corpo era uma dos principais agendas para alcançar autonomia política, fez com que o movimento feminista, a partir do final dos anos 1960, percebesse que a busca por igualdade de direitos passava pela possibilidade de decidir sobre as especificidades que envolvem o processo de torna-se (ou não) mãe (SCAVONE, 2001). Acerca disso, Davis (2016), enfatiza

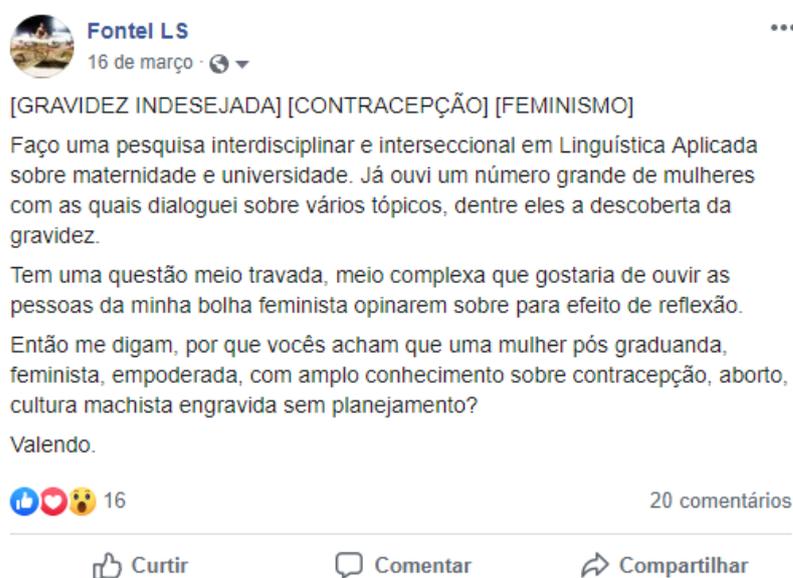
Não foi coincidência o fato de que a consciência das mulheres sobre seus direitos reprodutivos tenha nascido no interior do movimento organizado em defesa da igualdade política das mulheres. Na verdade, se elas permanecessem para sempre sobrecarregadas por incessantes partos e frequentes abortos espontâneos, dificilmente conseguiriam exercer os direitos políticos que poderiam vir a conquistar. (DAVIS, 2016 [1981])

É necessário atentar ainda, que o feminismo é um movimento heterogêneo, e quando feministas negras debatem sobre direitos reprodutivos, enfatizam a perspectiva que “o racismo, mais que o sexismo, tem sido o fator determinante na definição dos limites ou das possibilidades

de vivência livre dos chamados direitos reprodutivos pela maioria das mulheres do mundo” (WERNECK & ROMERO 2014), o que é acrescido das questões de classe.

Diante de tantas vicissitudes e entrelinhas que se chocam ou entrelaçam para estabelecer uma ideia de autonomia feminina sobre reprodução, achei interessante postar no Facebook um questionamento sobre contracepção, que se num debate superficial está ligado grosseiramente apenas a usar um dispositivo que previna a gravidez, se inscreve numa ordem de indexicalidade muito mais complexa. Dentro dessa complexidade, Daniele, que no excerto acima é julgada como “burra” e única responsável por uma gravidez não-planejada, está envolta em processos históricos que dizem que, esse controle dela sobre seu corpo é uma ficção.

Segue a postagem:



Alguns comentários levantaram questões interessantes que entextualizam as frases sentidas por Daniele ao “aparecer com barriga grande e depois com bebê no colo” (linhas 11, 12 e 13, do excerto na p.51), para tentar compreender como “mulheres informadas e com conhecimento de métodos contraceptivos”, ainda assim engravidam.

Os principais motivos para a chamada gravidez não-planejada em mulheres universitárias foram entextualizados pelas/os comentaristas como: “o problema da concepção ser responsabilidade da mulher”; “falha dos métodos contraceptivos”; “não usar a pílula pra não engordar”; “um desejo inconsciente de engravidar”; “mulheres serem falhas”. Todas essas falas indexam o grau de agência que uma mulher tem diante do exercício de contracepção. Três, dos treze comentários, foram mais específicos sobre essas crenças sobre o não-controle da mulher nessa etapa e nos ajudam a compreender o porquê de Daniele ter interpretado os olhares das pessoas de forma negativa e julgadora.

Acho que o problema é a contracepção ser responsabilidade da mulher. Tem gente que não gosta/pode tomar anticoncepcional e acaba abusando da pilula do dia seguinte. Tem gente q não sabe colocar corretamente camisinha. Tem gente q confia no parceiro q disse q ejaculou fora. Tem gente q não quer usar pílula pra não engordar. São muitas possibilidades e a meu ver, até agora, estão relacionadas com controle do corpo feminino. Adorei a questão e as respostas. To acompanhando

Amei · Responder · 13 sem



Esse primeiro comentário, ao enfatizar que o problema é “contracepção ser responsabilidade da mulher”, é possível compreender que, culturalmente, toda arena de cuidado e prevenção, especialmente em relacionamentos heterossexuais, fica a cargo da mulher (CABRAL, 2017). A ingestão de pílulas, que não são cem por cento eficientes, que em muitos casos fazem mal a saúde da mulher e o uso de preservativo são todos direcionados a ela. Nesses comentários, há um silenciamento sobre a responsabilidade de uma gravidez indesejada, como explícito em outra fala/olhar de Daniele na linha 14 “*égua¹⁰, tu ferrou com a tua vida*”, “*cara que merda tu fez...*”. Parecendo ser ela, sozinha, a única agente da gravidez. A este respeito Cabral (2017) resgata historicamente que

A literatura sobre contracepção se caracteriza por um enfoque quase exclusivo sobre as mulheres, como se gravidez e contracepção não implicassem também os homens. Em parte, isso é efeito da não problematização das condições históricas específicas nas quais ocorre o intenso espraiamento dos anticoncepcionais orais: se antes da pílula os métodos eram, sobretudo, masculinos (preservativo) ou relacionados ao ato sexual (coito interrompido, por exemplo), a partir do final da década de 1960 essa situação muda de forma drástica (Luker, 1975; Oudshoorn, 2003): a maioria dos métodos passa a ser dirigida às mulheres. (p. 1094)

Outro comentário interessante é o de Lidianne, que considera que “o moralismo e os valores impostos” não são administráveis e que existe uma parte de nós que entende como “do emocional” que deseja e compreende tanto o sexo desprotegido como a gravidez, um ato de negação de um sistema que controla os desejos das mulheres.

Pq o tesão, o amor, a paixão e outras coisas mais da vida, do emocional de cada uma de nós não são administráveis como o moralismo e os valores impostos querem. Somos seres humanos e mesmo graduadas, informadas etc estamos sujeitas a jogar tudo pro alto por um momento de sexo. Os contraceptivos podem falhar e tb podemos mesmo com todas as informações ter dificuldade de usa-los. Não dá pra descartar tb o desejo secreto de procriar. Somos mulheres e somos susceptíveis a todas as fragilidades do corpo e da alma. E muitas vezes as imposições e limites da sociedade de poder ou não poder engravidar sucumbem ao nosso secreto desejo de fazê-lo.

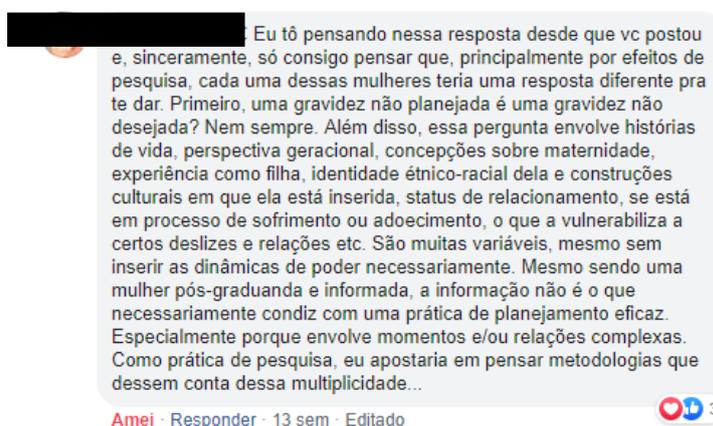
Uau · Responder · 13 sem · Editado



¹⁰ Expressão comum no vocabulário paraense, usada principalmente como interjeição para todo e qualquer tipo de expressão como raiva, surpresa, repressão, alegria etc.

Essa fala de Lidiane indexa a uma ideologia em que, engravidar, para algumas mulheres, também significa resistir a projetos de interdição sobre seus desejos (FOUCAULT, 1987) e sobre o controle de sua reprodução (FEDERICI, 2017). A comentarista Lidiane é uma mulher negra, grupo que historicamente teve sua maternidade interdita quando suas filhas e filhos já não significavam reprodução de riqueza (WERNECK, 2014). É interessante também a indexicalidade da gravidez como “secreto desejo”, ou seja, aquele que é fugido a uma ordem moral e social determinada (CABRAL, 2017).

Em um último e interessante comentário, Luana destaca que diferentes experiências e maneiras de ver o mundo seriam determinantes na forma pela qual as mulheres lidam com a contracepção.



Tais especificidades são construídas por Luana como “perspectiva geracional”, “identidade étnico-racial” e “construções culturais”. Nesse sentido, Maria Luiza desnaturaliza a gestação, enfatizando que o entendimento sobre a gravidez nunca é universal ou natural. Pelo contrário, depende da forma pela qual cada mulher existe no mundo, em que a sua identidade de gênero é interseccionada por outros vetores sociais como raça e classe (DAVIS, 2016).

Ademais, ressalta também que a “informação” não significa necessariamente proteção em relação a uma gravidez imprevista. Isso, de certa forma, desmistifica a ideia de que engravidar é uma questão objetiva, mas sim que engloba uma complexidade de fatores interseccionais que levam a esse processo (CABRAL, 2017; DAVIS, 2016). Esses fatores ou

modos através dos quais marcadores sociais da diferença como gênero, sexualidade, idade/geração, “raça”, classe social e corporalidades interagem, contextual e conjunturalmente, [promovem] potenciais cenários de desigualdades sociais e hierarquizações. (HENNING, 2015).

Atentar para esses processos nos possibilita apontar para reflexão não-hegemonica na qual “a interseccionalidade encoraja cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com

suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável “ (DAVIS, 2008, p. 79).

Percebemos, ao interpretar esses comentários, que as perspectivas mobilizadas pelas comentaristas acabam levando aos motivos da gravidez imprevista para caminhos diferentes. A primeira, na responsabilização da mulher pela contracepção; a segunda, já se questiona se a gravidez não planejada é realmente não desejada; e na terceira podemos perceber um questionamento ligado as noções de interseccionalidade e multiplicidade, muito presente na obra de feministas negras que debatem a maternidade sob um ponto de vista racializado, como Ângela Davis, Jurema Werneck, Conceição Evaristo, Sonia Roncador e Lélia González, por exemplo.

Já no excerto abaixo, é possível notar a entextualização de um discurso histórico que se intensificou no processo de transição do feudalismo para o capitalismo, onde para o novo sistema econômico e político que nascia, era estratégico remover a força das mulheres das organizações camponesas. Para isso, esse novo sistema, que também viria a supervalorizar a propriedade privada, fixou a mulher no interior da casa, dos serviços domésticos e cuidados dos filhos (FEDERICI, 2017).

Helena, parda, UFPA
Áudio whatsapp 25/05/18 – 02m51s

1. bom, mas falando da questão da maternidade
2. eu tinha muito essa preocupação de não parar de estudar talvez pela cobrança
3. e é uma coisa que as pessoas meio que empurram a gente
4. porque tipo “ah, tu acabou?”
5. “tu teve filho tua vida acabou” entendeu?
6. é isso que as pessoas jogam isso pra cima da gente sabe
7. já é um discurso que é construído culturalmente há séculos
8. então tu teve filho, tu tem que te dedicar exclusivamente à maternidade
9. nada de querer estudar, nada de querer fazer alguma outra coisa
10. qualquer coisa que tu faz além da maternidade é resistência, qualquer coisa
11. e estudar, ainda mais né porque te exige um determinado tempo
12. é uma coisa que a gente tem muita dificuldade.

Quando o discurso de que “o lugar da mulher é em casa cuidando dos filhos” para a manutenção de uma organização econômica e cultural patriarcal como o capitalismo viaja até a contemporaneidade, ele se atualiza através da ideologia de que, sendo mãe, Helena não pode mais continuar estudando, pois isso a afastaria dos seus deveres quanto mãe e mulher.

Nas linhas 4 e 5, assim como Daniele, Helena entextualiza discursos que constroem a gravidez ou o “filho” como um fim da vida. Para ela, as pessoas “empurram” ou “jogam” a seguinte percepção sobre a jovem grávida, “ah, tu acabou? ”; “tu teve filho tua vida acabou, entendeu”. Seus interlocutores não apenas constataam certa trajetória a que são dispostas

mulheres grávidas universitárias, mas traçam e mantêm essas trajetórias no momento em que proferem seus discursos, delimitando para Helena o seu novo lugar no mundo, o da subalternidade. Nesta perspectiva, “a linguagem passa a ser compreendida como prática social, tornando evidente seu caráter de ação, em que ‘o dizer’, para além da construção de significados, produz o mundo social no qual se insere” (SENA FILHO, 2018).

Helena avalia ainda, na linha 7, que “já é um discurso que é construído culturalmente há séculos”, dizendo que ele não nasce agora, mas é parte de uma construção histórica e cultural. Para Moita Lopes (2006), o discurso como uma construção social é percebido como uma forma de ação no mundo. Por isso perceber o discurso a partir desta perspectiva significa refletir sobre como os participantes envolvidos na construção do significado, ou seja, as pessoas que negativizam a gravidez de Helena, estão agindo no mundo por meio da linguagem e estão, desse modo, construindo a sua realidade social, a Helena e a si mesmos.

4.2 O corpo-grávido no espaço universitário: “posso pegar na sua barriga”?

Na fazenda a que me refiro, as mulheres que tinham bebês em fase de amamentação sofriam muito quando suas mamas enxiam de leite, enquanto suas crianças ficavam em casa. Por isso, elas não conseguiam acompanhar o ritmo dos outros: vi o feitor espanca-las com chicote de couro até que sangue e leite escorressem, misturados, de suas mamas.

(DAVIS, 1981[2016] apud GRANDY, 1844)

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.

(FOUCAULT, 1997, p. 119)

As questões ligadas ao corpo sempre foram muito caras a maneira com que as mulheres desenvolveram estratégias de resistência através da história. Sua interdição e disciplinarização sempre serviram às ideologias que o subjugavam diante de argumentos biologicistas e naturalizantes (FOUCAULT, 1987). A naturalização do corpo feminino compreende uma ordem indexical onde esse corpo não é entendido no campo da cultura e da política, mas meramente como um recurso biológico, trabalhado especialmente pelos discursos dominantes para fixar papéis de agências de gênero.

A exigência de formulação de classificações gerais e leis universais (método científico) produziu, pelo discurso da ciência, dois grupos separados, bem definidos e com homogeneidade interna: homens e mulheres, cujas naturezas – masculina e feminina – eram também distintas. (COSTA et. al., 2006).

É em torno da premissa de diferença natural, que parte de um fator biológico e essencialista, segregando homens e mulheres, que enunciados como “instinto materno” ou “amor materno” irão surgir. Como se uma essência precedesse o momento em que nos tornamos mães fosse ativada no momento do parto. Uma lógica em que “a gestação e o nascimento de uma criança deveriam naturalmente mobilizar o aparecimento do instinto que torna a mulher/mãe apropriada a cuidar de seu rebento” (LINS, 2017, p. 45).

Oposta a este princípio, críticas como a de Elisabeth Badinter (1985), em sua obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno* atentarão veementemente para dizer que as condutas de amor e dedicação aos filhos não são universais e guiadas por fatores biológicos comuns, mas construções sociais que se tornam múltiplas e complexas no interior de cada cultura.

Essas construções sociais quando acrescidas de um projeto econômico dominante, e que tomam o corpo como alvo do poder, sejam para disciplinar, sejam para interditar, também interferem ao dizer para que corpos, certos projetos culturais serão direcionados. Como é possível observar ao longo do período da escravatura, o ideal de amor materno não se aplicava as mulheres escravizadas, que como ilustra a segunda citação que abre esse tópico, eram separadas de suas crianças em prol de uma produtividade em trabalhos braçais, ainda que em período de pós-parto e amamentação (WERNECK, 2004; DAVIS, 1981[2016]).

Portanto, é interessante pensar o corpo materno como instância em que a ideia de corpo feminino biológico é reativada, e com ela toda uma gama de essencialismos acerca de um corpo natural detentor de “instintos”. Mas também reconhecer que não são para todos os corpos, que o exercício desse instinto será salvaguardado.

É interessante refletir ainda que é quando a barriga aparece, que a maternidade efetivamente começa para o campo social em que a mulher está inscrita. Na gravidez, o corpo se transforma e se expande, ao transitar pelos corredores da universidade, ao sentar na sala de aula ou a espremer-se no ônibus lotado se torna uma fonte de leitura ambulante e esquisita, absurdamente natural, mas ainda assim, estranha, disforme e diante da qual muitos não saberão como lidar. A “barriga” vai aparecer nos excertos que seguem como esse corpo estranho no espaço universitário, dialogando com seus personagens e estrutura.

Cristiane, negra, UFPA
Áudio whatsapp 25/05/18 – 4m24s

1. Assim, eu entrei grávida na universidade
2. O meu corpo grávido praticamente, praticamente se experimentou na universidade
3. Passei no vestibular em janeiro, já estava grávida
4. E quando foi em abril, início de abril começou minhas aulas

5. Então eu precisei reinventar essa potência aí de vida né,
6. pra poder tá ocupando esse espaço
7. Então eu experimentei a minha gravidez a maior parte aí na universidade

Neste excerto, o termo utilizado por Cristiane, “corpo-grávido”, é um termo interessante se quisermos pensar essa mobilidade que envolve o processo de tornar-se mãe. Ele é a primeira instância visível da nova condição materna, é o que expõe o sujeito ao que a entrevistada vai sinalizar como “experimentação” dentro do espaço universitário.

Contudo, após delimitar esse estado de corpo, Cristiane vai concluir sua fala utilizando os termos “reinvenção” e “ocupação”. A palavra “ocupação” tem sido muito recorrentemente utilizada para designar um movimento de tomada de posse ilegal, dentro da qual seus sujeitos são criminalizados pela organização capitalista/privada do espaço (DURIGUETTO, 2017), mas também como um índice de resistência, pois tratam de estratégias micro-políticas de ocupação (HAMANN, 2013).

Nessas micropolíticas, como sugere a fala de Cristiane, o corpo “opera direta e indiretamente em uma relação dialógica com o espaço que ocupa” (op.cit. p.21), uma perspectiva onde a formação da identidade da sujeita – neste caso a materna – passa pela apropriação do espaço onde seu corpo se inscreve.

É necessário, contudo, compreender como os autores entendem a diferença entre “espaço” e “lugar”, onde o primeiro seria o plano físico e o segundo o plano simbólico ou “território de subjetivação” (op. cit. p.22). No caso de Cristiane, estar grávida e ser mãe no espaço da universidade é uma possibilidade de reinventá-lo enquanto lugar, ou seja

[reinventar sua] demarcação simbólica (...), atribuída a ele a partir de relações estabelecidas, noções de pertencimento e identidade, orientando ações sociais e sendo por essas delimitadas reflexivamente” (p.22)

É interessante ainda, na linha 5 do excerto de Cristiane, o uso do termo “potência de vida”, se o pensarmos dentro da proposta deleuziana, onde “o poder de existir é uma potência” (DELEUZE, 1968) dentro da qual o corpo afeta e é afetado, se experimenta e é experimentado. Assim a tríplice usada por Cristiane, corpo-potência-ocupação, delimita sua experiência da gravidez no primeiro ano da graduação.

Estar no espaço universitário, cujas ordens de indexicalidade hierarquizam positivamente sujeitos produtivos e não-generificados, é um exercício de resistência empreendido por Cristiane no excerto acima. Essa resistência, já não será considerada por Carla, que diante das adversidades logísticas da relação entre seu corpo e o espaço universitário preferiu afastar-se.

1. As mesas eram desconfortáveis e aí doía lombar e tal
2. E aí eu acabei perdendo um ano inteiro
3. Ainda fui até março mais ou menos só que eu já tava ficando muito incomodada
4. Sabe, com os olhares é com a reação das pessoas
5. Com a galera querendo meter a mão na barriga e tal
6. E aí parei em março, não voltei dois meses depois porque precisava amamentar exclusivamente pa pa pa pe pe pe

A primeira frase do excerto de Carla exemplifica como algumas artimanhas do poder se tornam invisíveis se não problematizadas. Ela fala sobre o desconforto das mesas da sala de aula, um objeto simples, mas que pode conter em uso uma interdição ao corpo-grávido. Dentro desse objeto, esse corpo não se encaixa, não tem conforto, gerando assim uma impossibilidade de permanência física, que vai mais tarde se transformar em uma impossibilidade de existência institucional.

A economia de tempo e de aprendizagem que constitui a instituição universidade parece então não comportar corpos que, como o grávido, não sustentam certa padronização e não operariam de maneira a alimentar uma dada organização, previamente estabelecida e disposta em certas estruturas.

Este tipo de desencaixe de certos corpos em determinadas instituições será discutido por Foucault (1987) quando ele trata das técnicas disciplinares desenvolvidas na modernidade cujo objetivo é docilizar o corpo, ou seja, padronizá-lo sob determinado modelo para que seja útil e produtivo dentro de um determinado objetivo. O corpo-grávido na instituição universidade, parece sob esse ponto de vista, não-docilizável, pois se distancia de um modelo de aluno desejável. Diante disso, ainda que pareça que indiretamente, o acesso a instituição passa a ser dificultado.

O transporte coletivo, as salas de aula em andares superiores com elevadores quebrados, cadeiras e mesas cuja barriga gestante não encaixa, tempo de entrega das atividades curto, dificuldade de trabalho de campo (para o caso de cursos que o exigem) são exemplos citados pelas entrevistadas como principais motivos para desistência ou trancamento do curso desenhados em interdições sutis de tempo, movimento e espaço.

Natália exemplifica ainda outros mecanismos que são ativados para que ela se “afaste” daquele lugar. Um deles são os olhares, novamente comparecendo como produtores de um discurso negativo e depois com as pessoas querendo “tocar o corpo” de Natália. Esse toque, muito similar aquele que pessoas negras sofrem quando alguém pede para lhes “tocar o cabelo” (GOMES, 2002) é um exercício simultâneo de colocar o outro numa alteridade exótica e

estranha cuja proposta de contato físico não busca sanar uma curiosidade, mas sinalizar um estranhamento.

Outra reflexão interessante para se pensar o corpo grávido é através da ideia de “aparição”, discutida por Fanon (1952) ao pensar o corpo negro que transita em uma sociedade branca. O autor destaca o quanto as características físicas, lidas de maneira imediata e superficial, acabam determinando o que sujeito é em determinado espaço social, ativando leituras estereotipadas. A respeito disso enfatiza: “sou sobredeterminado pelo exterior”. Não sou escravo da “ideia” que os outros fazem de mim, mas da minha aparição.” (p.108) Isso é exposto por Carla, quando ela passa pelo processo de incômodo na maneira com que as pessoas olham e reagem a sua aparição quando grávida na universidade em que estuda, o que a faz decidir por parar de frequentar o local.

Desde o desconforto até a invasividade, o corpo-grávido torna-se alvo de um processo de estranhamento, ainda que não exposto unicamente de maneira verbal, pois, nos excertos aqui analisados “a maneira de olharem para a mulher grávida” é suficiente para uma interpretação que as incomoda e constrange. É possível observar esse *choque* também na narrativa de Maria, para quem estar grávida e permanecer na dinâmica universitária é uma benção¹¹. Ela discorre então sobre alguns detalhes dessa dinâmica, pormenores que fazem a diferença quando o peso da maternidade começa a se estabelecer.

Daniele, parda, UEPA
Áudio whatsapp 09/06/18 – 01m40s

1. Mas enfim é..a gravidez não foi nada fácil
2. Pra completar um professor abençoado ainda perdeu minha nota de cálculo e eu tive que fazer cálculo de novo na UEPA, já no presencial mesmo né
3. Tive que acompanhar a turma
4. E ai essa época foi bem, na gravidez mesmo tipo eu tava com 8 meses
5. E tinha que ficar indo lá pra UEPA e aturar várias vezes que eu ia pra lá e não tinha aula enfim
6. Mas consegui ir, concluir a disciplina
7. E depois pro final eu ainda fui mesmo com 9 meses né, continuei frequentando essa disciplina lá na UEPA mesmo na Senador Lemos
8. E não sei lá, foi aquele bairro que e ai (confuso)
9. Sei lá qual é aquele lugar
10. E ai enfim, mesmo eu indo pra lá nesse foi nesse sentido que eu
11. Como eu frequentei fiquei indo pra UEPA várias vezes pra lá
12. Foi lá que eu encontrei alguns professores que já tinham sido meus professores aqui em Curuçá na faculdade daqui
13. E que quando me viram lá com a barriga bem grande veio o impacto
14. Assim, ver no rosto deles essa expressão de “que merda que tu fez com a tua vida” né, foi bem difícil de lidar assim com isso
15. Foi onde eu tive esse choque a mais

¹¹ Uma gíria paraense que significa “é um problema”.

O professor que perde a nota, aulas presenciais num campus diferente, voltar para casa porque não teve aula e 8 meses de gravidez. Logo depois, Daniele narra a recepção dos professores diante de sua “barriga bem grande”, de nove meses, nada solidária. Quando ela enuncia na linha 13, “quando me viram lá com a barriga bem grande veio o impacto”, o que ela chama de “*impacto*”, ou seja, uma surpresa negativa, é o momento em que o sujeito Daniele é imediatamente ressignificado diante de um estado físico que guiará sua estada naquele espaço (FANON, 1952 [2008]). Esse processo de subjetivação, guiado pela relação entre corpo e espaço vai ser empreendido através das práticas discursivas por meio das quais a experiência de Daniele será delineada.

Essa relação do corpo com a instituição é debatida por alguns autores de áreas interdisciplinares como geografia da população, por exemplo, que compreendem que as instituições estabelecem um “sistema interligado de controle no qual a rede de restrições se deve basear nos atos triviais quotidianos” (KANTROWITZ apud PHILO, 2009) e esses atos definem espaços de acomodação ou repulsa para determinados corpos. Essa concepção, ainda apoiada em estudos foucaultianos sobre o corpo como alvo do poder (FOUCAULT, 1987) também lê o “conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação [e] alvo” do poder como fortemente espacializado (PHILO, 2009) inscrito numa ordem institucional que aproxima instituições como prisão e escola, por exemplo.

O espaço universitário no qual o corpo-grávido transita também é composto e constituído pelos discursos que ali circulam. Portanto, certas práticas não estarão dispostas somente na arquitetura, mas também em seus discursos, como por exemplo, certos tipos de olhares/falas, que aparecem nos fragmentos de Daniele e Helena em que a gravidez indexa um erro, ou mesmo, um fim da vida, como por exemplo nos enunciados da linha 14, no excerto de Daniele, “Assim, ver no rosto deles essa expressão de “que merda que tu fez com a tua vida”. E também poderão estar inscritas de outras maneiras, que preservam essa instituição como um lugar para corpos dóceis, produtivos e úteis.

4.3 “Alguém pode ficar com o bebê pra eu ir pra aula?”

Parece que iam explodir. Meus seios cheios de leite pareciam ter se esticado ao seu limite e que o pequeno bico não dava mais conta de controlar sua saída que transbordara o absorvente e agora molhava toda minha blusa. Era uma dor absurda e eu contava cada minuto da aula que se esticava. Enquanto me contorcía disfarçadamente no fundo da sala Edu me manda uma mensagem: o bebê não quer mamar na mamadeira, ele parece estar com fome, tô ficando desesperado, ele não para de chorar. Era a autorização que eu precisava pra sair correndo daí.

Diário Pessoal, 15 de maio de 2019

Uma das principais dificuldades cotidianas de mulheres estudantes de baixa renda sem acesso a creche e sem dinheiro para pagar babá é: com quem deixar meu filho para poder continuar a estudar? Para isso é necessário considerar a maneira como as famílias recebem essa mulher e suas novas necessidades. As possibilidades são muitas: famílias em que a mãe abraça a causa, famílias em que a mãe quer abraçar a causa, mas não pode porque também precisa trabalhar, famílias em que a mãe não quer ajudar, famílias em que o pai expulsa a filha grávida de casa, entre inúmeras outras situações que se colocam nesse momento de necessidade.

A partir desse importante e decisivo atravessamento, os excertos deste tópico buscam refletir sobre a família como espaço de (in)segurança e sobre a rede de apoio necessária para que a mãe estudante siga na academia. Tento compreender que fatores contribuem para que essa rede se estabeleça ou não se efetive.

Nos excertos de Laura, o isolamento materno é o eixo sobre o qual suas dificuldades com a maternidade se estabelece. Esse isolamento no que tange a criação dos filhos se evidencia na dinâmica logístico-cotidiana que precisava articular para seguir na faculdade.

Laura, branca, UFPA
Áudio whatsapp 14/06/18 – 01m46s

1. no semestre de janeiro do ano passado, 2015, o pai dele tava, começou a ter uma disciplina, uma disciplina pelo período da manhã
2. e não tinha como ele ficar aqui em Capanema, né
3. por conta da minha mãe ajuda mas daquele jeito
4. e a mãe dele trabalha, por isso não tinha como ficar, a avó dele paterna no caso trabalha
5. aí não tinha como ele ficar na casa dos avós paternos porque por conta disso
6. aí a gente matriculou ele numa escola, uma escola que tem lá na rua da UFPA mesmo, lá subindo assim, subindo aquela ladeira que tem já indo pro outro lado
7. e a gente matriculou ele nessa escola lá e foi a forma que a gente conseguiu encontrar de conciliar os meus estudos e o dele
8. mas sempre fica mais pesado pra mãe, não adianta
9. que era eu que tinha que deixar na escola, era eu que tinha que sair mais cedo da aula pra poder buscar ele
10. as vezes a aula sexta-feira ia até nove horas e eu tinha que ficar na aula até nove horas e
11. agora eu tô na fase de TCC, ele já tem quatro anos, o (nome do filho) já tem quatro anos né
12. e eu tô na fase de TCC mas mesmo assim ainda é difícil de escrever
13. porque ele quer atenção
14. aí eu ligo o computador pra escrever alguma coisa, pego o caderno pra escrever alguma coisa ele já vem pra cima, sabe
15. e eu separei do pai dele tem uns cinco meses por aí, quatro, cinco meses
16. e ele fica com o pai dele durante os fins de semana
17. aí é nesse momento que dá pra tentar fazer alguma coisa

Das linhas 1 a 5, Laura narra a dinâmica familiar que,, devido a questões de trabalho, ninguém poderia ficar com a criança para que ela estudasse. Contudo, na linha 1, ela inclui o pai da criança como uma pessoa que também não poderia porque estava justamente fazendo o

mesmo que ela desejava: estudando. Nas linhas 5, 6 e 7, ela relata que a solução foi colocá-lo em uma escola, mas ainda assim, como exposto na linha 8, as tarefas de arrumar e deixar eram dela que é a mãe quando afirma “mas sempre fica mais pesado pra mãe e, acrescenta, “não adianta”, que o problema já está estabelecido e ela não pode modificá-lo, um tipo de naturalização que a fixa no dever de cuidar do filho.

Essa dinâmica ilustra um processo de isolamento da mãe na função da criação das crianças (LINS, 2017) que vem se estendendo e solidificando desde o início do capitalismo no século XV (FEDERICI, 2017), quando as atividades de trabalho coletivo são desestimuladas para as mulheres, cuja função dentro da nova ordem cultural e política que se instalava, era o da reprodução.

A crise que marca o fim do feudalismo apresenta uma historicidade que mostra o protagonismo das mulheres em organizações camponesas (FEDERICI, 2017), tornando-as perigosas para as propostas do novo sistema que se pretendia instalar. Para que sua força fosse removida elas foram perseguidas política e religiosamente e designadas ao contexto doméstico, fora de uma coletividade, para reproduzir força de trabalho, ou seja, gestar, parir e cuidar de suas crianças que mais tarde se tornariam novos trabalhadores.

Esse papel de cuidadora exclusiva dos filhos foi sendo justificado por meio da história, especialmente como as construções sociais sobre os corpos das mulheres que foram naturalizados e construídos como “instinto materno” (BADINTER, 1985) ou “da natureza feminina”, como enfatiza Lins (2017)

As teorias sociológicas inferem que é um equívoco presumir que as características reprodutivas ensejem fisiologicamente as mulheres a terem filhos, ou que a capacidade de dar à luz e nutrir uma criança garanta o desejo de dar cuidados ao bebê. Para tais teorias o fato de as mulheres terem sido colocadas como cuidadoras prioritárias, senão exclusivas, deve-se muito mais ao efeito de uma construção social e cultural do que a uma determinação puramente biológica. (p. 44)

Recorrer a esse suporte argumentativo do sexo para designar assim os deveres dos sujeitos em sociedade é o movimento segundo o qual se desenvolveram os papéis de gênero. Papéis que fixam homens e mulheres em determinadas atividades dentro de organizações econômicas e culturais justificados por certa predisposição biológica a essas tarefas.

Sobre essa mesma lógica que envolve concepções de gênero, sexualidade, cultura e mercado que quando um homem ou um pai assume as responsabilidades domésticas e de criação dos filhos, ele passa a ter sua sexualidade masculina questionada, pois esse exercício o tornaria “menos homem”, segundo aponta Welzer-Lang, (2001):

Na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o pólo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal. (p.6)

Eu e meu companheiro já passamos por episódios em que devido eu ter que seguir os estudos do mestrado e ele ficar em casa cuidando do nosso filho, termos que ouvir frases como “não é dever dele cuidar do filho de vocês”, “quando tu vai pra faculdade tu deixa pelo menos o almoço pronto pro teu marido?”, “tu é o homem e ele é a mulher da relação” ou “ele está sacrificando o futuro dele por você” e o clássico “ficou de babá” que indexam ideais de feminilidade onde cuidar da casa dos filhos é uma tarefa feminina, que se realizada por um homem, coloca tanto a masculinidade dele em xeque, quanto reforça organização social, sexual e mercadológica dominante. Para refletir sobre essa questão

é necessário imaginar os ideais biopolíticos da masculinidade e da feminilidade como essências transcendentais das quais pendem, em suspensão, estéticas de gênero, códigos normativos de reconhecimento visual, convicções psicológicas invisíveis que levam o sujeito a se afirmar como masculino ou feminino, homem ou mulher, cis ou trans. (PRECIADO, 2018, p.112)

A busca pela manutenção dessa fixidez dos papéis de homem e de mulher no interior das organizações familiares contemporâneas (CARVALHO & ALMEIDA, 2003), é o que vai provocar os problemas enfrentados por Laura que precisa continuar estudando e simultaneamente cuidar do filho numa situação familiar onde não encontra apoio. O papel do pai também não se realiza, pois ele está estudando (linha 1) e só pode ficar com o filho aos fins de semana (linha 16) o que fez com que Laura precisasse matricular o filho na escola (linha 6) e arcasse com essa dinâmica sozinha (linha 9), o que é naturalizado por ela através da frase, “mas sempre fica mais pesado pra mãe, não adianta” (linha 8).

Podemos perceber no excerto acima, que o discurso que ditou os papéis femininos no século XV sobre ser papel da mulher em criar os filhos e cuidar da casa (FEDERICI, 2017) foi atualizado no século XIX, quando se enfatizava “o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos” (DAVIS, 1981 [2016], p. 11) e viajou, trazendo seus resquícios para contemporaneidade, incidindo negativamente sobre a experiência de Laura, que estava praticamente isolada no exercício de sua maternidade.

Laura vivencia uma nova forma de isolamento atualizada, não necessariamente no contexto doméstico ou na ausência de pessoas próximas, mas na luta para dividir as responsabilidades da criação do filho com os demais componentes do grupo familiar. Nesse

cenário¹², podemos perceber o quanto os papéis de gênero estão solidificados nas práticas cotidianas ligadas a uma ideia de que biologicamente, as mulheres são designadas para determinadas atividades.

Essa falta de compartilhamento do exercício da maternidade vai implicar diretamente na maneira com que a entrevistada enfrentará a dinâmica universitária, como expõe no excerto abaixo.

Laura, branca, UFPA
Áudio whatsapp 14/06/18 – 03m17s

1. bom no primeiro semestre eu reprovei em duas disciplinas porque ficou só eu e o pai dele em Bragança cuidando dele aí a gente ficou doente, acho que a gente pegou uma virose, febre e tal, essas coisas
2. ai a gente ficou com medo dele pegar virose, aí a gente voltou pra Capanema né
3. pra ter ajuda dos avós
4. só que nesse meio tempo perdi o final de uma disciplina e o início da outra
5. como no intervalar não pode ter muita falta aí eu reprovei por falta justamente por isso
6. e, as dificuldades começam aí né (risos) já começou aí logo de cara
7. outras dificuldades também era a forma de que ninguém se
8. ninguém se ninguém era disponível pra ficar com ele pra eu poder ir pra Bragança
9. até esse semestre que vai ser meu último semestre agora de julho e agosto talvez eu não passe por isso porque ele vai ficar com o pai dele
10. a minha mãe ela fica mas não é assim aquela coisa que ela fica mesmo sabe
11. ela fica uma semana e na outra semana ela já não quer ficar
12. ai como no semestre passado o pai dele tava terminando TCC lá em Bragança, ele não tinha como ir porque ele passava o dia inteiro no laboratório
13. e eu tava estudando né, de manhã e à noite e não tinha como ele ir
14. ai foi era sempre um transtorno, todo final de semana que eu voltava pra Capanema, na sexta-feira eu vinha pra Capanema era um transtorno
15. um transtorno o final de semana inteiro pra saber com quem ele ia ficar pra poder eu ir pra Bragança no domingo ou na segunda-feira
16. eu já perdi muita aula, já perdi trabalho, não pude fazer muitos trabalhos justamente por causa disso

A ausência de uma rede de apoio, nesse caso familiar, mas que também poderia vir de outros lugares como os amigos ou pai da criança, implica diretamente no rendimento e produtividade acadêmica (PARENT IN SCIENCE, 2018) de Laura, que não consegue estabelecer uma rotina que contemple o seguimento de seus estudos. Isso é intensificado pela modalidade de seu curso denominada “extensiva”, pela UFPA. Nesta modalidade, os graduandos e graduandas estudam nas férias das turmas regulares, ou seja, nos meses de janeiro à março e de julho à agosto. As aulas se dão em turno integral, no caso de Letícia, de manhã e à noite, podendo ter atividades para realizar fora de sala no período da tarde. Nessa modalidade,

¹² Um outro enfrentamento possível sobre essa temática está presente na organização de sociedades como as de povos originários, por exemplo, onde ainda é exercitada uma forma de criação e responsabilidade coletiva pela criação das crianças. Para essa reflexão, ver Cerqueira (2009).

, no caso de Laura, o cansaço físico e mental é intensificado, no período da tarde, por ter que cuidar do filho.

No excerto abaixo já podemos visualizar outro tipo de relação familiar: Daniele também estudava na mesma modalidade de ensino que Laura, contudo, com apoio das mulheres da família conseguiu seguir estudando.

Daniele, parda, UEPA
Áudio whatsapp 09/06/18 – 03m36s

1. É, mas aí quando a minha filha nasceu a minha mãe já tava por aqui
2. E a minha mãe e a minha sogra ficavam se revezando pra pra me ajudar
3. A cuidar dela mesmo porque quando eu voltei a estudar ela ainda era bem bebê
4. Ainda tinha dois meses
5. E como a faculdade era direta eu tinha que ficar de manhã, voltar já quase de noite pra casa,
6. Mas aí nos intervalos que eu tinha minha sogra e mãe levavam ela pra pra escola pra amamentar
7. Enfim, a gente se revezava assim como podia

No caso de Daniele, há um apoio efetivo da mãe e da sogra, que possibilitaram com que ela pudesse estudar pelo menos nesta perspectiva, com tranquilidade. Isso, também, se evidencia pela atividade de levar a criança até a mãe para amamentá-la, um dos pontos mais complicados de se administrar, sendo que a licença maternidade na graduação é de apenas dois meses após o nascimento da criança e a amamentação exclusiva, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), deve ser feita até os seis.

No site oficial da OMS, em associação com a UNICEF, que instrui sobre práticas de cuidado de mãe e bebê estão descritas as recomendações que compreendem “um esforço mundial no sentido de proteger, promover e apoiar o aleitamento materno” (UNICEF, 2015) que são:

- i) As crianças devem fazer aleitamento materno exclusivo até aos 6 meses de idade. Ou seja, até essa idade, o bebê deve tomar apenas leite materno e não deve dar-se nenhum outro alimento complementar ou bebida.
- ii) A partir dos 6 meses de idade todas as crianças devem receber alimentos complementares (sopas, papas, etc.) e manter o aleitamento materno.
- iii) As crianças devem continuar a ser amamentadas, pelo menos, até completarem os 2 anos de idade.

Contudo, cada contexto materno trará suas características para que essas recomendações se realizem ou não. Questões estéticas sobre os peitos ficarem muchos e caídos se o bebê mamar por muito tempo, a ideia de que só o peito não sustenta a fome da criança e vários mitos

incidirão sobre aleitamento, impedindo que esse se realize de acordo com aquilo que está baseado em pesquisas pediátricas ao redor do mundo (SILVA, 1999).

No caso da mãe universitária existe uma barreira enorme para que se possa amamentar de maneira a seguir os protocolos. A licença maternidade para estudantes de qualquer nível de ensino é de apenas dois meses após o parto (BRASIL, 1975), quando a criança está em plena fase de amamentação para a maioria das mulheres. Grande parte das universidades brasileiras não possui creche (SOARES & DIAS, 2019), o que coloca as mães em uma decisão difícil: perder o período e ficar em casa com a criança ou levar a criança para a aula. Salvo os casos em que a família pode, como no caso de Maria no excerto acima, levar o bebê para ser amamentado, o que exige apoio familiar e outras particularidades da dinâmica cotidiana como horários ou ainda possibilidades de deslocamento.

No meu caso, retornei as atividades quando meu filho fez exatamente dois meses, não porque a lei me exigiu, afinal as/os professoras/es da disciplina que estava inscrita me deram liberdade de poder ler em casa, desde que entregasse o trabalho final. Mas porque acreditei que “ficaria pra trás”. Essa é uma sensação que enquanto mãe me perseguiu durante muito tempo, de que em relação aos outros colegas de mestrado eu teria que esforçar muito mais para acompanhar. Isso se intensificou quando um a um, as pessoas que entraram no mestrado junto comigo começaram a defender suas dissertações, o que só consegui superar e seguir em frente devido ao apoio incondicional do pai do meu filho.

Preciso relatar isso no sentido de dizer que, diante seja de leis, seja de protocolos médicos ou das normativas acadêmicas, há uma subjetividade em constante abalo e reconstrução que se instala nas peripécias da maternidade. Falar de amamentação como pauta indispensável para pensar a mãe universitária, quase sempre está relacionado a falar de dor física e emocional (ABDALA, 2011; ANTUNES, 2013; LELIS, 2012), tema que não pode mais ser negligenciado, quando pensamos alternativas para uma instituição de ensino inclusiva.

*Andreia, parda, UFPA
Mensagem de texto whatsapp 25/05/18*

1. Então... Minha família ajudou um bocado, graças a Deus, mas não foi fácil.
2. Eu sem experiência, meu marido idem,
3. minhas primas apontando o dedo por ter engravidado no fim da graduação,
4. sem emprego e ele ganhando setecentos e vinte reais por mês, morando sob o teto da mamãe,
5. ela sem me ajudar em quase nada em relação a menina,
6. com a droga da monografia na cabeça... ufa, não foi fácil mesmo.
7. Ah sim. Esqueci de te falar que eu não tenho uma relação muito boa com a mamãe, a gente não fica no mesmo ambiente por mais de duas horas sem puxar briga uma com a outra.

Neste excerto, podemos identificar, alinhada a uma estrutura familiar, a questão de classe que comparece na organização da vida de Andreia. Nos estudos interseccionais (GUIDROZ & BERGUER, 2009; YOUVAL-DAVIS, 2009; CURIEL, 2008), as questões de gênero sempre considerarão esses outros atravessamentos, pois compreendem que além de mulher e mãe, a sujeita terá sua experiência diretamente afetada e construída por sua classe social e demais estruturas, como a familiar e conjugal, por exemplo. Isso torna essas experiências diversas e escapam a certa ideia de naturalidade ou ainda previsibilidade das relações maternas. Andreia vai apontando uma série de fatores que a afetaram e fizeram com que a experiência da maternidade fosse enfrentada como um problema: a falta de experiência dela e do marido, a falta de solidariedade do grupo familiar, a falta de dinheiro, a falta de uma casa própria, a falta de ajuda da mãe e ainda a falta de tempo para a monografia. Tudo incidindo para que a experiência de ser mãe se tornasse mais laboriosa.

Mas além das questões de ter ou não ter quem fique com a criança para a mãe estudar, ainda são levantadas outras problemáticas que não podemos esquecer. Uma delas, o sentimento de culpa (GELLIS & HAMUD, 2011), para as mães que tem apoio e podem deixar os filhos para irem estudar. Sobre ela, escrevi em meu diário pessoal, pois tive o privilégio de ter o pai do meu filho como companheiro e apoio integral:

Não consigo acreditar que essa culpa que estou sentindo por ter deixado meu filho em casa com Edu possa estar me machucando tanto. Eu sei que ela foi colocada sobre nossos ombros para que fiquemos em casa, exercendo o papel designado pelo nosso gênero feminino. Mas ainda assim, sinto. Compreender o processo não faz ser menos doloroso, não pra mim.

Diário Pessoal, 05 de junho de 2019

Olhando para as anotações de meu diário pessoal, que também se tornou um lugar de consulta para as pautas que eu debato aqui, percebo uma constante: conhecer as estruturas que fomentam um estado de sofrimento humano não diminuem esse sofrimento. Estava ciente de que a culpa que sentia era um produto de práticas discursivas que estabelecem padrões éticos e morais para as mães, ou seja, de uma ordem de indexicalidade que posiciona a maternidade como sofrimento, rompendo esses padrões e deixando meu filho em casa com o pai. Se por um lado, eu respondia positivamente a meu “eu feminista”, que ansiava por uma divisão justa de papéis, por outro lado, um pedaço de mim era despedaçado. A mesma sensação parece percorrer a fala de Helena, que precisava deixar a filha com a sogra para seguir na faculdade.

*Helena, parda, UEPA
Áudio whatsapp 25/05/18 – 04m56s*

1. é...quando a (nome da filha) nasceu, foi muito difícil conciliar os estudos com ela
2. como ela nasceu bem no finalzinho do meu curso
3. ela nasceu no mês de setembro
4. então já tava no período da últimas disciplinas do curso sabe
5. é um período que o pessoal já tá meio que se “arrastando” período de finalzinho de curso
6. mas eu queria tá ali, então é eu me senti muito sufocada por não poder ir pra aula nesse período
7. né, que eu tava de parto e tudo mais
8. é quando eu voltei pra aula a minha sogra ficava com ela a noite
9. nunca reclamou, a minha sogra nunca reclamou de ficar com ela mas aquilo me angustiava porque eu queria a minha filha perto de mim

Quando a mãe universitária tem o apoio familiar parece que todos os seus problemas acabaram. Contudo ao visualizar o que Helena define como “angustiante” (linha 9) podemos ver que, apesar desse apoio, de ordem prática, ainda existem outras especificidades que emergem. Isso é exposto ao se tornar paradoxal o que Helena diz na linha 6, “mas eu queria tá ali, então é eu me senti muito sufocada por não poder ir pra aula nesse período” e depois na linha 9, “aquilo me angustiava porque eu queria a minha filha perto de mim”. Isso me lembra minha própria experiência de retorno as atividades acadêmicas: ora de alegria, ora de angústia.

Há um ditado popular que indexicaliza esse sentimento que constitui as identidade de gênero, “quando nasce uma mãe, nasce uma culpa”. O sentimento de culpa se dá quando a sujeita se encontra em uma situação onde acredita ter violado seus padrões morais, sociais ou éticos (KUGLER & JONES, 1992). Na maternidade é uma sensação que acompanha as mulheres desde o primeiro momento, pois os discursos acerca da ideia de cuidado se dão exclusivamente acerca da criança, secundarizando a mulher como se ela também não necessitasse de intensos cuidados. O bebê torna-se um centro e a mãe uma margem.

Os estigmas que dizem que ela deve cuidar do filho, sempre perto dele e dedicando a ele toda sua existência, quando perfurados, produzem a sensação de culpa. Esses estigmas foram fundamentados principalmente, quando a partir do século XVIII a educação ocidental passou a considerar em seus manuais a “importância da presença das mães na formação de seus filhos, antes deixados aos cuidados das amas de leite” (LIMA & BOTELHO, 2014). A partir desse momento

(...) em que as mães tinham a necessidade de cuidar dos filhos e a obrigação de estarem presentes na sua educação, surge o sentimento generalizado de culpa na maternidade, ainda mais reforçado no momento em que a mulher entrou no mercado de trabalho e precisou se dividir entre a carreira e o cuidado com os filhos. A culpa das mães surge, então, quando ela descobre que não consegue corresponder ao modelo idealizado da “mãe perfeita”. (op. cit., 2014)

Além desse estado de culpa (GELLIS & HAMUD, 2011), que vai além de uma dinâmica logística e implica em como a subjetividade de cada mulher foi composta, falar de questões familiares esteve a todo momento resgatando as questões de classe. No último excerto desse

tópico, cujo núcleo não trata especificamente de ter apoio com a criança, mas em como a ideia de mulher universitária pobre é construída, podemos visualizar o porquê, para algumas famílias, a gravidez de uma jovem universitária é tão mal recebida.

Helena, parda, UEPA
Áudio whatsapp 25/05/18 – 02m51s

1. eu sou a...eu fui a primeira da minha família a ter nível superior
2. minha mãe é semianalfabeta
3. meu pai teve o nível... o nível fundamental, que naquela época era até a quarta série, o primário eu acho, não lembro mais agora como é que fala
4. e assim, a expectativa em relação a mim sempre foi muito grande sabe
5. eu sempre fui muito cobrada
6. a verdade é essa eu fui muito cobrada pra isso
7. então eu fui a primeira da minha família a ter nível superior
8. até hoje ainda sou a única, infelizmente
9. engravidei no último ano de curso, escrevendo TCC
10. então afetou muito me afetou muito psicologicamente

A educação institucional, para uma sociedade desigual como a brasileira, ainda é uma escada possível para uma tentativa de ascensão social. Em algumas famílias de baixa renda como a minha e como a de Helena, o ensino superior significava poder reverter os rumos financeiros e de classe a que o grupo estaria inserido. Por isso, “aparecer grávida” se torna tão decepcionante, visto que a figura dessa universitária significava uma possibilidade de escape a exploração capitalista e neoliberal.

Contudo, é necessário atentar para as múltiplas significações que a gravidez, em especial a entendida como “precoce”, tem a partir de um recorte de classe. A falta de informação e acesso a métodos contraceptivos ainda são, no lugar comum dos debates sobre contracepção, os grandes responsáveis pela gravidez não planejada. Porém, é necessário atentar para que o plano: estudar, casar, ter filhos (necessariamente, nessa ordem) não seja algo universal, mas uma cronologia que organiza os papéis das mulheres nas imaginações das classes médias e das elites.

Segundo Dadoorian (1994;1998;2000), a, “gravidez enquanto fim do mundo” é uma forma da classe média encarar a questão, pois lesaria um modelo familiar que “prioriza a atividade intelectual dos seus jovens” e onde “o casamento é, geralmente, adiado para após o término dos estudos” (DADOORIAN, 2000). Nas classes populares, segundo a autora, “educar os filhos com vistas à obtenção de empregos para ajudar no orçamento familiar” (p.85) é uma prioridade que está à frente de um desejo de estudos a longo prazo como os cursos universitários.

Dadoorian enfatiza ainda, que entre seus sujeitos de pesquisa – adolescentes mães de classes populares – a gravidez é algo desejado em ampla maioria, apesar das dificuldades financeiras e precariedade de acesso a serviços básico de saúde e mercado.

As famílias das jovens de classes populares apresentam uma melhor aceitação dessa situação, especialmente a mãe e a avó, contrariamente às famílias das adolescentes de classe média, que não desejam a gravidez das filhas adolescentes (Dadoorian apud Silva & Pinotti, 1987).

Essa perspectiva enfatiza que a reação das famílias das adolescentes diante da gravidez de suas filhas varia de acordo com a classe social, tendo menor receptividade na classe média e maior aceitação nas classes populares. Contudo, apesar dessa importante constatação, para que reflitamos sobre como os componentes culturais de uma classe média ainda é parâmetro para análise de outras classes, na pesquisa aqui apresentada, há um contraponto.

Todas as mulheres entrevistadas nesta pesquisa são de classes populares, contudo, a recepção da gravidez, em todos os casos foi extremamente negativa e mal recebida pela família e pelas próprias mulheres que engravidaram. Entendo que nessas histórias ouvidas, assim como na minha, rompemos com certo estigma de classe que diz que mulheres pobres não acessariam o ensino superior. Vale reconhecer que um dos motivadores desta ruptura, se deu, especialmente a partir das políticas afirmativas que no período de 2003 a 2011¹³ no Brasil, através do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, impulsionaram a entrada e permanência de jovens de camada popular no ensino superior (ALVAREZ & RADAELLI, 2016). As mulheres entrevistadas acessaram o ensino superior e então ativaram uma grande expectativa em torno de seu sucesso profissional o que faz com que a notícia da gravidez seja recebida de maneira muito negativa, apesar de pertencerem a classes populares.

4.4 Tem uma criança na sala de aula

"Pra estudar e trabalhar, eu quero creche, creche, já! Ôh Reitor não se iluda, mãe também estuda". Sob essas palavras de ordem no dia 15 de junho de 2018, se reuniram no Hall do doze, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, estudantes que se manifestavam contra a expulsão de uma aluna e sua filha da sala de aula por um professor da Faculdade de Educação. No ato, uma das principais pautas foi a ausência de creche nas universidades e de políticas de permanência estudantil para alunas mães, cuja deficiência faz com que essas, para seguirem estudando, precisem levar seus filhos para sala de aula.

Isso ilustra mais um dos desafios que uma mãe universitária enfrenta, o de precisar levar sua criança para aula, como observado nos excertos abaixo.

¹³ Período em que as entrevistadas desta pesquisa acessaram a graduação.

Andreia, parda, UFPA
Mensagem de texto whatsapp 25/05/18

1. Sempre tive consciência que choro de criança é chato pra caramba e atrapalha em qualquer lugar fechado, quem dirá numa sala de aula,
2. por isso quando ela chorava eu saía do ambiente.
3. Mas como eu te disse lá atrás, tô pra cair na turma de 2015 porque não pude acompanhar uma aula esse ano, apesar de já ter me matriculado. Até dezembro de 2017 eu consegui acompanhar tudo numa *nice* porque a (nome da filha) tava pequenininha, só mamava e dormia e não estranhava ninguém.
4. Agora não. Ela já tá bem seletiva e demora a socializar com as pessoas, já vai pro chão e tem hora pra comer e dormir.
5. Meu problema é que não tenho com quem deixa-la pra estudar,
6. por conta disso precisei dar aquela velha trancada básica no curso pra voltar, considerando a sorte do meu marido já ter uma escala de serviço certa, até setembro ou outubro.
7. Desde que me tornei mãe, mãe em tempo integral e que cuida da filha sozinha, passei a ver com outros olhos outras mães que, como eu, se viram empatadas na vida acadêmica.
8. Esse foi o assunto de uma conversa com a esposa de um dos amigos do (nome do marido) que também mora aqui em Capanema
9. e precisou largar tudo pra ser mãe integralmente.
10. Nós discutíamos sobre essa dificuldade que vai além de carregar o menino pra cima e pra baixo, lotada com mamadeira, fralda, comidinha, e etc etc etc.
11. Nossa universidades não tem a decência de socializar o espaço físico criando ambientes voltados para mães, desde o mais simples, como fraldário,
12. até lugares de acolhimento para aquelas discentes de baixa renda (coisa aqui muito comum, principalmente as vindas de outros municípios)
13. ou coisas assim, e olha que estamos falando de um espaço de formação acadêmica, construtor de mentalidades e ideias.
14. Não quero que as universidades abram espaço para acolher todas as crianças sob todas as circunstâncias,
15. universidade não é creche e eu tenho consciência disso.
16. O que eu quero dizer é: que se pense um pouco mais na mãe discente que não tem outra escolha a não ser levar sua cria pras aulas.
17. Que se preste apoio logístico, educacional, moral e emocional a essa mulher.
18. que ela tenha dignidade de assistir sua aula em paz,
19. assistida por um ambiente que lhe ajude a não se evadir,
20. e que seus professores, orientadores e colegas estejam ali para lhe ajudar no que for possível.
21. Boa noite mana, e um cheiro nesse bebezão ☺

Não podemos negar que algumas crianças, em certas idades, atrapalham uma aula, especialmente se ela desvia atenção da mãe a ponto de ela não aproveitar o que está sendo ensinado. Neste excerto, Andreia reflete sobre isso quando diz que (linha 15) era tranquilo levar a filha ainda novinha pois ela só “mamava e dormia”, mas que depois já não conseguia, pois ela já traz outras demandas relacionadas a idade que transbordam essa “tranquilidade”. Contudo, sem ter onde deixar a filha, ela precisa continuar levando ou abandonar a faculdade.

Esse é um problema que só explicita como os espaços considerados “coletivos” dentro de uma certa urbanidade não são pensados para determinada/os sujeitas/os sociais. Essa questão tem comparecido com mais força quando se pensa sobre a noção de “direito à cidade” (HENRI LEFEBVRE apud DIAS & FERREIRA, 2011) que considera “a intensificação das

manifestações urbanas, nas quais a cidade opera como um universo de lutas por direitos civis, econômicos, sociais, ambientais etc.” (DIAS & FERREIRA, 2015). À luz dessa concepção, quando Andreia narra a impossibilidade de permanência de sua filha no espaço que seria público e coletivo, devido a determinada organização institucional, ela exemplifica que alguns atores sociais

embora representem uma parte significativa da sociedade e necessitem que a cidade contribua para seu desenvolvimento e da sua cidadania, não participam desses processos de mobilização social. Trata-se de um dos grupos sociais mais vulneráveis e excluídos da história: as crianças. (op. cit., p.119).

Vale destacar que a exclusão da criança da cultura é, também, uma exclusão da mãe do espaço público. Isso recupera novamente o projeto de um capitalismo embrionário onde lugar de mulher é em casa cuidando dos filhos (FEDERICI, 2017) e não na rua. Essa exclusão vai então disseminar-se para vários outros espaços além da sala de aula como no caso das universidades, em específico nas atividades em auditórios, nos eventos científicos¹⁴, nos trabalhos de campo, nos estágios, nos refeitórios, nos banheiros sem fraldário, por exemplo.

Na linha 19, considerando uma leitura do feminismo interseccional (CRESHAW, 1994; GUIDROZ & BERGER, 2009; YUVAL-DAVIS, 2009), é possível notar contudo, que ao utilizar “Desde que me tornei mãe” Andreia só veio a dar atenção a causa materna, após estar inserida diretamente nela. Isso se alinha as considerações trazidas por um feminismo que considera o viés interseccional, na medida em que compreende que muitas das vezes não percebemos ou atentamos para as opressões que não nos atingem. Em 2009, a “negra, lésbica, mãe, guerreira, poeta” como se autodefinia Audre Lorde (1934-1992), atentou para isso ao publicar seu famoso texto “Não existe hierarquia de opressão”:

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres Negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de Negros, porque milhares de lésbicas e gays são Negros. Não existe hierarquia de opressão.

Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você. (p.242)

É muito difícil nos eventos e reuniões que tenho participado sobre maternidade aparecerem militantes de outras pautas que não sejam a da maternidade. A gente se reúne para

¹⁴ Ver o trabalho realizado pelo *Observatório Cajuína - Mulheres, Ciência e Comportamento* na página <https://observatoriocajuin.wixsite.com/cajuina>

falar e escutar umas às outras em grupos predominantemente femininos com nossas crianças. Contudo, isso ilustra o quanto nos preocupamos apenas com os debates que centralizam o que sofremos na pele. O pensamento interseccional vem justamente refletir sobre a inseparabilidade com que certas forças de opressão se exercem, sobre certos corpos de maneira justaposta (CRESHAW, 1994) e cujos demarcadores dos quais se parte – classe, gênero, raça – não podem ser trabalhados produtivamente de forma separada.

Andreia então, a partir de seu novo atravessamento, enquanto mãe, passa a perceber e criticar sobre a falta de suporte da universidade para que as mães permaneçam, que vão desde de espaços adequados como fraldário até apoio emocional, visto que os programas de Assistência à Saúde Estudantil não têm estratégias ou ações específicas para esse largo e numeroso público.

Das linhas 23 a 32, a entrevistada expõe que para que uma mãe estudante permaneça são necessários um conjunto de fatores que precisariam agir juntos para que essa permanência se efetive de diversos modos como socialização do espaço físico, acolhimento a mães de baixa renda, “apoio logístico, educacional, moral e emocional” da mulher (linha 29) além da mobilização dos personagens envolvidos como professores, orientadores e colegas, tonando possível uma dinâmica de inclusão.

Laura, branca, UFPA
Áudio whatsapp 14/06/18 – 01m42s

1. Eu nunca precisei levar ele pra universidade porque o (nome do filho) sempre foi pimentinha assim
2. Então, quando não tinha com quem ele ficar, não tinha com quem deixar ele
3. Eu preferia nem ir, sabe, porque...assim...criança incomoda né
4. Então levar ele pra sala pra tirar atenção de todo mundo não ia dar certo porque eu não ia conseguir aprender,
5. as pessoas da turma não iam conseguir entender o que o professor tava falando
6. e o professor também não ia se concentrar também na aula
7. porque uma crian... um bebê é diferente, dorme, mama
8. mas uma criança que não para (risos) sentada é outra história
9. então já nessa...por conta disso as vezes eu não tinha com quem deixar ele
10. o pai dele tava ocupado ou o pai dele não queria, sei lá
11. então eu preferia não ir, preferia faltar aula
12. e...isso acontece muito sabe, essa desistência que a gente faz assim
13. por exemplo “ah eu não tenho com quem deixar então eu não vou” já abri mão
14. e isso vai pra todos os ramos da vida eu diria
15. as vezes a gente vai, pelo menos eu sou muito assim tipo vou pra um lugar onde eu sei que ele não vai ficar bem
16. que ele não vai se sentir bem não tem com quem eu deixe ele pra eu ir
17. então eu prefiro não ir
18. e com a universidade foi muito assim também
19. já perdi prova, já pedi trabalho, já perdi reunião pra fazer trabalho
20. eu perdi muita coisa
21. mas, não que eu me importe (risos)

As mesmas reflexões de Andreia sobre levar a filha para aula também comparecem na entrevista de Laura quando ela indexaliza o filho como “pimentinha” para ilustrar que ele poderia ser um distúrbio naquele lugar. Evidencia ainda que esse incômodo não seria apenas para o professor ou colegas, mas para ela mesma. Mas o interessante é que, diferente dos outros excertos deste tópico, Laura traz ainda a percepção de mais um personagem, a própria criança, quando se preocupa se “ele não vai ficar bem” (linha 15) ou “não vai se sentir bem” (linha 16). Esse sujeito pequeno, tão invisibilizado (DIAS & FERREIRA, 2015) quanto a mãe também requer atenção se estamos tentando compreender como determinadas ideologias estruturam o espaço universitário.

Helena, parda, UEPA
Áudio whatsapp 25/05/18 – 04m56s

1. infelizmente eu não podia levar ela pra universidade
2. estudava a noite, era um pouco longe
3. enfim não tinha essa possibilidade de eu levar ela pra lá até porque a gente sabe
4. as pessoas falam “ah, porque não leva o filho pra aula não sei o quê”
5. mano, pra levar criança pra universidade e prestar atenção
6. tu não presta atenção
7. é melhor nem ir
8. sabe as pessoas não entendem isso
9. “ah porque tu é mãe tu tem que andar pendurada com teu filho pra cima e pra baixo”
10. infelizmente, isso não é verdade
11. há lugares que tu não consegue fazer isso por melhor que seja a tua boa vontade
12. por mais que tu queira levar
13. tu não queira te desgrudar
14. mas há momentos que tu precisa de um pouco de concentração sabe
15. e infelizmente levar uma criança pra universidade
16. tu ta te limitante quanto estudante
17. ou tu é mãe ou tu é estudante infelizmente pra tu conciliares as duas coisas
18. fica um pouco pesado
19. um dos lados pesa mais
20. então eu preferia deixar em casa porque eu tinha com quem deixar
21. infelizmente eu sei que essa não é a realidade de muitas estudantes
22. e a maioria das vezes quando isso acontece elas acabam largando o curso
23. porque não conseguem deixar o filho com ninguém sabe
24. então eu falo que o espaço da universidade não é preparado pra receber a gente ele não é preparado pra receber mães

Em sua narrativa Helena também avalia, assim como Andreia e Laura, que levar uma criança para sala de aula é complicado e que prefere nem ir, caso não haja outra alternativa. Ela traz ainda dois discursos que se complementam, um diz que ela tem que levar o filho para sala de aula, “ah porque você não leva o filho”, e outro que coloca o filho como a responsabilidade única e exclusiva da mãe, “ah porque tu é mãe tu tem que andar pendurada com teu filho pra cima e pra baixo”. Esses discursos que aparecem no excerto de Helena, como discursos de

terceiros, reforçam a ideologia que o filho deve ficar integralmente sob os cuidados maternos, ainda que em espaços onde essa criança possa atrapalhar a concentração. Mais uma vez, através da ordem de indexicalidade dos cuidados maternos, o discurso que fixa como da mulher o dever de criar e estar sempre com os filhos é recuperado.

4.5 Maternidade Legal x Maternidade Real: “o que a gente faz com dois meses né, Fontel?”

“Foucault observa que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que subsequentemente passam a representar. As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos – isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo “proteção” dos indivíduos relacionados aquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. (BUTLER, 1990, p. 18)

A Lei Federal nº 10.421, de 15 de abril de 2002, assegura o direito constitucional à licença-maternidade para trabalhadoras que contribuem com a Previdência Social (INSS). Ela garante um afastamento de 120 dias para trabalhadoras do setor privado e 180 para o serviço público federal tanto para mulheres genitoras quanto para as que adotaram uma criança ou obtiveram guarda judicial. O pai do recém-nascido possui direito a licença-paternidade de cinco dias corridos, a partir da data de nascimento da criança.

Já a licença-maternidade para estudantes, Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, assegura que “Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969” (BRASIL, 1975), ou seja, dois meses após o parto a estudante deve retornar as atividades acadêmicas.

Assegurando o cumprimento do texto original da lei, os Regulamentos de Ensino de Graduação de cada universidade devem estipular as condições internas para sua aplicação. É de responsabilidade das instituições elaborarem um documento onde são estipulados parâmetros acerca

da organização de cursos de graduação e seus componentes curriculares; o estágio; as formas de ingresso e seleção de estudantes; os procedimentos acadêmicos referentes ao vínculo dos discentes; a mobilidade acadêmica; o aproveitamento de estudos; o quadro de horários; as avaliações de aprendizagem; e os documentos acadêmicos. (REG-UFPA, 2006)

Esses regimentos, em sua maioria, refletem as leis federais no que diz respeito a um bom funcionamento da universidade pública onde é conferida a

“formação de cidadãos de modo a capacitá-los a: I - privilegiar os valores humanos, éticos e morais em suas relações pessoais e profissionais; II - aplicar as bases científicas e tecnológicas necessárias ao desempenho autônomo, crítico e contextualizado de suas atividades profissionais; III - aprender por iniciativa própria.

Apenas uma sujeita de pesquisa fez graduação em uma universidade particular, a Estácio, as demais graduaram na UEPA ou UFPA. Trago então abaixo, o trecho que fala sobre licença-maternidade na graduação em seus respectivos documentos públicos atualizados.

Nem no Regulamento Geral, nem no Guia Acadêmico 2019, nem no site da Pró-reitoria de Graduação (PROGAD) da UEPA é mencionado qualquer coisa sobre a lei que ampara as mães estudantes nos exercícios domiciliares. O tema só é encontrado no site da Diretoria de Controle Acadêmico (DCA) dentro do tópico “Abono de faltas” que é iniciado pela frase “Não existe abono de faltas na legislação educacional brasileira”. No site, três categorias são descritas como as que poderiam ter as faltas abonadas: estudantes em tratamento de saúde, reservistas convocados pelas forças armadas e alunas gestantes. Os textos que estabelecem essas categorias foram apenas copiados do texto oficial e colados no site que diz, em uma última frase que, esse direito está assegurado pela resolução nº 1475/07 de 14/03/2007 do Conselho Universitário (CONSUNI). Contudo, na página do CONSUN/UEPA na internet, não estão disponíveis as resoluções de 2008 para frente, ficando o texto indisponível para consulta.

No Regimento Interno da faculdade Estácio Belém, o direito de mães estudantes é disposto no capítulo IX através do tópico “Do regime domiciliar” onde, junto a “acadêmicos que estejam em condições de saúde que não permitam sua frequência às atividades escolares” (ESTÁCIO, 2017, p.40) se prevê o regime domiciliar sob apresentação de laudo médico. Contudo não há qualquer menção sobre como esse regime deveria se dar.

Já no Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, na sessão II “Do exercício domiciliar” a aluna gestante é colocada em um grupo mais específico:

discentes com afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições caracterizadas por incapacidade física, incompatível com a frequência normal às atividades acadêmicas; ao discente portador de necessidades educativas especiais, quando não for possível sua integração ao ambiente acadêmico; e alunas gestantes. (UFPA, 2013, p.12).

Quando li esse trecho pela primeira vez me senti muito desconfortável. Provavelmente pelo fato do agrupamento de condições especificadas através dos termos “afecções congênitas”, “infecções”, “traumatismos”, “incapacidade física” estar também inserido o estado de gravidez, o que aponta para a ordem de indexicalidade de gravidez organizada segundo um critério de doença que impede a aluna gestante sua “integração ao ambiente acadêmico”.

Apesar disso, a UFPA é a única, dentre as três universidades a que as sujeitas desta pesquisa fazem parte, que especifica o que deve ser feito quando a gestante precisa exercer suas atividades acadêmicas em casa: primeiro, homologar um laudo na junta médica da universidade, depois registrar o afastamento no Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos (CIAC) e

posteriormente deverá ser elaborado um “programa especial de estudos” pelos docentes onde devem ser especificados:

I - conteúdos a serem estudados; II - metodologias a serem utilizadas; III - tarefas a cumprir; IV - critérios de avaliação; V - prazos para execução das tarefas. (UFPA, 2013, p.12).

Através da leitura destes textos regimentais que resguardam os direitos e deveres dos discentes das universidades, é possível perceber que o único direito a que mães tem é o de licença para exercícios domiciliares e, ainda sim, esse único direito não é esclarecido em todos os textos regimentais, que se limitam a um “copiar/colar” do texto oficial sem lhes embutir as nuances de uma contextualização para as instituições universitárias. Somente na UFPA, o texto da lei federal foi entextualizado no contexto universitário, tendo seu projeto de efetivação descrito com clareza.

Nos excertos abaixo analiso alguns trechos que dizem sobre a ausência de informações e aplicabilidade da lei de licença maternidade a estudantes na prática.

*Cristiane, negra, UFPA
Áudio whatsapp 25/05/18 – 4m24s*

1. Quando eu tive que pedir licença, assim, bem basicamente te contando um pouco, né, claro que a gente vai dialogar muito mais e ter outras entradas.
2. E quando eu pedi licença pra universidade nada foi me negado nesse processo, eu diria que foi muito tranquilo claro, pra mim foi assim tem um apoio muito grande né familiar, tem uma estrutura também emocional pra graduação
3. Não posso arriscar dizer que..
4. ninguém tem tanta estrutura emocional assim mas eu tive
5. Então o meu processo foi muito tranquilo né (...)
6. Então eu pedi licença, fiquei dois meses afastada que é o máximo que a universidade te dá pelo menos pra graduação
7. Não sofri nenhum tipo de violência é... por estar grávida
8. E ai o meu filho é o (nome do filho) ele nasceu praticamente aí né na universidade.
9. (...)
10. Então eu fui mãe a universidade inteira
11. A minha convivência com a maternidade foi universitária
12. Mãe universitária e universitária mãe
13. Eu sempre até brinco com isso sabe porque você é uma vida que não se desgruda
14. E a gente está na multiplicidade pra viver a multiplicidade

Neste excerto, Cristiane estabelece uma crítica, a partir da linha 2, que relaciona uma boa recepção institucional no pedido de licença maternidade a recepção familiar desse momento. Ela estrutura sua experiência de maternidade-universidade segundo uma ordem de indexicalidade positiva. Dessa forma, ainda que seus direitos sejam garantidos institucionalmente, outros setores de sua vida precisam estar disponíveis para que a dinâmica de regime de estudos domiciliares seja efetivada.

Para dizer sobre a condição de ser mãe e acadêmica, no jogo feito com as palavras na linha 11, Cris brinca com o que seria uma noção de prioridade. Quem deve vir primeiro, o filho ou os estudos? Para ela, não há essa determinação pois, viver distintos papéis é indexicalizado como “multiplicidade” ou “viver a multiplicidade”. Ademais ao jogar com a ordem das palavras “mãe e universitária” ou “universitária mãe” ela enfatiza que a ideia de prioridade é móvel e depende da maneira com que contextualmente ela “conduz a realização das coisas que lhe são determinadas como obrigações” (CAMPOS & CHAVES, 2016) e onde o “ser mãe” não pode estar desvinculado.

Já para Carla, a relação com o pedido de afastamento no período da gravidez foi recebido de maneira diferente.

Carla, branca, UFPA
Áudio whatsapp 06/07/18 – 1m13s

1. A instituição se dispôs, a me passar prova em casa e tudo mais
2. Mas assim eu não tinha um suporte é
3. De estrutura física da faculdade
4. As crianças estão brigando (risos)
5. De estrutura física da faculdade
6. E assim, eles me davam, dois meses de licença pós-parto

Carla, branca, UFPA
Áudio whatsapp 06/07/18 – 2m57s

7. Tá (risos) retomando aqui
8. O que são dois meses de licença maternidade né, Fontel?
9. Que que a gente faz com dois meses de licença?
10. É, e ai tive que trancar o curso por um ano
11. Fiquei mais um ano, fiquei mais um ano cuidando do bebê
12. Que na verdade foram seis meses né, meu filho nasceu em junho mas como não tinha essa estrutura física que eu te falei.

Nesses dois excertos, a entrevistada discorre sobre a insuficiência ou ineficiência do regime de exercícios domiciliares através da “estrutura física” da faculdade. Através dos traços performativos “me passar prova em casa e tudo mais” (linha 1) que apontam para uma falta de clareza e especificidade sobre o que deveria ser feito em sua condição de afastamento, Carla se vê sem “suporte”, o que a faz trancar o curso.

Nas linhas 8 e 9, a estudante traz os “dois meses” através de duas perguntas retóricas: “O que são dois meses de licença maternidade né, Fontel?” e “Que que a gente faz com dois meses de licença?”. Neste caso, ela não faz uma crítica exatamente a maneira com que o regime domiciliar deve ser administrado, mas ao tempo limitado de afastamento em que ele determina.

Sobre isso, em março de 2018, foi aprovado na Câmara dos Deputados, como parte das medidas relacionadas ao Dia Internacional da Mulher, um projeto de lei que estende de 3 para

7 meses o período de licença maternidade para estudantes. A proposta era inicialmente do Ex-Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), cujo texto serviu de base para um substitutivo da deputada Gorete Pereira (PR-CE) que agora, após aprovado na Câmara, precisa ser votado no Senado.

A lei vigente, que diz que a mãe deve afastar-se um mês antes do parto e retornar aos dois meses de puerpério se encontra ainda na contramão de diversos protocolos de saúde que afetam diretamente as orientações para os primeiros meses de vida da criança. Só para citar um exemplo, além do da amamentação exclusiva já mencionado, o relatório atualizado em 2018 do Departamento Científico de Pediatria Ambulatorial da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) aconselha, que o bebê recém-nascido só deve sair das dependências domiciliares apenas a partir dos 3 meses de vida. Esse conselho se deve especialmente pela comunidade pediátrica entender que somente nessa idade a criança já recebeu aleitamento materno suficiente e tomou as principais vacinas, estando apto a se “proteger de doenças infectocontagiosas” e com a sua proteção térmica em desenvolvimento para lidar com “aglomerações de pessoas”, por exemplo.

Logo, a universidade não seria um lugar adequado, na perspectiva médica, para um bebê de dois meses de idade. No fim das contas, como Carla enfatiza na linha 11, trancar o curso é uma das poucas opções disponíveis.

Diante dessas questões, quando Carla pergunta “Que que a gente faz com dois meses de licença?” está questionando a problemática que envolve os termos legais sobre licença maternidade para estudantes mães, que não dá conta de toda uma complexidade envolvida neste momento da vida de muitas mulheres.

Para Amana, no excerto abaixo, houve certo grau de aplicabilidade da lei das atividades domiciliares, contudo não como é disposto no texto regimental.

Amana, Indígena, UFPA
Áudio whatsapp 28/05/18 – 7m02s

1. Eles, pelo menos pelo regimento da UFPA eles deveriam encaminhar um professor, mas sabe que a faculdade não tem (confuso) de professor, não disponibiliza
2. e pede que a gente tenha um amigo que leve e traga os nossos trabalhos
3. então o professor passa um trabalho, e a gente faz e manda pelo nosso colega
4. foi isso que eu tive que fazer durante dois meses
5. pra mim foi muito difícil, principalmente porque é importante a gente ter um professor do lado, um orientador pra explicar do que se trata, do que que a gente tá aprendendo né
6. sinceramente, as minhas notas né desse período que eu passei de janeiro e fevereiro dessas quatro disciplinas
7. fora o estágio, um que eu não pude fazer porque estava de resguardo pelo fato de ser uma disciplina que é obrigatória ser presencial, ou seja, eu tive que pagar o estágio depois
8. mas quanto as outras disciplinas eu tirei B ou R, as que eu tirei B é justamente as disciplinas que eu gosto Semiótica e Literatura

9. quanto as outras que trata de linguística ou ensino-aprendizagem eu tirei Insuficiente em uma, justamente porque eu não tava entendendo, pra dizer a verdade, o que que eu tinha que fazer
10. não assisti aula de ninguém e não tive a orientação de ninguém
11. então perdi as disciplinas de agosto por não ter sido liberada e perdi as disciplinas que eu só li fora os estágios
12. então passei a pagar a disciplina não dentro do meu período que seria durante as férias né
13. eu fazia disciplina durante a noite nas outras turma de Letras que estudavam a noite então eu trabalhava o dia inteiro e a noite eu ia estudar
14. das 6 e meia as 10 e meia da noite
15. então eu passei por isso durante um bom tempo porém o meu professor ficou (confuso)
16. primeiro porque eu me esforcei em terminar em cumprir todas as disciplinas e ai depois pedi pra fazer o TCC.

Apesar de conseguir realizar as atividades em casa, minha interlocutora relata as deficiências desse processo. Primeiro, a falta de professor disponível, , depois, a necessidade/dependência de um colega para que ela pudesse seguir com as atividades, e por último, as consequências dessa desorganização institucional expressa em suas notas baixas por falta de orientação e a reprovação em uma disciplina.

Apesar de respaldada legalmente a estudar em casa no puerpério, Amana esbarra em outras questões da ordem prática que fazem com a generalidade da lei não seja efetiva, pois encontra múltiplas barreiras, como a falta de professor para orientar a estudante. Fica evidente que o direito a fazer as atividades em casa não consegue abranger, minimamente, a complexidade de uma mãe seguir na universidade.

Nos excertos abaixo, Helena discorre sobre o despreparo da instituição universitária para o acolhimento de situações que fogem a uma ordem comum de discentes.

Helena, parda, UEPA
Áudio whatsapp 25/05/18 – 02m51s

1. porque o espaço universitário ele não é preparado pra gente
2. ele não é preparado pra mulher
3. ele não é preparado pra pra mãe
4. sabe, ele não é preparado pras nossas necessidades
5. tá, mas a gente tem um espaço, a gente tem um banheiro feminino, que é o mínimo, sabe, mas as coisas infelizmente vão parando por ai
6. a gente precisa de espaços, sabe

Helena, parda, UEPA
Áudio whatsapp 25/05/18 – 02m17s

7. eu lembro que um dia eu peguei (incompreensível) quando eu peguei primeira vez a minha caderneta da gestante
8. eu li tudo né, empolgada, primeira gestação e tal
9. e vi sobre aquela lei, das gestantes estudantes e fui atrás
10. porque eu sabia que eu não ia poder ser reprovada

11. mas há relatos de pessoas, de anos anteriores a mim, bem próximos e tal, de pessoas que foram reprovadas porque os professores se negaram a dar licença né
12. e eu entrei com um documento na UEPA na época solicitando o meu afastamento e tudo mais
13. porque, por conta da gestação, o período do puerpério e tudo mais
14. e eu consegui ficar afastada por dois meses e meio
15. quando eu voltei pra UEPA, minha filha ia fazer três meses, sabe
16. Uma colega que estudava comigo infelizmente não conseguiu porque ela não entrou com recurso
17. e infelizmente ela ficou reprovada
18. consegui receber o diploma dela nesses dias agora, acho que em março, ela recebeu, esses meses o diploma dela
19. infelizmente...
20. a lei existe mas a universidade ela não te assegura esse direito
21. sabe, muitas e muitas gestantes, muitas mães ficam sem estudar
22. porque os professores simplesmente se negam a aceitar isso né
23. que é um direito nosso
24. infelizmente por desconhecer ou por qualquer outro motivo externo que eu não sei te dizer
25. mas no caso da UEPA lá de Vigia era realmente por falta de conhecimento

Nestas falas, Helena traz mais uma vez o desligamento que a lei tem de seu aspecto tangível, aplicável. Que elas não dão conta de auxiliar minimamente uma mãe estudante. Traz ainda a negativa de alguns professores diante das solicitações, isso demonstra que não é na legalidade ou nos textos regimentais que certos acordos são feitos, mas em um lugar extra, onde os textos oficiais são enxertados e manipulados e onde autonomia e autoridade são invocadas. Nesse jogo, o posicionamento político de educadores e coordenadores é que serão determinantes para concessão de certos “privilégios”.

Sobre as barreiras institucionais enfrentadas através da figura do corpo administrativo e docente das universidades, Iara também, vai relatar, abaixo, uma situação específica em que suas solicitações não são acatadas devido a um caso em particular envolvendo um docente.

*Iara, parda, UFPa
Áudio whatsapp 10/06/18 – 3m49s*

1. E barreira institucional assim além dessa falta de estrutura foi só dessa vez que esse professor é colocou dificuldade logo que o (nome do filho) nasceu
2. Eu tava fazendo cinco disciplinas e fui conversar com os professores
3. Quatro professores entenderam super bem
4. E aí um professor tava faltando muito, ele era um professor substituto na época
5. E ele faltava muito e ele tava com problema de depressão e tal
6. E aí acabou que eu não consegui conversar com ele antes do (nome do filho) nascer
7. E aí quando o (nome do filho) nasceu e tal, passou um mês, talvez um pouquinho menos eu fui na UFPa pra tentar conversar com ele, explicar minha situação
8. E ele não foi nada receptivo assim né
9. É irônico porque ele tava faltando, ele tinha situações de saúde pra resolver mas ele não conseguiu compreender
10. Não fez nenhum esforço de compreender a minha situação
11. E eu já tinha perdido uma prova dele e ele não aceitou que eu fizesse nenhuma avaliação e tal

12. E na época eu tinha ido lá super rápido assim né
13. E eu não fiquei disposta, era de noite
14. E eu não tava disposta a me prolongar
15. Ele só disse que não ia aceitar
16. E eu voltei pra casa muito aborrecida
17. E tentei conversar com os outros professores perguntar se eu podia fazer alguma coisa a respeito
18. E eles né tentaram botar panos quentes assim
19. Acabou que esse professor saiu no final desse semestre
20. Mas eu reprovei a disciplina e eu não fui bem orientada
21. E na época eu também não sei eu não tava tão preocupada com reprovar
22. Eu tinha outras coisas assim mais urgentes em mente e acabei deixando passar isso é não deveria ter deixado
23. porque foi injusto né eu reprovar essa disciplina
24. e foi isso não me orientaram direito e eu também não tinha tempo pra ir lá de manhã assim, era muito difícil pra eu ir lá no
25. instituto só ficava aberto até quatro cinco horas da tarde
26. E eu tinha aula a partir das seis
27. Então quando eu chagava já não dava mais pra resolver isso e eu não tinha como ir na UFPA de manhã ou de tarde
28. Aí esse foi o maior problema eu ter reprovado essa disciplina e os professores não terem me apoiado
29. Eles tentaram “a não não vamo causar um problema a mais e tal e ai priorizaram o bem-estar do professor e não o meu né

É possível notar neste excerto de Iara, quando ela diz, “Não fez nenhum esforço de compreender a minha situação”, “colocou dificuldade logo que o (nome do filho) nasceu”, “ele não foi nada receptivo”, “não me orientaram direito”, “os professores não terem me apoiado”, como as relações de poder (FOUCAULT, 1997), neste caso expressas através da figura de um professor em particular, dentro de faculdades, não estão dispostas apenas em contratos jurídicos ou regimentais. Nesta perspectiva,

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...) Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (Foucault, 1979:182)

É possível perceber nessa falta de diálogo entre direitos previstos em lei e práticas de poder cotidianas que a universidade, apesar de prezar ideologicamente pela universalização do conhecimento, ética e respeito a diversidade não dá conta do exercício político e subjetivo de seus componentes. Essa questão também comparece na fala de Daniele, em que a atitude de vários docentes acabou tornando sua experiência na universidade negativa.

Daniele, parda, UEPA
Áudio whatsapp 09/06/18 – 03m29s

1. Mas dos professores eu perdi assim principalmente dos professores que eram assim da minha área de biologia mesmo, que eram os que eu gostaria de fazer pesquisa, de continuar e eu até tinha uns contatos em Belém pra mim tentar fazer estágio alguma coisa do tipo

2. Alguns até deixaram assim de mão
3. Como se dissessem pra mim “ah essa daí não tem mais jeito, perdeu né
4. Engravidou, não vai mais ter futuro
5. Então alguns professores é eu tive que conviver com isso assim com essa
6. Sei lá com esse modo de ver esse modo de pensar deles
7. E como meu curso era intervalar, eu fiz o curso da UEPA mas foi numa escola de Ensino Médio que foi a escola onde eu terminei meu Ensino Médio
8. Então eu tinha esse olhar dos professores tanto da minha graduação quanto dos meus professores do ensino médio também que me viam
9. Com olhar tipo “ah uma boa aluna e tal, vai ter um futuro brilhante e depois grávida
10. Tive que encarar os mesmos olhares deles de “coitada essa daí ferrou a vida dela”

Na linha 1 Maria fala sobre o desejo de se tornar pesquisadora em biologia que é frustrado pela não-receptividade dos professores da área diante de sua gravidez. Nas linhas 3, 4, 9 e 10, ela constrói algumas frases para discorrer sobre essa relação que teve com os docentes. Ela lê através de suas posturas e olhares que, agora grávida, já não serve aos propósitos das atividades universitárias pois “ferrou a vida dela”.

É necessário relembrar, contudo, que apesar de indivíduos que tornam negativa a experiência materna no âmbito da universidade, muitos docentes, coordenadores, colegas de turma, trabalhadores da limpeza e demais personagens, também operam em uma postura solidária. No meu caso, tive, desde a descoberta da gravidez uma série de atitudes positivas que foram primordiais para eu desejasse seguir no mestrado. Ajuda com a dinâmica das disciplinas, solicitude e incentivo foi o que marcou a recepção da minha nova condição materna na pós-graduação.

Portanto, apesar de resguardadas por uma única lei que as possibilita exercer atividades domiciliares, a complexidade e amplitude do problema em torno da dinâmica maternidade-universidade é muito grande. Envolve, além da coerente execução de um Regimento, que atentemos para os fatores políticos e subjetivos que guiam os personagens que compõem esse contexto, bem como as condições estruturais a que estão submetidos.

4.6 Estratégias de Resistência

Apesar de várias estruturas justapostas incidirem para que a mãe universitária não consiga seguir com os estudos, algumas ainda conseguem resistir, com muito esforço e criatividade. Essa resistência, contudo, não é aquela ideologizada da “mulher guerreira”, mas uma resistência que bate de frente com essas romantizações, uma resistência de todo dia.

*Iara, parda, UEPA
Áudio whatsapp 10/06/18 – 59m*

1. A princípio eu tirava o leite e deixava e deixava né pra
2. Eu só assistia aula a noite
3. E ai eu saia no finalzinho da tarde

4. E assistia aula e voltava
5. E ai eu deixava uma mamadeira né pra ele tomar nesse tempo, uma era suficiente
6. Quando eu voltava já tava em tempo de eu amamentar ele de novo e ficava tudo bem
7. Só que aí com o tempo foi ficando muito ruim começou a me machucar
8. Ai a gente teve que incluir, quando ele fez seis meses que a gente começou a incluir outras coisas na dieta né e frutinhas e tal e vitamina
9. E ai acabou que esse tempo que eu tava fora ele comia alguma outra coisa mesmo
10. E ai a gente manteve assim, eu continuei amamentando mas no momento que tava fora alimentavam ele com uma vitamina, com um suquinho, uma frutinha, alguma coisa assim

A amamentação dos primeiros seis meses é, sem dúvida, a principal dificuldade logística de mães que tiveram que voltar cedo para as aulas presenciais. Neste excerto Iara relembra como fazia para manter a amamentação exclusiva, prevista nos principais documentos sobre saúde da criança. Considerando que extrair e conservar leite nem sempre é uma tarefa fácil, pois além de questões fisiológicas e psicológicas que variam a cada mulher, ainda existem questões de conhecimento relativo a armazenamento do leite, recepção da criança a mamadeiras, administração das mamadas por terceiros e etc.

Carla, branca, Estácio
Áudio whatsapp 06/07/18 – 2m57s

1. E ai voltei já no ano seguinte, já divorciada já com outra cabeça
2. Já ciente de que eu queria fazer um mestrado quando eu saísse dali
3. Já ciente que a carreira acadêmica não acabava ali na graduação
4. E eu voltei outra pessoa de fato sabe, politicamente falando
5. Então, é eu me envolvi em muitos outros problemas por estar numa faculdade privada
6. E ai os discursos sempre muito impermeados por uma lógica meritocrática sabe e ocorreu até (risos) égua muito ridículo sabe
7. Eu passei por cada coisa ali que realmente
8. Acho que se eu não tivesse tido contato com discursos feministas e com as mulheres é foda assim que cruzaram o meu caminho conversando comigo
9. Era capaz de eu desistir, de eu não ter seguido, de eu ter absorvido
10. (conversa com o filho)
11. (confuso) não teria seguido em frente, ocupado esse espaço que é um espaço que me foi negado, sabe, e que me é negado ainda
12. (confuso)
13. Égua tu tem dois filhos, como é que tu consegue ter dois filhos e fazer um mestrado assim?
14. É complicado.

Resistir, também, implica identificar as estruturas que oprimem, é o que evidencia a fala de Carla, que consegue retornar à universidade após um ano de afastamento, já com outras perspectivas, “com outra cabeça” (linha 1) e projetando uma continuidade “queria fazer um mestrado quando eu saísse dali” (linha 2) e “ciente que a carreira acadêmica não acabava ali na graduação” (linha 3). Avaliando criticamente a instituição como um espaço negado, criticidade que a trouxe problemas, num processo de questionamento que passa pelo contato com o feminismo para seguir resistindo como exposto nas linhas 8 e 9.

Daniele, parda, UEPA

Áudio whatsapp 09/06/18 – 01m12s

1. Mas também graças a isso né essa coisa de que eu ia fracassar
2. de que eu tinha acabado com a minha vida
3. eu decidi comigo mesmo que eu estudar mais ainda que
4. o tempo que eu tivesse eu ia me dedicar
5. E depois de que eu tive a (nome da filha) não tirei nenhuma nota baixa nenhum menos de 8 eu acho que não tem no meu no meu histórico
6. Porque assim eu tentei me empenhar mais ainda
7. E aí como eu estudava, como ela era bem bem pequena ainda ela tava mamando e eu estava lendo meus livros lá de biologia e
8. Continuava estudando mesmo o tempo que dava
9. É ou quando ela dormia eu virava a noite pra estudar
10. Pra não ficar atrás né, pra não perder
11. É pra não deixar que aqueles professores acharem que o julgamento deles tava certo né
12. De que porque eu tinha engravidado que a minha vida tinha acabado e tal

Neste penúltimo excerto, Daniele fala sobre continuar, sobre seguir apesar das adversidades. Ela toma um discurso negativo o de que “sua vida acabou”, muito enfatizado por ela durante a contação de sua história para transforma-lo em material de impulso onde sua vida continua na universidade através de sua dedicação como mostra nas frases da linha 3 “estudar mais ainda”, 4 “não tirei nenhuma nota baixa”, 7 “lendo meus livros lá de biologia”, 8 “Continuava estudando mesmo o tempo que dava” e 9 “eu virava a noite pra estudar”. Essa persistência, diante de infinitas interdições econômicas e sociais fez com que mulheres de grupos minoritários politicamente fossem interpretadas como “guerreiras”.

As ordens de indexicalidade nas quais essas mulheres se inscrevem, apontam para um tipo de força que faz com que não desistam diante das adversidades de uma sociedade racista, sexista e onde as classes trabalhadoras são diariamente exploradas (SMOLEN & ARAÚJO, 2017). Contudo, como tem sido enfatizado nos círculos feministas que consideram a interseccionalidade desses vetores, para essas mulheres, desistir e fraquejar não é uma opção. Por isso é necessário atentar para as potências dessa luta, mas também para a vulnerabilidade desses corpos e a possibilidade do descanso.

*Laura, branca, UFPA
Áudio whatsapp 14/06/18 – 03m17s*

1. e alguns trabalhos a gente faz assim meio que nas três porradas né
2. tipo escreve aqui, sacode o menino ali, dá banho no menino
3. é muito dificultoso mas assim tem que, tem que pensar que aquilo não tá acontecendo
4. se a gente for parar pra pensar na situação a gente não faz nada
5. eu percebi muito isso durante o curso sabe
6. já tive muitas crises de choro por causa disso

Manter-se produtiva e escrevendo para algumas mulheres transcende as barreiras operacionais da resistência. Como narra Laura na linha 2 “escreve aqui, sacode o menino ali,

dá banho no menino” é o retrato de um cotidiano laborioso que exige criatividade e provoca muita dor como ela expõe na linha 6 “já tive muitas crises de choro por causa disso”. Lembro de digitar com uma mão no notebook e com a outra segurar a mamadeira, de narrativas em que a mãe embala a criança e com a outra mão digita o TCC no celular ou ainda de inventar uma dor de barriga para poder ir ler um livro no banheiro. Essa escrita, que brota numa precariedade de nós é nossa resistência institucionalizada. Anzaldúa (1981 [2000]), em *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo* reflete sobre como escrever, para mulheres racializadas e pobres, expostas a um cotidiano fatídico, é um ato necessário de tomada de nós por nós, um lugar para, parafraseando a autora, se descobrir, se preservar, se construir e alcançar autonomia. Um lugar onde histórias podem ser reescritas, interpeladas e partam daquelas bocas às quais falar sempre configurou um atrevimento. Seguir escrevendo e produzindo academicamente a partir de uma maternidade que intersecciona marcadores de opressão é nesse sentido, um desaforo a quem nos queria fora da academia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de uma grande narrativa ocidental a qual chamamos História, com H maiúsculo, a identidade denominada “mãe” foi forjada a fim de estabelecer um elo estratégico entre o sexo feminino compreendido como biológico e a reprodução da força de trabalho. Trabalhos recentes como o de Silvia Federici (2017/2019), que revisitam passagens muito consolidadas nas escritas científicas dessa História, como a transição do feudalismo para o capitalismo, também tem iluminado o caminho para a percepção de outras histórias, em minúsculo, que tem possibilitado perceber que, uma categoria tão naturalizada como a “mãe”, também detém uma historicidade composicional.

Mas não é de hoje que a percepção desse sujeito como portador de um “instinto materno” tem sido interpelada, Elisabeth Badinter em 1980 ao publicar *Um amor conquistado: o mito do amor materno* já manifestava um incômodo no que diz respeito a compreender a maternidade como um exercício de características essenciais. A luz dessas leituras, essa identidade “mãe”, que deteria “uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica” (BUTLER, 1990 [2003]) pode ser percebida como uma construção social ou ainda uma produção da “regulação dos atributos segundo linhas de coerência culturalmente estabelecidas” (p.55).

Apesar da riqueza dessas considerações, e de nos perguntarmos porque, diante delas, ainda fazemos coalizões com políticas identitárias, devemos compreender que é a partir do manuseio dessas categorias pelas instâncias do poder que determinadas ordens de violência conseguem se materializar. E foram essas ordens de violência, amalgamadas as frases aparentemente naturais do cotidiano de mulheres universitárias mães que fizeram perceber, nesta pesquisa, que os discursos institucionais acerca da maternidade na academia são emaranhados de interdições transvestidas de naturalidade. Essas interdições dizem respeito principalmente a maneira com que se convencionou compreender o distanciamento entre duas categorias: “mãe” e “cientista”.

A primeira, comumente mulher, organizada nos discursos hegemônicos como dotada de um amor incondicional, de uma responsabilidade instintiva para com os filhos, de uma dedicação total, que abre mão de seus sonhos em prol da felicidade de suas crias e inscrita no contexto doméstico. A segunda, comumente homem, branco, hetero, é compreendida como um sujeito inteligente, dotado dos privilégios do uso da razão, dedica-se ao desenvolvimento da Ciência, ainda que para isso precise abrir mão de relações pessoais profundas, é inscrito nas instituições centros do saber. Na fronteira entre essas duas categorias está a mãe universitária,

sendo espremida por forças discursivas fugazes, por desrespeitar certa compreensão dominante dos papéis sociais de gênero.

Essa fronteira, como metáfora produtiva para pensar os limites de identidades muito bem delimitadas, remete muito aproximadamente a frontera de Anzaldúa (2007), um lugar de fertilidade epistemológica cujo limite “não é esculpido em pedra, mas desenhado na areia e sujeito a ventos de mudança”. Essa localização, feita através de práticas discursivas que promovem a realidade destas sujeitas como um desafio, foram aqui catalogadas, neste ano de 2019, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto a mães universitárias paraenses, através das possibilidades teórico-metodológicas de uma Linguística Aplicada de caráter Indisciplinar. É sobre essa localização as considerações que encerram esse trabalho de dois anos e muitas madrugadas.

Utilizo ao longo da dissertação a frase “tornar-se” mãe, que parece fazer menção a célebre frase de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se”, na verdade não é exatamente a ela que me refiro. O tornar-se a que me dirijo, diz respeito a um estágio de não lugar, como sugere Marc Augé em seus escritos antropológicos a partir da década de 80 e diz também respeito ao tornar-se de Grada Kilomba, quando em seu *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* ela narra como se percebeu enquanto mulher negra. O tornar-se “mãe” a luz dessas duas possibilidades significa o momento em que, entre deixar a condição de não-mãe e a de chegar a ser uma “mãe” há um espaço, um não lugar, um entremeio. É nesse entremeio que o espaço do tornar-se se dá e só se dá, a partir do discurso. Tornar-se mãe, na universidade, significa habitar esse não lugar.

Para que esse não lugar seja instituído e institucionalizado são necessários, no entanto, a conexão de discursos que irão, de maneira estratégica, designar suas sujeitas e construir-lhes uma realidade objetiva. Afim de identificar esses discursos e para que ideologias apontam, organizei-os abaixo em um tipo de linha do tempo que vou nomear como “processos de expulsão escolar de mães do espaço universitário” recuperados dos dados produzidos durante esta pesquisa. Opto pelo termo “expulsão”, porque sinto que o termo “evasão” escolar parece implicar um tipo de agência a essas sujeitas, o que não se dá em realidades cuja desistência é a única opção possível, além do que os relatórios institucionais que falam de evasão parecem se debruçar sobre o indivíduo, catalogando seus motivos pessoais para a saída, aqui é feito um movimento diferente, aqui não se pergunta ao indivíduo porque evadiu, mas a instituição porque não resguardou sua permanência.

Cada etapa a seguir, identificada através dos dados gerados nesta pesquisa, configura um momento da trajetória da mãe universitária, que pode ser mais ou menos incisivo

dependendo da rede de apoio e das condições familiares a que a mulher tem e que pode ou não se realizar dependendo das condições estruturais a que essa mulher se encontra. É uma possibilidade de visualizar como a categoria mãe é compreendida e indexicalizada (BLOMMEART, 2007/2010; MELO & MOITA LOPES, 2014; FREITAS & MOITA LOPES, 2019) na academia como algo que não se encaixa, que não pode se estabelecer nem se realizar, pois implica em desafiar protocolos e *modi operandi* compostos por séculos de uma Ciência sem corpo e sem subjetividade (HARAWAY, 1995), sem gênero, sem cor, sem etnia e sem crianças.

Organizo essas etapas em: **engravidar → noticiar a família → ir grávida para a universidade → pedir licença-maternidade para mãe estudante → precisar retornar as atividades após o parto → buscar uma rede de apoio para cuidar da criança enquanto estuda → levar a criança para a faculdade → trancar o curso/permanecer**. Através desses tópicos traço a seguir as reflexões que puderam ser levantadas a partir de suas ordens de indexicalidade (BLOMMAERT, 2007/2010; MELO & MOITA LOPES, 2014; SILVA & LOPES, 2019), tanto para pensar a maternidade como uma identidade em tensão, quanto para pensar o discurso como uma forma de ação no mundo social.

A organização das universidades presentes através das narrativas aqui investigadas lida de maneira pouco interessada com a permanência de estudantes mães em seu corpo institucional. Isso se torna observável por meio dos discursos envolvidos nas práticas comunicativas universitárias que apontam para um não lugar a mãe universitária, seja através de sua organização pedagógica não inclusiva, seja por recuperar aspectos de interdição da cultura destinados a sujeita mãe. Isso faz com que se opere uma negatividade a esses sujeitos que resulta em seu afastamento desse lugar de produção do conhecimento.

Frente a essas interdições implícitas através de olhares, frases de desconforto, estranhamento de seu corpo grávido ou de sua criança, as mulheres apesar das adversidades, tem construído estratégias através das quais tentam se manter estudando, o que longe de ser interpretado através do estigma de “mulher guerreira”, na verdade sinaliza que diante da incidência da opressão, há resistência.

Considerando os estudos no campo da linguagem que consideram a visada performativa (AUSTIN, 1962[1990]; BUTLER, 1990 [2003]; MOITA LOPES, 2006; BORBA, 2014; PINTO; 2015, dentre outros), foi possível identificar que os discursos estereotipados que envolvem a maternidade foram determinantes para dizer sobre a trajetória de mães universitárias. Esses discursos, surgidos em contextos históricos como o surgimento do capitalismo, amparado por narrativas bíblicas e destinado a organização de um tipo de

sociedade moderna, com certos ideais econômicos, políticos e culturais, confinaram e vem confinando as mulheres ao contexto doméstico como único lugar possível.

Esse movimento de determinar que corpos devem habitar que espaços, engendrados por discursos dominantes, encontram respaldo principalmente em projetos de poder que categorizam, hierarquizam e distribuem funções sociais através de argumentos biologicistas e naturalizantes. São esses discursos que propiciam com que certas opressões consigam viajar através do tempo e do espaço, em um constante movimento de atualização, sendo respaldados por ideologias sexistas, racistas, classistas e heteronormativas. Discursos através dos quais o poder de dizer sobre se localiza inclusive nas manifestações cotidianas e micropolíticas (GUATARRI, 2011) de sujeitas/os e instituições, através de protocolos disciplinares (FOUCAULT, 1975 [1987]).

Para que essa mobilidade de discursos em fluxo na contemporaneidade pudesse ser rastreada e localizada, o investimento em uma metodologia de cunho etnográfico em Linguística Aplicada (GARCEZ & SCHULZ, 2015) foi de fundamental importância, pois ampliou a análise linguística para a percepção do contexto em que as falas se deram. As nuances surgidas de uma relação aproximada e sensível com as sujeitas de pesquisa possibilitou um espaço de escuta e desabafo, bem como nos proporcionou compartilhar nossas histórias e dessa forma estabelecer um sentimento de que não estamos sozinhas, mas em um tipo de comunidade, ainda que heterogênea. A trajetória do campo da Linguística Aplicada Indisciplinar como área autônoma e comprometida com os problemas do mundo social, possibilitou construir uma pesquisa que questiona as perspectivas hegemônicas através de um olhar interdisciplinar sobre os discursos acerca da maternidade.

Pensar a produção das ciências através da proposta do feminismo de caráter interseccional, ligando suas proposições a causa materna, fez perceber que a escrita de mulheres de grupos historicamente silenciados e subalternizados reflete a possibilidade de pensarmos modos de fazer científicos comprometidos com a diferença e com políticas anti-hegemônicas. Assim como, revisitando ainda que brevemente a bibliografia acerca da temática “mães na universidade” e reconhecendo sua relevância, penso que tanto a metodologia de cunho etnográfico quando as propostas analíticas interseccionais seriam uma fértil possibilidade de ampliação e adensamento do debate.

Por fim e assumindo o risco de uma poesia, esse espaço de “destilação da experiência, com a qual nomeamos o que não temos, para sermos capazes de pensar”¹⁵ gostaria de dizer as

¹⁵ LORDE, A. Poesia não é um luxo. *Chrysalis: A Magazine of Female Culture*, n.3, 1977.

mulheres mães universitárias que me leem neste momento que eu consegui terminar este texto, com muito custo emocional, tirando forças do vácuo e sonhando em devaneios que alguém ou algum fato estaria vindo para me salvar da dor, mas olha que esquisito, quem estava vindo era eu mesma, reformulada, com um novo corpo e percebendo minhas potências. Diante disso, atentem para a possibilidade de que você pode ser

A mulher pela qual esperava

Se você é a única negra no auditório ou na mesa de palestrantes, não se entristeça, mas incida no mundo para que aquele espaço seja tomado por mais mulheres negras.

Se você é a única indígena no mestrado, não se entristeça, saiba que outras mulheres indígenas estão em outros fronts de luta e trabalhe para que caso elas queiram, possam ocupar com você a universidade.

Se você é a única mãe da sua turma de graduação, vai ser difícil, mas acredite, é possível ultrapassar esse sistema que fará de tudo pra você cair fora.

"Se eu consegui você também consegue" é uma grande mentira meritocrata, não caia nessa.

Só saiba que você pode ser a pessoa pela qual esperava.

Se não tem uma mulher negra palestrando, você estará lá. Se não tem uma indígena no programa de pós, você estará lá, se não tem nenhuma mãe na turma, você estará.

E não estou falando de "representatividade" apenas, mas de "ocupação", que é muito mais forte e libertadora.

Não tem ninguém chegando para nos salvar, nenhuma mulher branca ou rica ou incontestavelmente instruída nos tirará de onde estamos pelas mãos.

Quando essas mulheres ascendem elas nos põem em suas cozinhas. Fizeram com nossas avós, com nossas mães, mas com a gente não! Não podemos permitir.

Se até agora todas as histórias que formam a ciência de nosso povo foram contadas por pessoas hegemonicamente privilegiadas, sejamos nós a reescrever essas histórias e a dar a elas outras possibilidades de existência.

Se as estampas das camisas apesar de trazerem grandes revolucionárias como Frida não trazem vovó nem mainha, nem aquelas, que anônimas aos grandes ouvidos, são as nossas inspirações, que sejamos nós a produzir esse estêncil, esse lambe, essa dissertação.

Nós somos resistência, e vamos dando mãos para aquelas que são como nós e também desejam acessar espaços historicamente negados para esses nossos corpos genderizados, racializados, etnicizados, classificados numa subalternidade muito afastada do que somos quando dançamos e escrevemos.

Cem lugares comuns numa sala, mas nesta sala está também você.

Você é a mulher pela qual esperava.

À luta!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA, M. *Aleitamento Materno como programa de ação de saúde preventiva no Programa de Saúde da Família*. 57f. (Monografia de Especialização em Saúde da Família) – UFMG, Uberaba, 2011.
- ALVAREZ, A. & RADAELLI, A. *Políticas da educação superior no Brasil (2003-2010): democratização ou expansão?* Santa Cruz do Sul, v. 1, n.46, p. 217-232, jan./jun. 2016.
- AMORIM, T. *A formação acadêmica das mães universitárias do campus Clóvis Moura: um olhar para a qualidade*. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, IV, 2012, Anais. Campina Grande: Realize Editora, 2012, p.01-11
- ANSAI, R. & PINHEIRO, B. *Projeto espaço da mamãe universitária professora Maria Sidney Barbosa Gruner: relatos de experiência da formação docente inicial no curso de pedagogia da UNESPAR/UV*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, IV, 2017, Anais. Curitiba: 2017, p. 20691- 20700
- ANTUNES, L. et. al. *Amamentação natural como fonte de prevenção em Saúde*. Ciênc. Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: v. 13 n.1, p. 103-109, fev. 2008.
- ANZALDUA, G. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo*. Trad. Édina de Marco. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: v. 8, n. 1, p.229-236, 2000.
- _____. *Bordelands – La Frontera – The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 2007.
- AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer. Palavras e Ação*. Trad. Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AVILA, R. & PORTES, É. *A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos*. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 3, p.809-832, 2012.
- BADINTER, E. *Um Amor Conquistado: O mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARRETO, A. *A mulher no Ensino superior Distribuição e Representatividade*. Cadernos do GEA. Rio de Janeiro, v.1, n.6, p.03-45, jul./dez, 2014.
- BAUMAN, R. & BRIGGS, C. *Poetics and Performance as critical perspective on language and social life*. Annual Review of Anthropology, New York: v.19, p.59-88, 1990.
- BLOMMAERT, J. *Sociolinguistics and Discourse Analysis: Orders of Indexicality and Polycentricity*. Journal of Multicultural Discourses, New York: vol. 2, n. 2, p. 115-130, 2007.
- _____. *A sociolinguistics of globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BORBA, R. *A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais*. Cadernos Pagu. Campinas, n. 43, p. 441-474, jul/dez 2014.

BOWEN, D. *Visuality and the Archive: The Gloria Evangelina Anzaldúa Papers as Theory of Social Change*. 199f. (Tese de doutorado) The University of Texas Austin, 2010.

BRASIL. LEI Nº 6.202, DE 17 DE ABRIL DE 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6202.htm

BUCHOLTZ, M. *The politics of transcription*. Journal of Pragmatics. Texas A&M University, n.32, p.1439-1465, 2000.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Excitable Speech. A Politics of the Performatives*. New York: Routledge, 1997

CABRAL, C. *Articulações entre contracepção, sexualidade e relações de gênero*. Saúde Social, v.26, n.4, p.1093-1104, 2017.

CARNEIRO, S. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados. São Paulo, v.17, n.49, p.117-132, set./dez. 2003.

CAVALCANTI, M. *A propósito de linguística aplicada*. Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, v.7, n.2, p.5-12, 1986.

CAMPOS, J. & CHAVES, S. *NarrArt: autobiografia de formação*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA, VII, 2016, Anais. Cuiabá: UFMT, 2016

CARVALHO, I. & ALMEIDA, P. *Família e proteção social*. Em perspectiva, São Paulo v. 17, n.2, p. 109-122, abr./jun. 2003.

CELANI, M. *Afinal, o que é Linguística Aplicada?*. In.: PASCHOAL, M. & CELANI, M. (Orgs.) *Linguística Aplicada: da Aplicação de Linguística à Linguística Transdisciplinar*. São Paulo: EDUC, 1992.

COSTA, T. et. al. *Naturalization and medicalization of the female body: social control through reproduction*. Caderno de Saúde Pública. Botucatu, v.3, n.20, p.363-80, 2007.

CRESHAW, K. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CURIEL, Ochy. *Superando la interseccionalidad de categorías por la construcción de un proyecto político feminista radical. Reflexiones en torno de las categorías políticas de las mujeres afrodescendientes*. In: Mara Viveros, Peter Wade y Fernando Urrea (edit). *Raza, etnicidad y sexualidad. Ciudadanía y multiculturalismo en América Latina*. Bogotá: U. Nacional e CLAM, 2008.

DADOORIAN, D. *Gravidez na adolescência: um novo olhar*. Psicologia: ciência e profissão, v. 23, n. 1, p. 84-91, 2003.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, K. *Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful*. Feminist Theory, vol.9, n.1, p. 67-85, 2013.

- DELEUZE, G. *Spinoza et le problème de l'expression*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1968.
- DEWEWS, S. & LIMA, B. *Sexualidade: discussão de valores, mitos e preconceitos para a formação de alunos*. Cadernos PDE. vol. 1, 19f, 2013.
- DIAS, M. & FERREIRA, B. *Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea*. Revista Brasileira Estudos Urbanos, v.17, n.3, p.118-133, set/dez, 2015.
- DIAS, M. & SOARES, B. *Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes*. Revista Educação e Emancipação, v.12, n.2, maio/ago, 2019.
- DURANTI, A. *Linguistic anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- DURIGUETTO, M. *Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social*. Revista de Sociologia, São Paulo, n.128, p.104-122, 2017.
- FABRICIO, B. F. *Transcontextos educacionais: gêneros e sexualidades em trajetórias de socialização na escola*. In: Daniel N. Silva et al (orgs.) *Nova Pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, p.145-189, 2006.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUfba, 2008.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERREIRA, V. *Artes e manhas da entrevista compreensiva*. Saúde social. vol. 23, n.3, p.979-992, 2014.
- FONTEL, L. & SENA, J. *Performances discursivas de uma mulher militante: a marcha mundial das mulheres na Amazônia Oriental*. Revista A Palavrada, n. 12, v. 02, p. 387- 403, 2017.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *Resumo dos cursos do Collège de France: 1970-1982*. Trad. de Andrea Daher. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997. 134p.
- FREITAS, L. & CASAGRANDE, L. *As mulheres e a bíblia: de uma relação passível a uma relação possível*. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, V. Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2013.
- FREITAS, L. & MOITA LOPES, L. P. *Vivenciando a outridade: escalas, indexicalidade e performances narrativas de universitários migrantes*. Rev. Bras. Linguística Aplicada, v. 19, n. 1, p. 147-172, 2019.
- GARCEZ, P. & SCHULZ, L. *Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil*. D.E.L.T.A., 31-especial, p. 1-34, 2015.
- GELLIS, A. & HAMUD, M. *Sentimento de culpa na obra freudiana: universal e inconsciente*. Psicologia USP, São Paulo, v. 22, n.3, p.635-653, 2011.
- GOMES, N. *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. (Tese de Doutorado em Filosofia). São Paulo: USP, 2002

- GUATTARI, F. *Micropolítica: cartografias do desejo*. In: GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GUIDROZ, K., & BERGER, M. T. (Orgs.). *A conversation with founding scholars of intersectionality: Kimberlé Crenshaw, Nira Yuval-Davis and Michelle Fine*. In: *The intersectional approach: Transforming the academy through race, class and gender*. North Carolina: University of North Carolina Press, 2009.
- HAMANN, C. et. al. *Movimentos de ocupação urbana: uma integração Teórica através do conceito de happening*. *Diálogo*, n. 23, p. 19-33, ago. 2013
- HARAWAY, D. *Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da Perspectiva parcial*. *Cadernos Pagu* n.5, p. 07-41, 1995.
- HARDY, E., REBELLO, I., & FAÚNDES, A. *Aborto entre alunas e funcionárias de uma universidade brasileira*. *Revista de Saúde Pública*, v.27, n.2, p.113-116, 1993.
- HEIMBURG, E. *Futuras pedagogas mães e trabalhadoras do curso de Pedagogia na Universidade do Estado de Mato Grosso Campus de SINOP: Entre o tempo ditado pelo mercado de trabalho e o tempo necessário para educar seus filhos*. *SINOP*, v. 7, n. 2 (19. ed.), p.415-425, jun/jul, 2016
- HELMER, M., et al. *Gender bias in scholarly peer review*. *eLife* [online], v. 6, n. 2, 2017.
- HENNING, C. *Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença*. *Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades*. *MEDIAÇÕES*, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul/dez, 2015.
- HENRIQUES, C. *Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil*. *Universidade e Sociedade*. Portal Andes: p.68-79, jun., 2016.
- HOOKS, B. *El feminismo es para todo el mundo*. Ed. Traficante de Sueños. Madrid, 2017.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação superior*. 2016: <http://www.inep.gov.br/>
- KAUFMANN, J. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.
- KUGLER, K., & JONES, W. H. *On conceptualizing and assessing guilt*. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 62, n.2, p.318–327, 1992.
- KILOMBA, G. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LELIS, D. *Aleitamento materno exclusivo à criança até os seis meses de idade: avanços e desafios*. UFMG. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Conselho Lafaiete, 2012.
- LIMA, S. & BOTELHO, D. *Culpa das Mães para com seus Filhos e sua Relação com Decisões de Consumo*. *ENCONTRO DO ANPAD, XXXVIII*, Anais Eletrônicos, set. 2014.

- LINS, I. *A mulher e a maternidade: um exercício de reinvenção*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Pernambuco, 2017.
- LÔBO, E. *A questão da mulher na reprodução da força de trabalho*. São Paulo: Perspectivas, v. 4, n. 1, p.43-47, 1981.
- LORDE, A. *Não há hierarquia de opressão*. In: *Eu sou sua irmã. Escritos coletados e não-publicados de Audre Lorde*. Editado por Rudolph P. Byrd, Johnnetta Betsch Cole e Beverly Guy Shef-Tall. Oxford University Press, 2009.
- LOPES, A. C. *Funk-se quem puder: no batidão negro da cidade carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2010.
- MELO, G. & FERREIRA, J. *As ordens de indexicalidade de gênero, de raça e de nacionalidade em dois objetos de consumo em tempos de Copa do Mundo 2014*. RBLA, v. 17, n.3, p.405-426, 2017.
- MELO, G. V. & MOITA LOPES, L. P. *Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico*. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, v.14, n.3, p.653-673, set./dez. 2014.
- MELO, G. V & ROCHA, L. *Linguagem como performance: discursos que também ferem*. Revista Brasileira de Linguística Aplicada. Belo Horizonte, p.1-22, 2017.
- MENEZES, R., et al. *Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos*. Construção Psicopedagógica. São Paulo, vol.20, n.21, 2012.
- MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.
- MOITA LOPES, L. P. *Da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada indisciplinar*. In: PEREIRA, R. C. e ROCA, P. *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, p.11-24, 2011
- OLIVEIRA, M. *Neutralidade da ciência, desencantamento do mundo e controle da natureza*. Scientiæ Zudia, v. 6, n. 1, p.97-116, 2008
- PHILO, C. *População acumulada: corpos, instituições e espaço*. In.: *Geografias do corpo ensaios de geografia cultural*. AZAEVEDO, A. PIMENTA, J. & SARMENTO, J. (Coord.). Porto: Livraria Figueirinhas, 2009.
- PINTO, J. *De diferenças e hierarquias no quadro Adelaide às análises situadas e críticas na linguística aplicada*. D.E.L.T.A., v. 31, p.199-221, 2015.
- PLETISKAITZ, K. & ROSA, F. *Maternidade chega a céu – os desafios e conquistas das acadêmicas mães moradoras na casa de estudantes da UFSM*. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th WOMEN’S WORLDS CONGRESS (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017
- PRECIADO, P. B. *Texto Junkie*. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 Edições, 2018.
- RAJAGOPALAN, K. *Repensar o papel da linguística aplicada*. In: Luiz Paulo da Moita Lopes (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola. p.149-168, 2006.

RIBEIRO, F. *Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB*. (Trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Serviço Social). Brasília: UNB, 2016.

RIBEIRO, D. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Justificando, 2017.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Trad. de A. Chelini; J. P. Paes e I. Blikstein. 27ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCAVONE, L. *A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais*. Cadernos Pagu n.16, p.137-150, 2001.

SENA FILHO, J. *Entextualização, indexicalidade e a produção discursiva do cuidado à saúde sexual LGBTI+ no interior da Amazônia oriental*. Revista de Letras da Universidade do Estado do Pará – UEPA. Belém: Out./Dez., 2018

SILVA, D. *O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações*. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, v.14, n.1, p.67-84, jan./abr, 2014.

_____. *'A propósito de Linguística Aplicada' 30 anos depois: quatro truismos correntes e quatro desafios*. D.E.L.T.A., 31-especial, p. 349-376, 2015

SILVA, D. & LOPES, A. *“Yo hablo un perfecto portuñol”: Indexicalidade, ideologia linguística e desafios da fronteira a políticas linguísticas uniformizadora*. Revista da ABRALIN, V. XVII, n. 2, p.144-181, 2018

SILVA, I. & UTIYAMA, S. *Situação de amamentação entre mulheres trabalhadoras e alunas de graduação e pós-graduação de uma universidade pública*. Acta Scientiarum. Health Sciences Maringá, v. 25, n. 2, p. 215-225, 2003.

SILVA, I.A. *Construindo perspectivas sobre a assistência em amamentação: um processo interacional*. (Tese Livre Docência) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SMOLEN, J. & ARAUJO, E. *Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática*. Ciênc. Saúde coletiva, vol.22, n.12, p.4021-4030, 2017.

SOARES, L. & MACHADO, P. *“Escrivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social*. Psicologia Política. vol.17, n.39, p.203-219. Mai/ Ago, 2017.

SOUZA, J. ARAUJO, D. & PAULA, D. *Mídia social whatsapp: uma análise sobre as interações sociais*. Revista ALTERJOR, v.1, n. 11, Jan./Jun., 2015.

UFPA. Regimento Interno de Graduação.

Disponível em: https://portal.ufpa.br/images/docs/regimento_geral.pdf

UNICEF & OMS. *Dez passos para o sucesso da amamentação, segundo recomendações da OMS/UNICEF*, 2015. Disponível em: <http://www.leitematerno.org/oms.htm>.

URPIA, A. *Tornar-se mãe no contexto acadêmico: narrativas de um self participante*. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Salvador: UFBA 2009.

URPIA, A. & SAMPAIO, S. *Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária*. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, vol.2, n.4, 2/2009.

THOMPSON J. B. *Ideologia e Moderna Cultura: Teoria Social Critica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *O Advento da interação mediada. A Mídia e a Modernidade: Uma Teoria Social da Mídia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

WELZER-LANG, D.A. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, v.9, p. 460-482, 2/2001.

WERNECK, J. *O belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio) tecnologias*. Sob o Signo das Bios: Vozes Críticas da Sociedade Civil. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.

WHITE, J., & GWENDOLEN, B. *Implicit and Explicit Occupational Gender Stereotypes*. *Sex Roles*, vol. 55, n.3, p.259–266, Aug. 2006.

WIDDOWSON, H. *On the limitations of Linguistics Applied*. *Applied Linguistics*, n.21, p.3-25, 2000.

YUVAL-DAVIS, N. *Intersectionality and Feminist Politics*. In: *The Interseccional Approach – Transforming the Academy through Race, Class & Gender*. The University of North Carolina Press, 2009.